

O jornalismo local de distribuição nacional – o caso do PÚBLICO

André da Maia Júlio Marques Vidal

Relatório

de Estágio de Mestrado em Jornalismo

Março, 2014

Relatório de estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Jornalismo, realizado sob a orientação científica do professor António Granado

Agradecimentos

À Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde realizei todo o meu percurso académico;

Ao meu orientador, António Granado, pela ajuda na elaboração deste relatório;

A todos os elementos da secção Local do jornal PÚBLICO, pelo acompanhamento dado durante o período de estágio;

Aos meus colegas estagiários do PÚBLICO, pelo apoio que me deram em todos os momentos;

Aos meus pais e irmãos, pelo amor e compreensão.

O jornalismo local de distribuição nacional – o caso do PÚBLICO

André da Maia Júlio Marques Vidal

Resumo

Palavras-chave: jornalismo, local, PÚBLICO

O jornalismo local feito em jornais diários de distribuição nacional não é igual ao jornalismo local que é praticado em jornais regionais e locais. A abrangência e heterogeneidade do leitor são muito maiores no primeiro caso, o que exige ao jornal um maior esforço no sentido de captar a sua atenção. O presente relatório consiste numa reflexão sobre de que forma os critérios de noticiabilidade e o uso de agência noticiosas e de correspondentes influencia a informação local veiculada em jornais de distribuição nacional, em particular o PÚBLICO.

Abstract

Keywords: journalism, local, PÚBLICO

Local journalism done in daily newspapers with national distribution is not equal to local journalism done in regional and local newspapers. The range and heterogeneity of the reader are a lot higher in the first case, which demands an extra effort to the newspaper to capture their attention. The present paper consists of a reflection on how the criteria of newsworthiness and the use of both news agencies and correspondents influence the local information published in newspapers with a national distribution, particularly in PÚBLICO.

Índice

Introdução.....	1
Parte I – O PÚBLICO como local de estágio.....	2
1. PÚBLICO.....	2
2. Expectativas.....	3
Parte II – Trabalho realizado durante o estágio.....	6
3. Primeiras impressões.....	6
4. A experiência no <i>Online</i>	7
5. Do <i>Online</i> para o Local.....	9
6. Principais dificuldades e competências adquiridas.....	14
6.1. A responsabilidade no jornalismo.....	14
6.2. O desconhecimento.....	15
6.3. A reportagem no terreno.....	18
6.4. A entrevista.....	21
6.4.1. A pesquisa.....	21
6.4.2. A preparação.....	22
6.4.3. Durante a entrevista.....	24
a) Pormenores.....	24
b) Apontar as ideias principais e clarificar o que não é claro.....	24
c) Ouvir.....	25
d) Pensar.....	26
e) Mostrar ou não mostrar conhecimento.....	26
6.5. A imparcialidade.....	27
6.6. O trabalho em equipa.....	29
6.7. A edição.....	33
6.8. Propostas.....	35

Parte III – O jornalismo local de distribuição nacional.....	40
7. Os critérios de noticiabilidade.....	41
7.1. Os critérios de noticiabilidade na secção local de um jornal diário de distribuição nacional.....	44
8. A proximidade.....	46
9. As potencialidades da informação local no jornalismo online.....	47
10. O uso da agência Lusa/”Looser”	48
11. Os correspondentes.....	51
11.1. Os correspondentes – as vantagens.....	52
11.2. Os correspondentes – as desvantagens.....	53
Conclusão.....	55
Bibliografia.....	56
Anexos.....	57

Introdução

Este relatório de estágio integra-se na componente não lectiva do mestrado em Jornalismo, realizado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Depois de um ano lectivo de aprendizagem na faculdade, que incluiu um ensino direccionado para a prática de jornalismo, foi estabelecido um protocolo entre a instituição de ensino e o PÚBLICO, que me possibilitou a realização de um estágio curricular na redacção do jornal em Lisboa, com a duração de três meses, de Outubro de 2013 a Dezembro de 2013.

Para a conclusão do mestrado é exigido pela faculdade a elaboração de um relatório, que deve incluir uma reflexão crítica da actividade realizada durante o estágio. Neste sentido, este relatório pretende demonstrar a minha experiência enquanto jornalista na secção Local do PÚBLICO, analisar as minhas principais dificuldades e reflectir sobre a melhor forma de as superar.

Numa segunda parte do relatório é feita uma reflexão teórica sobre o jornalismo local feito num diário generalista de distribuição nacional, como o PÚBLICO, em que são analisados alguns aspectos particulares desta secção e do jornalismo aí praticado, que incide, sobretudo, nos critérios de noticiabilidade, na utilização de agências noticiosas e no uso de correspondentes.

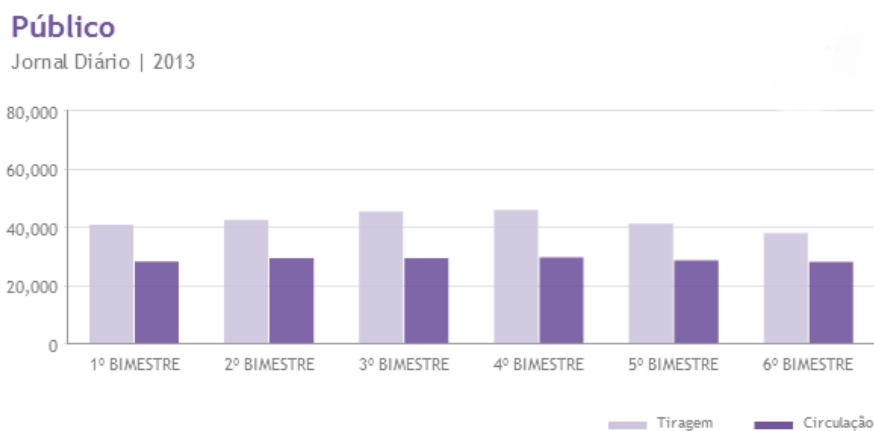
Em anexo, são facultados todos os artigos que escrevi durante o estágio, por forma a mostrar a diversidade do trabalho por mim realizado durante os três meses de estágio no PÚBLICO.

Parte I – O PÚBLICO como local de estágio

1. O PÚBLICO

A primeira edição do PÚBLICO saiu no dia 5 de Março de 1990, sob a direcção de Vicente Jorge Silva. O jornal pertence à empresa PÚBLICO, Comunicação Social S. A., detida pela Sonaecom, sub-holding do Grupo Sonae, presidido pelo empresário Belmiro de Azevedo.

O jornal afirma-se hoje como um diário de referência a nível nacional, tendo uma tiragem diária, em média, de 41.977 exemplares.



Fonte: Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação

O PÚBLICO é um jornal diário e tem um custo de 1,10 euros aos dias de semana e de sexta a domingo custa 1,60 euros, uma vez que inclui os suplementos: *Ípsilon* (cultura), o *Fugas* (Viagens e lazer), *Inimigo Público* (Humor) e a revista *2* (reportagem).

O Público é um diário generalista e inclui nas suas edições as secções de Portugal, Local, Economia, Mundo, Cultura e Ciência e Desporto. A sua presença no Online é bastante forte, mantendo-se como líder do jornalismo de imprensa nesta plataforma.

O modo como o PÚBLICO se posiciona no mercado português é inspirado pelos “grandes princípios fundadores do jornalismo moderno”, como se pode verificar na introdução do seu Livro de Estilo, tendo como referência os jornais *The New York Times*, *La Republica*, *El País*, *Le Monde*, e *The Independent*.

Uma das linhas editoriais é o “rigor da informação”. No entanto, como enunciado na introdução do Livro de Estilo, esta não se deve confundir com “informação cinzenta, baça, meramente narrativa”. Um dos objectivos do jornal é ocupar o espaço de “uma imprensa que associa criativamente padrões clássicos de profissionalismo com uma disponibilidade permanente para a inovação”.

A direcção encontra-se, no presente ano, a cargo de Bárbara Reis, depois da saída em 2009 de José Manuel Fernandes. Tem como directores adjuntos Nuno Pacheco e Miguel Gaspar, Simone Duarte e Pedro Sousa Carvalho.

No seu estatuto editorial, o PÚBLICO afirma-se como um diário isento, “sem qualquer dependência de ordem ideológica, política e económica”, inscrevendo-se numa “tradição europeia do jornalismo exigente e de qualidade, recusando o sensacionalismo e a exploração mercantil da matéria informativa”.

O PÚBLICO move-se pela “existência de uma opinião pública informada, activa e interveniente”, que se traduz numa “condição fundamental da democracia e da dinâmica de uma sociedade aberta”.

2. Expectativas

O PÚBLICO é um jornal de referência a nível nacional e, desde muito cedo, foi também o meu jornal preferido. Na minha opinião, o jornal distingue-se claramente em relação aos outros diários portugueses porque aposta num jornalismo sério, na inovação e procura de novos ângulos para contar histórias, relatar acontecimentos e promover o debate público.

Outra das razões que me levou a preferir o PÚBLICO em relação aos restantes jornais portugueses prende-se com a sua estrutura e organização. A secção Portugal ocupa muito espaço no jornal e nela estão temas relacionados com a política e a sociedade, que tratam, sem dúvida, os assuntos que me levam a ler e comprar jornais. Para além disso, os assuntos escolhidos para destaque nas primeiras páginas do jornal são sempre seleccionados com critérios rigorosos e cumprem, a meu ver, a sua função, que é realçar aquilo que é mais importante naquele dia e, mais uma vez, são quase sempre relacionados com política, sociedade ou economia, áreas que me interessam particularmente.

Estas características fazem com que o PÚBLICO seja diferente da sua concorrência. É claramente um jornal direccionado para as *hard news*, ao contrário, por exemplo, do Correio da Manhã ou do Jornal de Notícias, diários onde as secções de política e economia têm menos relevância. Por outro lado, podem-se apontar semelhanças entre o PÚBLICO e o Diário de Notícias, uma vez que este também é direccionado para as *hard news* e tem um forte prestígio no que toca às áreas da política, sociedade e economia. Ainda assim, são jornais completamente distintos noutras áreas, como por exemplo no *design*, no *online* e nos seus suplementos, que, a meu ver, têm mais qualidade no PÚBLICO.

Finalmente, desde que entrei para o curso de Ciências da Comunicação na Universidade Nova de Lisboa em 2009, sempre ouvi falar no PÚBLICO como um bom sítio para estagiar. Diziam-me que era uma óptima escola para um estudante de jornalismo e que era uma boa plataforma para adquirir competências e pôr em prática o que se aprendia na licenciatura.

Todas estas razões levaram a que não tivesse dúvidas quando me foi pedido que escolhesse um local para estagiar. Já sabia, à partida, apesar de ansiar poder ter experiência noutros *media*, que iria escolher a imprensa, porque considero que é onde está a base do jornalismo. E, mesmo para trabalhar noutras plataformas, é importante ter trabalhado anteriormente na imprensa porque se ganham capacidades fulcrais para exercer a profissão, como o desenvolvimento da escrita jornalística, a capacidade de selecção, o desenvolvimento da relação com as fontes, a capacidade de trabalhar sob pressão e a capacidade de trabalhar em equipa.

Também o facto de nunca ter trabalhado num jornal diário foi importante para tomar esta decisão. Já tinha trabalhado como jornalista numa revista semanal na área da cultura, o que considerei importante para desenvolver as minhas capacidades. Mas o interesse em descobrir o ritmo acelerado de um diário generalista nunca desapareceu.

Para além disto, há ainda outro factor que me despertou curiosidade. No sector jornalístico muito se tem falado sobre a transição do papel para o *online* e na aposta dos principais periódicos internacionais no jornalismo multimédia, como é o caso do *The New York Times*. Na minha opinião, em Portugal, o PÚBLICO é o único jornal que

se tem apressado nessa direcção. Lançou um novo *site* em Novembro de 2012 e começou a explorar novas formas de abordar temas em formato multimédia, agregando vídeo, som, imagem e texto. Por esta razão, senti curiosidade em conhecer de perto esta realidade e, sobretudo, acompanhar a sua evolução. Tinha algumas dúvidas sobre o modo como era feito este trabalho na redacção. Não sabia se era a secção multimédia que desenvolvia autonomamente os temas que escolhia ou se colaborava com outros jornalistas para complementar as suas notícias e reportagens. Não sabia se eram criados conteúdos específicos para o *site* e autónomos em relação ao papel, nem com que frequência se fazia isso. Não sabia quantas pessoas eram necessárias para desenvolver um projecto multimédia. Enfim, não tinha conhecimento do modo de funcionamento de tudo isto e de muitas outras coisas, como a infografia, os *layouts* das páginas, os programas que são necessários para edição de texto e imagem, a fotografia e a relação dos jornalistas com os fotógrafos.

Hoje, terminado o estágio, ainda acho que esta foi uma das áreas onde ganhei mais conhecimentos. Para um estudante da faculdade, distante das redacções, é difícil imaginar como se processa todo o funcionamento de uma redacção e todas as pessoas envolvidas no processo de composição de um jornal, desde que é pensado até sair nas bancas. Se os conhecimentos específicos do jornalismo de como escrever uma notícia, uma reportagem ou uma entrevista, de saber lidar com as fontes, de saber seleccionar, de trabalhar com o factor-tempo e o factor-espço, de aproveitar as potencialidades do *online* e de como o fazer, entre outras competências, são largamente exploradas pela universidade, o modo como tudo se processa não tem praticamente lugar no currículo académico, salvo excepções em que os docentes contam certos momentos da sua experiência profissional para elucidar um determinado aspecto da matéria estudada.

Em suma, como estudante universitário, praticamente sem experiência profissional na área, as minhas expectativas não eram mais do que aprender o melhor possível, conhecer de perto o funcionamento do jornal e ganhar contactos que me fossem úteis para o futuro. Quanto às secções onde gostava de trabalhar, que já tinha pensado de antemão e foi o que disse quando me perguntaram no jornal, a sociedade, a política e a cultura eram as que me despertavam maior interesse.

Parte II – Trabalho realizado durante o estágio

3. Primeiras impressões

O estágio começou no dia 1 de Outubro de 2013. Neste primeiro dia, foi-me pedido apenas que comparecesse nas instalações do jornal para uma primeira reunião com a editora da secção *Online*, e doravante responsável por receber e orientar os novos estagiários do PÚBLICO em Lisboa, Bárbara Wong.

Quando cheguei, conheci os outros seis estagiários que iriam, como eu, trabalhar no jornal nos três meses seguintes. Tínhamos todos percursos diferentes, o que foi importante para conhecer outras realidades e perceber a forma distinta como trabalhavam.

Nesta primeira reunião, apresentámo-nos e demos a conhecer a nossa experiência profissional e académica, assim como os nossos gostos e interesses. A Bárbara distribuiu-nos por secções e, após informar os outros das secções onde iriam trabalhar, perguntou-me se preferia Desporto ou *Online*.

Estas opções em nada coincidiam com as minhas preferências. Fiquei um pouco desanimado, mas encarei a escolha com naturalidade porque nem sempre vou poder trabalhar naquilo que mais gosto e poderia desenvolver as minhas competências em qualquer uma das áreas. Escolhi a secção *Online*, porque o desporto nunca foi uma área que me interessasse muito.

De seguida foi-nos apresentada a redacção que, sinceramente, superou as minhas expectativas. Quando trabalhei na revista *Time Out Lisboa*, a redacção era muito pequena, pouco iluminada e um tanto desorganizada. Também já tinha visitado a redacção do *Diário de Notícias* que, apesar de ser bastante ampla, era mais caótica e confusa que a do PÚBLICO.

No PÚBLICO, a redacção está dividida por aquilo a que se chamam ilhas que, neste caso, configuram-se por mesas grandes com quatro computadores cada, em que as pessoas estão viradas umas para as outras. Cada secção pode ter uma ou mais ilhas, consoante o número de jornalistas que nelas trabalham. Cada computador, na maioria dos casos está também acompanhado por um telefone.

A redacção tem também duas salas de reuniões, um pequeno espaço para fazer entrevistas por telefone ou através do computador, no qual o ruído é menor, o gabinete da direcção, uma sala com máquinas de café, água, chá e frigorífico, casas de banho, uma sala de fumadores e um espaço reservado para fazer entrevistas em vídeo. A principal sala de reuniões está equipada com um televisor com sistema de videoconferência incluído que permite fazer reuniões com as pessoas que trabalham na redacção do Porto.

Espalhados pela redacção estão também alguns televisores, nomeadamente nas secções de Desporto e Portugal, que permitem aos jornalistas assistir a transmissões importantes para o seu trabalho, por exemplo jogos de futebol, conferências, debates parlamentares ou discursos.

Ao lado da redacção está também a área do marketing e da informática e no piso inferior existe um grande refeitório, partilhado com os trabalhadores de outra empresa sediada no mesmo edifício.

4. A experiencia no *Online*

No dia seguinte ao da reunião, comecei o meu trabalho na secção Online. Conheci algumas pessoas que lá trabalhavam e foi-me atribuído um lugar de uma jornalista que se encontrava de férias. Dediquei-me, sobretudo, a explorar o sistema de intranet do PÚBLICO, no qual é possível, para além de outras coisas, aceder à informação enviada pelas agências de comunicação, como a Lusa, a Reuters, a EFE e a AFP.

Logo nesse dia, um dos editores da secção pediu-me para fazer uma notícia para o *site* sobre uma ilha que tinha sido criada depois de um terramoto na costa sudoeste do Paquistão, composta por uma mistura de lama, areia fina e pedras. A NASA tinha divulgado novas imagens de satélite desta ilha e essa deveria ser a notícia principal. Deu-me um *link* de um texto do jornal britânico *The Telegraph* para ler e pediu-me que fizesse um resumo e desse alguma informação adicional sobre o terramoto.

A tarefa não parecia difícil. No entanto, tive alguns problemas. A tradução de textos relacionados com ciência afigurou-se difícil, mesmo tratando-se de inglês, o

idioma estrangeiro no qual me encontro mais à vontade. Os termos técnicos são um obstáculo na tradução e certas explicações são difíceis de passar para português, como a informação sobre como foi formada a ilha.

Tentei consultar o *site* da NASA, mas este encontrava-se desactivado. Descobri outro *site*, que também pertence à agência espacial norte-americana, intitulado *Earth Observatory*, que tinha alguma informação sobre o assunto. Para além disso, deparei-me com a notícia noutros *sites* internacionais, incluindo jornais. Tentei simplificar ao máximo a informação, uma vez que, para o leitor, a meu ver, não interessava muito o processo de formação da ilha. O pretexto para a notícia eram as novas imagens. Aquilo que não entendi bem, decidi não escrever. Ainda assim, incorri no erro de escrever algo de que não estava seguro – as dimensões da ilha. As informações que encontrei na *internet* sobre este facto eram contraditórias e algumas não faziam sentido, porque davam dados que indicavam que a largura era maior do que o comprimento. Não sabendo bem o que fazer, e entendendo que a informação era importante, decidi colocar o que se encontrava no *site* agregado à NASA.

A notícia foi publicada e, como se tratava de algo insólito, foi rapidamente partilhada nas redes sociais. Obteve alguns comentários que notavam precisamente a incorrecção nas dimensões da ilha. Decidi, por isso, falar com a editora da secção da Ciência, Teresa Firmino, para esclarecer a situação. Ela disse-me que, de facto, as dimensões que eu tinha escrito não faziam sentido. Decidi ir pesquisar mais sobre o assunto, mas encontrava informação diferente em muitas dos *sites* que consultei. Não tendo forma de obter a informação oficial, porque o *site* da NASA se encontrava desactivado, pedi ao editor para retirar essa informação da notícia.

No fim de tudo isto percebi que, apesar de uma notícia ficar um pouco mais pobre sem algumas informações, é sempre melhor não escrever nada de que não estejamos absolutamente seguros e que não entendemos na totalidade.

Fiquei mais uma semana na secção *Online*, uma vez que a Bárbara Wong, notando o meu desconforto quando me foi atribuída a secção, propôs-me que transitasse para a secção Local, para a qual me mudei na semana seguinte. Ainda assim, continuei a fazer notícias para o *Online* durante esse período, uma vez que a pessoa responsável pelo Local Lisboa se encontrava de férias. Falarei de alguns

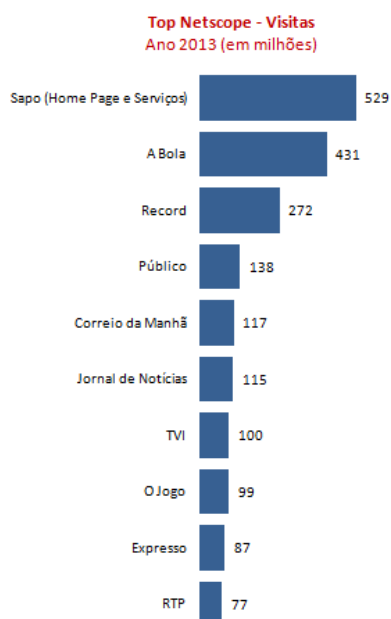
trabalhos realizados neste período mais à frente neste relatório, por questões de organização.

5. Do *Online* para o Local

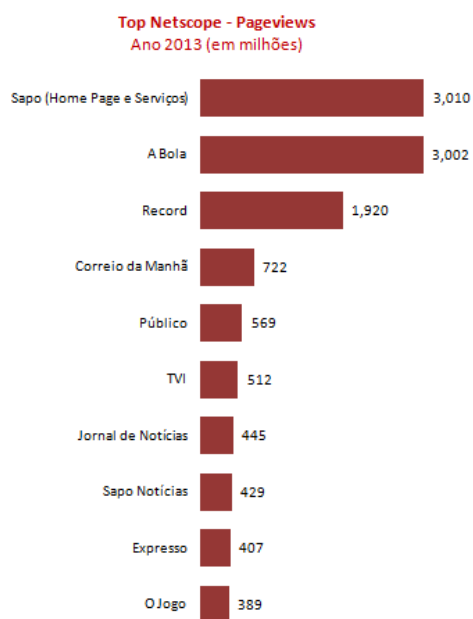
Na segunda semana de estágio passei a integrar a secção Local Lisboa. Trata-se de uma secção pequena com quatro jornalistas que cobrem a área da Grande Lisboa. Por sua vez, o Local Porto dedica-se à Área Metropolitana do Porto e as duas secções contam com a colaboração de vários correspondentes, como o Carlos Beja, para a zona do Alentejo, o Tolentino Nóbrega para a zona da Madeira e o Carlos Cipriano, especialista em empresas de transportes.

A saída do *Online* foi animadora para mim. Não desprezo o *Online*. Aliás, considero que é uma das mais importantes secções do jornal, uma vez que o PÚBLICO é líder entre os jornais generalistas portugueses.

De acordo com dados divulgados pela Netscope, do Grupo Marktest, o *site* do PÚBLICO teve, em 2013, 138 milhões de visitas, ficando à frente dos outros órgãos de comunicação social generalistas, como é o caso do Correio da Manhã, Jornal de Notícias, TVI, Expresso e RTP. Quanto às *pageviews*, o PÚBLICO teve um total de 569 milhões em 2013, sendo apenas ultrapassado pelo Correio da Manhã nesta categoria, que obteve 732 milhões de *pageviews*.



Fonte: Marktest, Netscope 2013



Fonte: Marktest, Netscope 2013

Para além disso, um jornalista da secção Online tem a oportunidade de escrever sobre todos os assuntos, desde o desporto à política, o que pode ser positivo. Digo “pode”, porque considero também que tenha a sua parte menos agradável. Escrever sobre assuntos de temas completamente distintos obriga o jornalista a ter constantemente que se inteirar do contexto em que os acontecimentos ocorreram. Muitas vezes, estes têm um extenso *background*, tornando-se complicado recolher toda a informação para compreender o acontecimento que é objecto de notícia. Isto, no pouco tempo disponível que se tem para publicar a notícia no *site*, é complicado e pode originar a que se cometam erros.

Estando inserido numa outra secção, o jornalista também tem que escrever para o *site*, mas dispõe de uma outra bagagem referente aos assuntos que trata, porque está ao corrente dos temas que são tratados na sua secção, tornando-se mais fácil escrever a notícia com rapidez e exactidão.

Por exemplo, quando estive na secção *Online*, no dia 5 de Outubro de 2013 um editor pediu-me que escrevesse uma notícia sobre o retorno do surfista Garrett McNamara à Nazaré, que ali iria permanecer durante dois meses para surfar ondas gigantes. Sabia vagamente quem era este surfista, lembrava-me das fotografias que se espalharam pelo mundo das ondas que apanhou e de se especular sobre a sua altura. No entanto, não tinha a certeza sobre se este tinha ou não o record mundial, a razão de ele vir tantas vezes à Nazaré, qual a altura das ondas que tinha surfado, nem a sua nacionalidade.

Considero que se trabalhasse na secção do Desporto estaria, *a priori*, muito mais informado sobre este assunto e escreveria a notícia com uma maior rapidez. Além disso, ao ler vários *sites* na internet que falavam sobre o assunto, reparei que o valor da altura com que tinha surfado a onda com que bateu o record não era consensual e era alvo de polémica. Acabei por escrever:

McNamara já tinha dado que falar quando, em 2011, surfou uma onda com 23,77 metros, colocando-a no livro de recordes do Guinness como a maior onda alguma vez surfada. Em Janeiro deste ano, o havaiano superou qualquer expectativa ao conseguir uma ainda maior, desta vez com 30 metros de altura.

No entanto, na caixa de comentários do *site* havia leitores que alertavam para a altura da segunda onda, alegando que seria inferior a 30 metros. Depois de pesquisar percebi que, em Janeiro, falou-se, de forma especulativa, em 30 metros, mas que a altura da onda ainda não tinha sido medida por especialistas. Ainda assim, não encontrei mais informação sobre a conclusão dessas avaliações e até hoje não sei, ao certo, qual era a altura da onda. Se fosse um jornalista de *Deporto*, seria mais provável que estivesse a par desta especulação.

Não quero com isto dizer um jornalista de uma determinada secção, economia, política ou cultura, por exemplo, não tenha que estar atento ao trabalho das outras secções do jornal. Pelo contrário, devem acompanhar a actualidade em todas as suas vertentes. No entanto, na minha opinião, é natural que um jornalista de cultura esteja mais a par de temas relacionados com cultura e que um jornalista de política saiba muito mais sobre política e que, em princípio, estes consigam escrever sobre os seus temas mais rapidamente e com maior eficácia do que qualquer outro jornalista de outra secção. Porque acompanham diariamente o que se passa na sua secção e têm um conhecimento profundo dos temas que são por ela tratados.

Esta é uma realidade da qual me apercebi durante o meu período de estágio em vários trabalhos. Escolhi dois para ilustrar a diferença entre tratar um tema de outra secção e um tema da nossa secção, quando se dispõe de pouco tempo para realizar a peça.

No primeiro caso, quando me encontrava na secção *Online* foi-me pedido para me deslocar ao Ministério da Educação, no dia 4 de Outubro, porque este tinha sido ocupado por um grupo de professores. Tinha que ir de imediato, sem fazer qualquer pesquisa. Sabia de algumas das reivindicações dos professores em relação ao número elevado de alunos por turma e sobre os problemas na contratação de professores, que fizeram com que algumas escolas tivessem falta de professores durante várias semanas.

No entanto, não sabia com profundidade a argumentação dos sindicatos quanto a esta matéria, nem se era este o principal foco de descontentamento daquele grupo de professores que ocupou o Ministério da Educação.

Ora, onde eu quero chegar é à conclusão de que seria mais simples para uma pessoa que integre a secção de Portugal perceber todo o contexto em que esta ocupação aconteceu e prever o que levou estes docentes a invadir o Ministério da Educação. Para além disso, conhecendo as pessoas que fazem parte dos sindicatos, por já ter estado com elas noutras ocasiões, uma vez no local, conseguiria rapidamente identificar quem ali estava e o que defendia e até saber, de forma mais rápida, o que perguntar.

Não quero com isto dizer que um jornalista de outra área não consiga fazer o trabalho. Claro que sim. Mas, talvez o faça com mais esforço e mais lentamente. No meu caso, quando cheguei ao local tive que andar a perguntar quem eram as pessoas que ali estavam, identifica-las, falar com elas e perguntar-lhes de forma pormenorizada o que reivindicavam, porque apenas sabia, por alto, alguns pontos de discórdia entre eles e o ministro. Descobri, inclusive, que entre os problemas invocados estava uma prova de acesso à profissão que, apesar de mais tarde ter sido amplamente comentada na comunicação social, na altura pouco se ouvia falar.

Naturalmente que um jornalista que acompanha diariamente o desenrolar destes acontecimentos na secção de Portugal, rapidamente se inteirava do que se estava ali a falar e, talvez, fizesse logo as perguntas que interessavam, ao invés de estar a pedir aos entrevistados que lhe explicassem tudo.

Há ainda um factor que importa referir nesta reflexão, que é o tempo. Com o *online*, a pressão de escrever rápido é muito maior. O *site* tem que ser actualizado quase instantaneamente, o que leva a que o jornalista tenha que processar rapidamente a informação que recolhe, por forma a publicá-la no site o mais rápido possível.

No segundo caso, quando estava na secção Local, já quase no final do meu estágio, no dia 27 de Dezembro, a Câmara Municipal de Lisboa anunciou, de manhã, que António Costa, o actual presidente, iria fazer uma conferência de imprensa em Campo de Ourique às 15 horas daquele dia. No entanto, não era transmitida nenhuma informação sobre o motivo ou o assunto que iria ser abordado. Depois de contactar as assessoras da câmara, não obtive qualquer esclarecimento em relação ao tema da conferência. Foi-me dito que não sabiam do que se tratava.

No entanto, dado que era um assunto que dizia respeito à minha secção, sabia de antemão quais os temas da ordem do dia. Em primeiro lugar, ponderei se seria sobre os eventos planeados para a passagem de ano, mas estes já tinham sido anteriormente anunciados pela câmara. E, se fosse, não faria sentido ser anunciado em Campo de Ourique, mas sim no Terreiro do Paço, por exemplo.

Depois, concluí que só poderia ser sobre a greve dos trabalhadores do serviço de limpeza da câmara, que tinham deixado de recolher o lixo desde a terça-feira anterior. Mesmo assim, achei estranho, porque António Costa já tinha prestado declarações sobre o assunto noutras ocasiões.

Havia ainda outro motivo possível, que era a transferência de algumas competências da Câmara Municipal de Lisboa para as Juntas de Freguesia, prevista para Janeiro, em discussão na Assembleia Municipal e motivo da greve dos trabalhadores do serviço de limpeza do município, principais visados por esta transferência. Mas, mantinha-se a pergunta: porquê em Campo de Ourique?

De qualquer forma, fosse o assunto que fosse, já tinha conhecimento de todos eles e do contexto em que se desenrolaram. Acompanhei de perto o trabalho da minha secção sobre esta matéria, tendo, inclusive, escrito, no início destas controvérsias entre os trabalhadores e a câmara, uma notícia sobre isso. Tinha, portanto, toda a informação sobre a contestação dos sindicatos, a posição do executivo camarário e os contactos necessários para efectuar, caso fosse necessário. Estava, por isso, preparado para tudo, sem ser preciso fazer qualquer pesquisa.

Quando cheguei ao local, António Costa falou à imprensa em frente a um enorme contentor de obras. Motivo? A câmara tinha espalhado dezenas destes contentores pela cidade, sobretudo nos bairros históricos, para que as pessoas, não dispondo de espaço e condições em casa para armazenar o lixo, o pudessem colocar nestes depósitos, que mais tarde iriam ser recolhidos pela câmara.

Claro que o presidente da CML acabou por comentar a greve dos trabalhadores do serviço de higiene urbana do município e falar na transferência de competências da câmara para as juntas, criticando a posição, defendida por alguns sindicatos, que esta se tratava de uma privatização dissimulada dos serviços de higiene.

Sem ter feito qualquer pesquisa, conhecia de cor todos os argumentos expressos anteriormente pelos sindicatos e pela câmara. Conhecia o contexto em que estes ocorreram e sabia o que se tinha passado nas reuniões que o Sindicato de Trabalhadores do Município de Lisboa tinha tido com a câmara, fruto de algumas conversas que tive com o presidente, Vitor Reis.

Por esta razão, dado que era um tema da minha secção, foi muito mais fácil compreender a intervenção de António Costa, mesmo não sabendo de antemão qual ia ser o tema abordado. Passado pouco tempo de ter chegado ao jornal, tinha a notícia pronta para ser publicada no *site*, o que permitiu uma divulgação mais rápida de um assunto que era importante para a população de Lisboa.

Em suma, não existe uma relação directa entre a qualidade de uma notícia e o facto de o jornalista que a escreve ser ou não da secção responsável pelos assuntos que a determinam. No entanto, considero que exista uma maior probabilidade de a notícia ser escrita mais rapidamente e até com melhor qualidade, se for escrita por um profissional da secção responsável.

6. Principais dificuldades e competências adquiridas

Passar de uma sala de aula para uma redacção é uma transição que tem muito que se lhe diga. É no mercado de trabalho que o estudante, mesmo que já tenha reflectido sobre alguns desafios da profissão, os tem que superar, lidando diariamente com situações que exigem uma capacidade de concentração e resolução de problemas que, numa sala de aula, está longe de adquirir.

Neste subtítulo irei falar de alguns desafios que tive que ultrapassar e das competências que adquiri ou que melhorei com essa experiência, utilizando exemplos de situações em que estes se verificaram. Porém, primeiro irei fazer uma pequena reflexão sobre a responsabilidade do jornalista ao exercer a sua profissão, para que se perceba a importância de superar esses desafios.

6.1 A responsabilidade no jornalismo

Um jornalista tem que saber contornar as situações, porque se não o fizer, ao final do dia é o jornal que perde e, sobretudo, o leitor. O direito de informar e o direito de ser informado impõem ao jornalista uma responsabilidade que não pode ser

descurada. Cabe ao jornalista seleccionar a informação, contextualiza-la e acrescentar-lhe valor, por exemplo, comparando posições, dados ou estatísticas para fazer um retrato mais completo da realidade.

Mas, nem sempre essa tarefa é fácil. Os contratemplos são frequentes nesta profissão. Ou as pessoas não nos respondem às chamadas ou aos *e-mails*, ou dão-nos dados errados, ou omitem factos, ou aparecem novas informações à última da hora que contradizem alguns aspectos que tínhamos apurado, entre muitas outras coisas. Nem tudo corre bem.

Ainda assim, no final, é esperado de nós um trabalho completo, isento, objectivo e relevante para a opinião pública. A responsabilidade é enorme. Se o trabalho que apresentámos não tem a qualidade que deveria ter, somos rapidamente alvo de um *feedback* negativo por parte de quem nos lê, principalmente devido à rápida proliferação das notícias pelas redes sociais. E quem mais perde, apesar de tudo, não somos nós. São os leitores que, ao fim de contas, ficam menos informados.

Esta pressão faz com que os jornalistas tenham que se desenrascar quando as coisas não correm bem e quando se deparam com contratemplos. Se um assessor não responde tentam outra pessoa. Quando não conhecem, investigam e descobrem. Quando algo não faz sentido nos dados que recolhem, pegam nos documentos e fazem eles as contas. Deve-se contornar a situação e, muitas vezes, quando não é tão fácil encontrar o que se procura, se calhar é sinal de que é importante. O “como” e o “porquê” são perguntas muito importantes. Cabe ao jornalista certificar-se de que são respondidas, independentemente dos contratemplos com que se depare pelo caminho.

6.2 O desconhecimento

No dia 17 de Dezembro, um editor da secção *Online* pediu-me que fosse a uma sessão no parlamento, na qual iria decorrer a apresentação do relatório anual de 2012 “A situação do país em matéria de drogas e toxicodependências”, realizado pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD).

O trabalho principal já tinha sido escrito por uma jornalista da secção de Portugal, no qual era feito um resumo das principais conclusões do relatório e uma interpretação por parte do presidente do SICAD dos novos dados. O meu papel era

recolher as declarações dos deputados que iriam estar presentes na sessão para complementar o texto.

No entanto, o trabalho foi-me pedido às 14.30 horas e a apresentação no parlamento era às 15. E, para piorar a situação, a jornalista que tinha lido o relatório não se encontrava já na redacção. Tive apenas tempo para imprimir o relatório e dirigir-me para um táxi.

Os problemas surgiam na minha cabeça. Estes relatórios são, normalmente, complexos. Não são fáceis de interpretar. Eu não tinha tido tempo para o ler. Não sabia as suas principais conclusões, nem o que se tinha modificado no panorama da toxicod dependência nos anos anteriores. Ou seja, não sabia o que perguntar aos presentes, caso se justificasse.

Neste caso, como não ia preparado para o que me esperava, tentei encontrar as soluções possíveis. Li algumas partes do relatório rapidamente dentro do táxi e durante a sessão tentei estar o máximo possível atento ao que era dito, registando as intervenções, principalmente dos deputados, porque estas não constavam no texto elaborado pela jornalista da secção de Portugal.

Para além disso tentei pensar em assuntos paralelos ao relatório que pudessem complementar o trabalho da minha colega, como a legalização da cannabis em Portugal, uma vez que esta droga era bastante falada no documento apresentado e o Uruguai tinha acabado de nacionalizar a produção e distribuição desta substância no país, estando o assunto na ordem do dia. Seria, por isso, importante recolher as opiniões dos vários partidos relativamente a esta questão e também do representante do SICAD.

Desta forma, mesmo que não soubesse muito sobre o relatório apresentado, teria sempre informação relevante para acrescentar ao trabalho realizado pela secção de Portugal, garantido que o que iria escrever não seria redundante.

Na minha opinião, esta solução é a mais desejável. Aliás, nem devia ser solução. Devia estar incluída em todo o processo de construção de uma notícia, reportagem ou entrevista. A procura de novos ângulos de abordagem e de novos dados que

complementem a informação principal é fundamental para retractar de forma mais completa a realidade e o contexto do acontecimento.

Mas nem sempre isso acontece. Muitas vezes, admita-se, por falta de tempo ou por falta de espaço. Outras vezes, o jornalista limita-se a olhar para o acontecimento como acto isolado, o que limita a sua interpretação.

Neste caso, se o que aconteceu do Uruguai tinha sido notícia nos últimos dias, porque não abordar o assunto? O momento oportuno também é importante no jornalismo. Isto é, o pretexto. Algumas vezes propunha temas aos meus editores que me perguntavam “qual é o pretexto para se falar nisso?”, ou então diziam-me para guardar o assunto para depois, quando fosse mais oportuno. Isto acontece muito e prende-se com o facto do leitor, naturalmente, estar mais interessado num assunto que tenha sido falado recentemente, do que outro com que, de repente, se depara. O leitor também gosta de estar informado previamente em relação às coisas que está a ler, daí a importância em dar continuidade à informação que este já tem, procurando outras formas de a aprofundar.

Habitualmente, a publicação de um estudo ou relatório, como aconteceu neste caso, e quando o jornal sabe que vai ser alvo de notícia em todos os meios de comunicação social, pode dar origem a que se procurem formas de dar maior profundidade ao tema, uma vez que este faz parte da agenda e o leitor está atento ao contexto pelo qual se fala em determinado assunto.

O jornal I, passado umas semanas de se ter dado a nacionalização da produção e distribuição de cannabis no Uruguai, fez uma reportagem sobre a política da legalização de drogas leves noutros países e a direcção que Portugal poderá tomar relativamente a este assunto.

O mesmo acontece noutros casos. Por exemplo, as notícias sobre a existência de escravos romenos em herdades do Alentejo, deu o mote para que se procurassem outros casos de escravidão em Portugal e que se fizessem reportagens sobre este tema.

Contudo, isto não quer dizer que não seja importante procurar investigar temas sobre os quais o público não tem qualquer conhecimento e que não se tente falar em

determinados acontecimentos, apenas porque não vão ser divulgados por outros meios de comunicação.

Pelo contrário, aí reside a grande arma da profissão – o jornalismo de investigação. O que pesa nestas decisões é sempre o interesse público. Certamente que se houver um assunto que seja importante para o leitor, mesmo que este não se aperceba disso, este deve ser tornado público, mesmo que não tenha qualquer precedente. O interesse público acaba por ser o pretexto para se publicar nestas situações.

6.3 A reportagem no terreno

Estar no terreno, *in loco*, é uma das aspirações que os estagiários têm quando vão para um jornal. O jornalismo de secretária não é propriamente o que leva centenas de pessoas por ano a inscreverem-se nos cursos de jornalismo. A experiência de estar no local onde tudo acontece, falar com as pessoas envolvidas no momento da acção e presenciar os acontecimentos pelos nossos próprios olhos é o que faz muitos jovens apaixonarem-se pela ideia de serem jornalistas. Sentir que a realidade está à frente de nós, que não dependemos de uma televisão ou de um jornal para saber o que está a acontecer, estar a presenciar o que amanhã vai ser história, é algo que fascina, certamente.

O que, muitas vezes, pode não passar pela cabeça de um estudante é que, enquanto o jornalista está no terreno, está lá em trabalho. Tem que estar informado, tem que recolher opiniões, descrever o que está a ver, estar próximo do que interessa e fazer as perguntas certas às pessoas certas que, por vezes, podem não ser fáceis de alcançar.

Estas afirmações fazem-me lembrar um outro trabalho que tive como repórter de concertos. Às tantas, estar preocupado em registar o que estava acontecer e que músicas a banda estava a tocar ou que instrumentos utilizavam, fazia-me pensar que seria melhor ter comprado o bilhete e ir sem ser em trabalho.

Muitos trabalhos em jornalismo são aborrecidos. A ideia de acompanhar um protesto de rua pode ser entusiasmante. Mas quando se está há cinco horas à chuva e à espera que o protesto acabe, a situação pode não parecer tão agradável.

Logo na primeira semana de estágio foi-me pedido, como já referi anteriormente, que acompanhasse um protesto realizado por um grupo de professores que decidiu, sem aviso, ocupar o Ministério da Educação na Avenida 5 de Outubro, em Lisboa. Já falei sobre a dificuldade de ir para o local sem ter o conhecimento necessário para compreender todo o contexto em que o acontecimento se realiza. Falarei agora sobre a dificuldade de recolher informação e ter que a enviar simultaneamente para o jornal.

O jornalismo *online* implica, hoje, que a velocidade com que são divulgadas as notícias aumente consideravelmente. Essa é também a expectativa dos leitores que acompanham o *site* dos órgãos de comunicação social. Alguns têm apostado em formatos “minuto a minuto”, por exemplo, em que os acontecimentos são divulgados quase em tempo real. O PÚBLICO não tem esse formato. No entanto, quando é necessário, é colocado um estado, que aparece logo a seguir ao título, que indica que a notícia está “em actualização”. Portanto, é esperado que sejam acrescentados novos dados sobre o acontecimento visado, o mais rápido possível.

Nestas situações, o trabalho de selecção, contextualização e tratamento da informação, que está presente na elaboração de qualquer notícia tem que ser realizado em muito pouco tempo. Durante um protesto, por exemplo, por vezes torna-se complicado fazer todo este trabalho.

Com a confusão instalada pelos protestantes, o ruído provocado por palavras de ordem e muitas conversas paralelas, o nosso trabalho é dificultado. Neste caso, da ocupação de professores, levei um bloco de notas no qual ia apontando as declarações das pessoas com quem ia falando. Já por si, não é fácil estar de pé, com todo o ruído à volta, a registar aquilo que nos dizem. Passado pouco tempo telefonou-me uma editora da secção *Online* para eu lhe explicar o que tinha apurado. Afastei-me o que pude do ruído que se fazia sentir e olhei para os meus apontamentos. Estavam uma autêntica confusão. Rabiscos por cima de rabiscos. E a caligrafia, por vezes, era imperceptível. Tentei pensar rapidamente nas informações mais relevantes que me tinham fornecido e encontrar essas partes no meu bloco. Não foi fácil, mas consegui passar os testemunhos que considerei importantes à minha colega, para que ela actualizasse a notícia no *site* do PÚBLICO.

Daí para a frente tentei ser mais rigoroso naquilo que apontava, fazendo um trabalho de selecção instantâneo nas declarações que recolhia. Desta forma, saberia, à partida, que nos meus apontamentos estava apenas aquilo que era essencial. Noutros trabalhos, há tempo para ir ao local, voltar para a redacção e organizar a informação que temos com mais calma. Neste caso, esse tempo não existe. É preciso ter a capacidade de raciocinar rápido e de nos abstrairmos do ruído e da confusão à nossa volta.

Noutra experiência que tive, no dia nove de Novembro, quando me foi pedido que acompanhasse um protesto organizado por alguns sindicatos da Polícia de Segurança Pública no parlamento, adoptei outras estratégias.

A minha função era a de acompanhar o protesto à porta do parlamento, uma vez que, depois, os polícias iriam assistir a uma sessão de discussão do orçamento para a Administração Interna e, lá dentro, estava já um jornalista do PÚBLICO para acompanhar o debate e o que se passaria nas galerias.

Sabia que dispunha de mais tempo, por isso cheguei cedo e identifiquei os representantes dos sindicatos que organizaram o protesto e falei logo com eles. Gravei as conversas no gravador e quando entraram para a assembleia, passei as entrevistas para o papel e enviei uma mensagem escrita com todos os depoimentos organizados para uma colega no jornal. Achei que este método de enviar as informações por mensagem era mais simples do que fazer uma chamada, porque temos oportunidade para estruturar melhor a informação que recolhemos e transmitimos, dando até menos aso a erros.

No entanto, a escolha de como proceder nestes casos, depende sempre do cenário que encontramos. Ainda assim, é importante ter todas as opções à nossa disposição. Levar um bloco, uma esferográfica e um gravador é essencial. Reparei, nestas experiências, que havia jornalistas com outros métodos. Alguns tinham pequenos computadores, no qual escreviam a informação depois de a recolher. Reparei que outros, com um *smartphone*, enviavam logo tudo por *e-mail*. Portanto, existem várias formas de realizar um trabalho. O jornalista é que tem que se aperceber qual é a que funciona melhor para si.

6.4 - A entrevista

Numa redacção são muitos os momentos em que existe muito ruído. No caso do PÚBLICO, a redacção é bastante ampla, portanto este problema não se verifica com frequência. Mas, por vezes, podem surgir alturas em que o ruído é bastante elevado. Geralmente ao final da tarde os jornalistas estão praticamente todos a falar ao telefone, alguns assistem a debates na televisão, outros andam de um lado para o outro a confirmar informações com alguém de outra secção ou com a secção de infografia, por exemplo.

Nesses momentos, não é tão fácil concentrarmo-nos no que estamos a fazer. E, pode acontecer, que tenhamos de fazer uma entrevista por telefone a uma pessoa importante para o nosso trabalho. É possível também que tenhamos apenas essa oportunidade para falar com essa fonte de informação. Pode ser alguém difícil de contactar, que só está disponível naquele momento e de quem não podemos prescindir para aquela notícia ou reportagem em concreto.

Por esta razão, apesar de estar muito ruído à nossa volta, não podemos deixar de fazer a entrevista e temos que ter a capacidade para nos abstrairmos do resto e concentrarmo-nos na conversa com o entrevistado. A situação piora se existirem outros problemas, além do ruído que se faz sentir na redacção. A pessoa que estamos a entrevistar pode falar muito baixo, pode ter uma pronúncia estranha, pode falar demasiado rápido ou simplesmente não ser concreto nas suas respostas e divagar.

Nunca podemos prever como nos vai correr a entrevista, a menos que já conheçamos o entrevistado. E, mesmo nesses casos, não é certo que acertemos na nossa previsão. Por esta razão, torna-se essencial adoptarmos um conjunto de pequenas estratégias que nos permitam ser bem-sucedidos no decorrer da nossa entrevista, contornando os problemas que possam surgir.

6.4.1 - A pesquisa

A primeira é a pesquisa. Quem quer que seja o nosso entrevistado, devemos saber de quem se trata, qual a sua profissão, que trabalho desenvolve no momento, qual a sua importância para a notícia ou reportagem que estamos a preparar e que tipo de informações nos poderá prestar. Além disso, é importante pesquisar tudo o

que se relaciona com o tema do nosso trabalho e tudo o que o entrevistado já disse em relação a isso (a outros jornais, por exemplo), para não sermos apanhados desprevenidos no decorrer da entrevista.

Se, por acaso, não estivermos informados sobre algum dos assuntos abordados pelo entrevistado, não devemos omitir a nossa ignorância. Mais vale admitir que desconhecemos a informação e pedir que nos explique melhor ou perguntar onde podemos obter mais esclarecimentos sobre o assunto do que, mais tarde, nos apercebermos que teria sido importante clarificar aquele aspecto e termos que ligar novamente, por exemplo.

Há casos em que podemos não denunciar a nossa ignorância. Quando o que o entrevistado está a falar não nos interessa para a realização da nossa notícia ou reportagem ou quando é algo factual e sabemos que, rapidamente, o conseguimos confirmar, recorrendo à *internet*, por exemplo. Nestas situações, não é necessário mostrar que não estamos informados sobre determinado tema, expondo a nossa ignorância ao entrevistado. Isso poderá colocar-nos numa posição frágil, de algum descrédito, podendo prejudicar o resto da entrevista.

6.4.2 - A preparação

A fase da preparação é muito importante para realizar uma entrevista, seja ela por telefone ou presencial. Por muito informados que estejamos sobre o entrevistado e sobre a matéria que iremos abordar, se não estivermos preparados para a entrevista, podemos não obter as informações que desejamos.

Se o que tivermos para perguntar não for complexo, por vezes basta escrever rapidamente os tópicos que queremos abordar no nosso bloco de notas. No entanto, se o assunto da nossa entrevista for complicado, é melhor prepararmos uma estrutura para aquilo que vamos perguntar. O entrevistado poderá não estar confortável com algumas questões e, por isso, temos que estar preparados para esse cenário. Podemos pensar, não só, naquilo que lhe vamos perguntar, como naquilo que ele nos poderá responder e ponderar qual a melhor forma de reagir.

O momento em que se pergunta determinada questão também pode fazer a diferença. Se começarmos por um assunto polémico, por exemplo, o entrevistado

pode não gostar a e torna-se menos receptivo a outras questões. Temos que pensar também se é uma pessoa que está habituada a entrevistas ou se, pelo contrário, não tem experiência a esse nível. No segundo caso, a pessoa poderá precisar de uma melhor preparação para as perguntas que lhe vamos colocar ou poderemos ter que a informar sobre determinados factos que possa desconhecer antes de lhe fazer a pergunta. No primeiro caso, quando o nosso entrevistado está habituado a lidar com a comunicação social, pode também ser mais difícil conseguir que nos responda a determinadas questões, porque está habituado a “fugir” delas, desviando o assunto. Devemos pensar na melhor forma de evitar que isso aconteça, colocando perguntas mais directas, por exemplo, ou reformulando a pergunta para que, sem que se aperceba, nos responda ao que realmente queremos saber.

Todas estas hipóteses devem ser pensadas antes da entrevista. Claro que, com alguma experiência e, após conhecermos bem as nossas fontes de informação, este processo é facilitado. Mas, para um estagiário, com pouca experiência, é importante habituar-se a pensar desta forma e a planear e estruturar as entrevistas antes de as realizar.

Há ainda outro ponto importante nesta preparação, que se prende com a organização das nossas notas antes da entrevista. Antes de ter estagiado em jornalismo, já tinha realizado algumas entrevistas para alguns trabalhos na faculdade. Houve, inclusive, uma a um empresário, para a qual levei uma folha com as perguntas que lhe queria fazer. Ele, quando espreitou para o que levava, assustou-se com a quantidade de coisas que lhe tinha para lhe perguntar. Expliquei-lhe que, talvez não precisasse de tudo e que aquelas perguntas serviam apenas para me orientar. Mas a verdade é que me distraí frequentemente durante a entrevista. Reparei que algumas perguntas eram demasiado extensas. Por vezes, não estava a ouvir o que ele me dizia e sim a ler o que se seguia na minha lista. E aconteceu também ele já me ter respondido a algumas questões que se seguiam nessa lista, situação que só me dei conta quando as fiz, por exemplo.

No PÚBLICO, cheguei a adoptar este método algumas vezes. Quando me apercebi que escrever as perguntas não funcionava, optei por apontar apenas os tópicos sobre os quais iria falar. Numa pequena lista colocava, em poucas palavras, o

que era mais importante. Por vezes, à parte, escrevia outra que dizia respeito a questões que não eram tão urgentes, mas que me poderiam ajudar a perceber determinado assunto. Noutros momentos, poderia ainda fazer uma lista, na qual colocava alguns factos que necessitava de confirmar com o entrevistado e outra que se relacionava mais com a recolha da sua opinião.

Estas listas variam consoante a pessoa que vamos entrevistar, o que lhe queremos perguntar e o que é mais importante saber. Mas, na minha opinião, este método facilita o decorrer da entrevista, uma vez que, rapidamente podemos consultar os nossos tópicos e apercebermo-nos do que já foi ou não respondido. Em relação às perguntas, se estivermos à vontade com o tema da entrevista, ao ler o tópico, lembramo-nos instantaneamente do que queríamos perguntar sobre aquele assunto. Se for algo complexo, podemos sempre escrever uma nota a seguir ao tópico para não nos esquecermos. O importante é ter tudo organizado para, durante a entrevista, não nos distrairmos com facilidade.

6.4.3 - Durante a entrevista

a) Pormenores

Depois da pesquisa e da preparação, vem a entrevista em si. Depois da experiência que tive como estagiário no PÚBLICO apercebi-me de alguns aspectos importantes a ter em conta durante uma entrevista.

O primeiro é obter ou confirmar alguns pormenores com o entrevistado, de preferência logo no início da conversa. Coisas como o primeiro e último nome, quando não sabemos, a designação do cargo que ocupa, alguns pormenores relacionados com o tema da entrevista que lemos noutra parte, a veracidade de alguns factos que tenhamos apurado. Há outros aspectos importantes como a quem atribuir a citação, no caso de ser um representante de uma entidade. No caso de não estar clarificado, é preferível perguntar.

b) Apontar as ideias principais e clarificar o que não é claro

Durante a entrevista, devemos sempre escrever as declarações mais importantes que nos são transmitidas pelo entrevistado. Nem sempre é fácil escrever à medida que estamos a ouvir. Considero que seja uma competência que se vai

aperfeiçoando com o tempo. Tem que existir uma capacidade para descartar instantaneamente aquilo que é acessório e escrever aquilo que é verdadeiramente novo e importante. E, sobretudo, temos que estar atentos ao contexto em que as palavras foram ditas. Em algumas situações, quando voltava atrás para rever o que tinha escrito, não me conseguia lembrar em que parte é que o entrevistado tinha feito aquelas declarações. Daí para a frente, comecei a fazer uma nota com o assunto, depois de apontar a declaração.

Acontece muitas vezes, por outro lado, os nossos apontamentos se tornarem confusos porque o discurso do entrevistado também o é. Nem sempre entrevistamos pessoas com uma boa capacidade para se expressarem, serem concisos, objectivos ou claros. Existem muitas que não tem uma intervenção organizada e estruturada, podendo até contradizer-se no decorrer da entrevista. Por esta razão é fundamental clarificar certas posições do entrevistado em relação aos assuntos mais importantes. Podemos não o interromper de imediato, se ele continuar a falar, mas devemos apontar aquilo que não entendemos na totalidade e confirmar mais tarde. Nestes casos, deve ser o jornalista a resumir a informação principal e a confirmar com o entrevistado se o resumo que fez se adequa com a sua posição. Ouvimos muitas vezes pessoas que acusam os jornalistas de terem escrito afirmações que eles não disseram, ou que estão fora de contexto, ou mal interpretadas. Certamente alguns até terão razão, tornando-se, por isso, essencial fazer esta clarificação.

c) Ouvir

Toda a fase de preparação de uma entrevista tem como principal função focar a nossa atenção no que o entrevistado tem para nos dizer. O objectivo é estarmos completamente disponíveis para ouvir as respostas que nos são dadas, sem estarmos distraídos com outros assuntos.

As respostas podem não ser completas, podem não corresponder ao que perguntámos e, mais importante, podem levar a outras questões que não tínhamos inicialmente pensado. Nestes casos, torna-se oportuno repensar a nossa entrevista. Podemos perguntar de imediato aquilo que a resposta do entrevistado nos suscitou ou deixar a questão para mais tarde, por forma a não interromper o nosso entrevistado. Tudo depende do caso. Ainda assim, de acordo com a experiência que tive, na maioria

das vezes, optei por apontar esta nova ideia no meu bloco de notas e retomá-la mais tarde. Esta opção tem por base duas razões: por um lado, ao fazê-lo, não ponho em causa a fluidez do discurso do entrevistado; por outro, pode até acontecer que ele me responda à minha pergunta sem necessitar de a formular. No entanto, cada caso é um caso, e, em algumas situações, pode ser mais conveniente fazer a pergunta de imediato, se isso significar que retomar o assunto mais tarde pode ser prejudicial à resposta que queremos obter.

d) Pensar

Ouvir não é a única coisa com que nos devemos preocupar ao conduzir uma entrevista. É fundamental nunca deixarmos de pensar. A ideia de que o jornalismo se cinge a fazer perguntas e relatar repostas está errada. Se isso acontece, então o trabalho está mal feito. O jornalista deve estar constantemente a avaliar, interpretar, contextualizar e seleccionar aquilo que lhe dizem, ao mesmo tempo que anota o que lhe estão a dizer e pensa no que vai perguntar a seguir. Tudo isto é bem mais complicado do que parece. Devemos estar constantemente com algumas perguntas na nossa cabeça: o que nos estão a dizer faz sentido? Se não faz, o que devemos fazer? É importante? Se é, o que preciso de saber mais?

Este é um trabalho constante na profissão. Nunca nos devemos contentar com a ideia “vou fazer uma entrevista, porque me falta alguém que me diga isto”. Esta premissa está errada, mas acontece, sobretudo com jornalistas inexperientes, estagiários ou não. O objectivo de uma entrevista nunca deve ser obter aquilo que queremos ouvir, só para termos mais uma citação na nossa notícia ou reportagem. O objectivo deve ser perceber mais sobre o tema que estamos a tratar. Podemos até nem utilizar algumas entrevistas nos trabalhos que escrevemos, mas estas são sempre importantes para entender a realidade sobre a qual nos debruçamos.

e) Mostrar ou não mostrar conhecimento

Há situações em que sabemos muito sobre a pessoa que vamos entrevistar. E há situações em que sabemos alguns factos importantes sobre o tema da entrevista, mas poderá ser melhor não os revelarmos perante o entrevistado. Tudo depende da nossa estratégia para a entrevista: revelar ou não o nosso conhecimento.

O jornalista não se deve exibir perante o entrevistado, mostrando que tem um conhecimento alargado sobre o assunto, porque, muitas vezes, deixar o entrevistado pensar que tem o poder de nos estar a informar, pode ser importante para avaliar qual é a sua intenção e se está a dizer ou não a verdade. No caso de nos dizer algo que é mentira, por exemplo, devemos tentar perceber por que razão nos está a mentir e não dizer-lhe, desde logo, que sabemos que está a mentir. Podemos criar antipatia, correndo o risco de não conseguir obter mais alguma informação.

Noutros casos, devemos fazer o contrário. Mostrar que estamos preparados e que sabemos bastante sobre o que estamos a falar pode ser importante para que o entrevistado se sinta à vontade para nos relatar factos ou opiniões que vão além do senso comum.

Tudo depende do caso. E é essa a beleza do jornalismo. Por mais experiência que se tenha, existem sempre novos desafios, novas pessoas e novos assuntos para explorar.

6.5 - A imparcialidade

Um dos principais valores do jornalismo que nos são transmitidos na faculdade é a imparcialidade. Em qualquer situação, o jornalista tem que ser imparcial, fazer o contraditório, explorar o maior número de pontos de vista. Um jornal não deve ser visto como uma plataforma para incutirmos no leitor os nossos próprios valores ou juízos, mas sim darmos-lhe os elementos necessários para que consiga formar os seus, isto é, informação verdadeira, clara, objectiva e imparcial sobre a realidade.

No entanto, nem sempre é fácil ser-se imparcial. Acontece algumas vezes e vai continuar a acontecer. Mas devemos fazer um esforço para que isso não se suceda.

Durante o meu estágio no PÚBLICO, defrontei-me com alguns trabalhos, sobre os quais foi complicado estabelecer esse limite.

Um deles foi publicado no dia 18 de Outubro. Foi-me pedido que fosse acompanhar um protesto organizado pela Associação de Antigos Alunos do Colégio Militar que tinha como objectivo demonstrar o descontentamento dos membros desta associação relativamente às alterações efectuadas pelo Ministério da Defesa no que respeita ao modelo de admissão de alunos, que a partir deste ano lectivo, passou a

aceitar a inscrição de raparigas, num colégio, até agora, circunscrito a alunos do sexo masculino.

Até ao final do ano lectivo 2014/2015 está também prevista a construção de um dormitório dentro do campus para que as raparigas, tal como os rapazes, possam frequentar o colégio em regime interno.

É de salientar que o Colégio Militar é uma instituição pública e que as prestações pagas pelos seus utilizadores são menores do que em outros colégios de natureza privada. O que aconteceu é que, por motivos de insustentabilidade financeira, o Ministério da Defesa decidiu extinguir o Instituto de Odivelas (só para raparigas) e abrir as inscrições do Colégio Militar também para alunos do sexo feminino.

Durante o protesto, onde participaram cerca de 500 ex-alunos, ouvi testemunhos que me deixaram um pouco revoltado, a começar pelo do presidente da Associação de Antigos Alunos do Colégio Militar, António Ruffoios. Este argumentava que o colégio não poderia ter um ensino misto porque “é de adolescentes que estamos a falar” e que isso é um “disparate”. Tentei perguntar-lhe quais eram as consequências de adolescentes do sexo masculino e feminino partilharem o mesmo espaço de ensino, mas ele nunca me respondia e remetia sempre a questão para o facto de serem “adolescentes”. Confrontei-o com o facto de, nas restantes escolas do país, o ensino não ser diferenciado, mas ele argumentava dizendo que, neste colégio, isso era “tradição”.

A condução da minha entrevista com ele foi complicada, porque, na minha opinião, o seu discurso não era válido. Considero que as pessoas tenham o direito de optar por um ensino diferenciado por sexo, mas não deve ser o Estado a promover-lo. Para além disso, toda a minha vida estudei em escolas públicas e nunca houve problema nenhum em estudar com raparigas. Por outro lado, se existem mulheres nas Forças Armadas, por que razão estas não podem ter o mesmo ensino militar desde jovens no Colégio Militar como os homens? Por estas razões, ao entrevistar António Ruffoios, olhando hoje para trás, talvez tenha sido um pouco incisivo nas minhas questões e demonstrado claramente a minha posição. Se fosse hoje teria mais cuidado, fazendo as minhas perguntas com mais calma, por forma a não parecer uma

contra-argumentação, que pode ser prejudicial, fazendo com que o entrevistado esteja pouco à vontade na conversa.

A vantagem de se estar num jornal é que, se for apenas escrever, a minha entrevista não é vista pelo leitor e as minhas expressões, ou formas de colocar certas perguntas ficam apenas na minha memória e na do entrevistado. Se uma entrevista correr mal, podemos sempre utilizar parte dela. Ninguém vê a nossa cara ou ouve a nossa voz, como acontece na rádio ou na televisão.

Durante o protesto falei com mais pessoas que, na minha opinião, mostraram o mesmo lado conservador que António Ruffoios. Senti, ao escrever a notícia, que estava a dar voz àquele protesto e, por isso, a algo com o qual não concordava. Por outro lado, sabia que apenas estava a relatar aquilo a que assisti e aquilo que me disseram e que, portanto, isso não me punha do lado dos manifestantes. Ainda assim sentia que, ao se falar no assunto, estava-se a dar importância a algo que, a meu ver, não tinha importância nenhuma.

Apesar de todos estes conflitos na minha cabeça, escrevi a notícia com a maior imparcialidade que consegui e apercebi-me que, em último caso, são os leitores que avaliam o que é escrito e o conteúdo da notícia. Não se deve responsabilizar o jornal ou o jornalista por escrever sobre determinado assunto, porque isso não significa que está a favor ou contra. Esse juízo cabe ao leitor. Significa apenas que o jornalista está a dar aquela informação, não significa que concorda ou discorda dela.

6.6 - O trabalho em equipa

Durante o meu período de permanência no jornal PÚBLICO, realizei alguns trabalhos de equipa. Já referi anteriormente algumas situações em que eu estava no local do acontecimento e tinha que colaborar com um jornalista que estava na redacção para, em conjunto, escrevermos o que se passava.

O trabalho de equipa é fundamental nesta profissão. Nenhum jornalista consegue fazer tudo o que é preciso, à velocidade que lhe é exigida, se não tiver ajuda dos colegas. É bastante frequente no jornal as notícias, reportagens ou entrevistas virem assinadas por mais do que um jornalista, precisamente porque é muito mais fácil desta forma.

É frequente os jornalistas do PÚBLICO trabalharem uns com os outros, especialmente se os temas que estão a tratar abrangem mais do que uma secção. Além disso, a multimédia e a infografia são hoje secções muito importantes no jornal, pelo que a coordenação entre os seus profissionais é constante.

Desta perspectiva, o trabalho em equipa que realizei durante o meu estágio que mais me fez pensar neste assunto foi a reportagem sobre os 500 anos do Bairro Alto em Lisboa.

Logo no início do estágio, a orientadora dos estagiários, Bárbara Wong, juntou-nos em equipas para que, até ao final do nosso período no PÚBLICO, realizássemos uma reportagem com profundidade sobre um tema à nossa escolha. Fiquei com o Camilo Soldado, estagiário de Economia, estudante de jornalismo em Coimbra.

Logo à partida é complicado trabalhar com alguém que não conhecemos. Nem a sua personalidade, nem o seu método de trabalho. Mas, como continuava a pensar para mim, isto pode acontecer no meu futuro e devo estar preparado para o fazer.

A dificuldade começou logo no início, ao escolher o tema. Sugeri muitas opções que não agradaram ao meu colega. Mas ele não me apresentou alternativas, sendo que, no final, passadas três semanas, acabou por concordar com a ideia de fazer uma reportagem sobre os 500 anos do Bairro Alto, em que o objectivo seria fazer uma retrospectiva das várias fases que o Bairro Alto passou ao longo dos anos e explicar em que ponto se encontra o bairro histórico lisboeta. Combinámos em encontrar várias pessoas que nos pudessem falar sobre as diferentes épocas do bairro e ir comunicando um com o outro sobre os contactos que estávamos a fazer.

Ambos tínhamos trabalho nas nossas secções, por isso tínhamos que organizar o tempo para realizar as tarefas em simultâneo. Esta é outra das características da profissão. Um jornalista nunca está apenas a fazer um único trabalho. Está sempre à frente, a antecipar o que se vai passar e o que faz sentido falar nos dias, semanas e meses seguintes, por forma a, quando necessário, ter o trabalho realizado. Por exemplo, quando morreu o Nelson Mandela, o jornal já tinha uma série de reportagens multimédia sobre a sua vida e um suplemento preparado para sair no dia da sua morte, algo que achei bastante curioso, mas que me fez perceber que só desta

forma é que todo aquele material estaria pronto àquela hora. Isto repercutiu-se, naturalmente, no sucesso dessa edição do jornal.

No trabalho do Bairro Alto, deparei-me com muitas dificuldades. Realizei muitas entrevistas a comerciantes, historiadores, artistas que fizeram parte da vida do bairro nos anos oitenta, responsáveis pela associação de comerciantes e moradores mais antigos. Percorri as ruas do local de uma ponta à outra. Estava constantemente a passar toda a informação ao meu colega, que apenas no início me acompanhou a duas entrevistas. Fazíamos, de vez em quando, reuniões, nas quais lhe sugeria algumas pessoas para ele falar. No entanto, apesar do meu esforço, não via nenhuma retribuição da parte dele. Não fez uma única entrevista e, apenas a três semanas de o trabalho ser publicado, disse-me que tinha ido ao bairro pela primeira vez.

Não soube lidar com esta situação. Não percebia por que razão ele não estava a cooperar. Para piorar tudo, a duas semanas da publicação, a revista do Expresso trazia uma reportagem exactamente igual à que tínhamos previsto fazer, inclusive incluindo algumas das pessoas com quem tinham falado. A nossa, que era suposto sair na revista do PÚBLICO, teve que ficar de fora, após uma reunião com a directora da revista, que nos disse que, neste caso, não tínhamos material suficiente.

Fiquei preocupado, mas decidimos mudar o ângulo da nossa reportagem para que pudesse caber numa magnólia na edição do jornal. Decidimos, então, explicar as mutações sociológicas e arquitectónicas que têm acontecido no bairro nos últimos anos e de que forma estas estão relacionados, sendo que é um bairro que tem mudado a sua população e os seus serviços e que, ao longo dos anos, não tem sofrido requalificações como outras zonas da cidade, como o Chiado, o Príncipe Real e a Mouraria, por exemplo. À parte, faríamos uma infografia e uma *timeline* no *site* do jornal, que resumiria alguns factos importantes sobre o Bairro Alto.

A *timeline*, que era suposto ter sido terminada por ele, acabei por ser eu a fazer, tanto para o papel como para o *online*. Aliás, fui também eu que editei, juntamente com o infografista, devido à ausência do editor de multimédia, que tinha ficado responsável por editar. Apesar de sentir que estava a trabalhar sozinho e a fazer tudo por mim, foi interessante esta parte, porque pude acompanhar de perto todo o

processo de construir uma infografia, algo que já tinha feito na *Time Out*, mas na faculdade nunca explorei.

Com o passar do tempo, comecei a ficar mais ansioso. Sentia a responsabilidade de não prejudicar o jornal. O meu colega decidiu fazer algumas entrevistas, apenas na última semana. Combinámos que as faria o mais rápido possível, porque sabia que escrever a duas mãos não ia ser fácil e queria enviar o trabalho à editora Bárbara Wong o mais perfeito possível e com tempo, caso tivéssemos que fazer alguma alteração.

Isto acabou por não acontecer. Só à última da hora é que o Camilo realizou as entrevistas e quando escrevemos o artigo, não concordávamos um com o outro quanto à sua estrutura. Senti uma clara divergência nas nossas opiniões de como escrever o artigo, talvez fruto do diferente ensino nas duas universidades. Como não concordávamos e o prazo apertava, eu fiz um primeiro esboço, ele alterou como preferia e, de seguida, eu fiz mais algumas modificações. No final entregámos o trabalho à Bárbara Wong que, naturalmente, não ficou agradada com o nosso atraso.

No final, fiquei contente porque trabalhei muito para que o trabalho corresse bem. Muitas entrevistas que fiz nem foram utilizadas, razão pela qual decidi escrever uma reportagem adicional que saiu só no *online* sobre os edifícios que pertenciam a jornais no Bairro Alto. Senti que o trabalho só ficou pronto porque eu insisti nele, caso contrário não seria concluído.

No entanto, devido ao contratempo do Expresso e à inactividade do meu colega, e, claro, a alguns erros cometidos por mim também, penso que a reportagem ficou muito incompleta. Não se percebe bem o que é o Bairro Alto de hoje. Está um pouco confusa e pouco apelativa. Ainda assim, sabia que não tinha falhado. Mas também sabia que o jornal saíra um pouco prejudicado porque o nosso trabalho em equipa não funcionou e isso também é culpa minha.

O mesmo aconteceu com os outros grupos inicialmente formados. Tiveram muita dificuldade em trabalhar em equipa. A meu ver, isso deveu-se ao facto de estarmos todos em diferentes secções e querermos ser bem-sucedidos nos nossos trabalhos individuais. Mas isso não devia ter prejudicado o nosso trabalho em equipa.

Um dos grupos acabou mesmo por desistir, não realizando o trabalho e outro não concluiu o trabalho no prazo indicado.

Em conclusão, o trabalho de equipa é fundamental nesta profissão. Mas, por vezes, é bastante complicado. Temos que saber geri-lo e coordená-lo com todos os outros trabalhos que temos em mão. Aprendi que nos devemos impor, quando sentimos que os colegas não estão a corresponder às expectativas, porque, no fundo, eles são obrigados a ser tão profissionais como nós e o leitor não pode ser prejudicado por isso.

6.7 - A edição

Na reportagem que realizei sobre o Bairro Alto houve também outro problema – a edição. Este é um tópico bastante importante, uma vez que tem bastante relevância no que sai escrito no jornal. As notícias, entrevistas ou reportagens que escrevemos são depois revistas por um editor que altera o que achar necessário antes de ser publicado. O que acontece, mais frequentemente do que pensava, é que essa edição é feita sem os jornalistas responsáveis pela elaboração das peças estarem presentes.

Os editores, normalmente revêm as notícias ao final do dia, já de noite, quando muitos dos jornalistas já não estão na redacção, o que origina a que muitas partes sejam alteradas sem a sua consulta. Este procedimento pode originar erros, que depois não podem ser remendados, a não ser no *online*.

No terceiro parágrafo da reportagem do Bairro Alto, pode ler-se o seguinte:

Mas foi sobretudo a partir do século XIX que as ruas começaram a encher-se de jornais (LINK PARA O TEXTO DO ANDRÉ). Com eles vieram as tascas, os artistas e o bairro acolheu as actividades que lhe dão fama até aos dias de hoje.

A editora tinha colocado uma nota na reportagem para remeter aquela parte do texto para outro no *site* do PÚBLICO através de um *link*, uma vez que ela, nesse dia, não se encontrava presente na redacção. O problema é que, ao colocar a reportagem no papel, ninguém alterou esse apontamento. Até hoje não percebi como é que

ninguém reparou no erro, sendo que os revisores de texto que existem no jornal têm que reler tudo o que vai ser publicado, mesmo depois do editor.

Um erro destes dispersa o leitor, retira a credibilidade aos jornalistas e ao jornal em si. E é impossível voltar atrás, uma vez que está no papel.

Este não foi tanto um erro da editora responsável, mas de alguém no jornal, que até hoje não sei quem foi. Acontece, mas é aborrecido.

Noutros casos, os erros são mesmo do editor. São dois os casos em que as alterações do meu editor se repercutiram em erros nos meus artigos: no caso, já supracitado, do relatório anual sobre drogas e noutro artigo sobre a actividade comercial no centro de Lisboa. Estes são exemplos que passarei a explicar a seguir.

Como referi anteriormente, no dia 17 de Dezembro fui à Assembleia da República assistir à apresentação do relatório anual de 2012 – *O país em matéria de Drogas e Toxicoddependência*. O meu trabalho foi registar a opinião dos deputados que lá se encontravam sobre os resultados do relatório. O meu texto saiu numa caixa que acompanhava o artigo principal no jornal de dia 18 de Dezembro e no *online*, onde estava bastante mais completo porque não tinha limitação de espaço.

Depois de ser editado por um editor do Porto, foi publicado no jornal de papel:

Deputados do PSD, PS e PCP manifestaram ontem a sua preocupação com o aumento do consumo de cannabis em Portugal, o que originou um aumento de 38% das pessoas que recorreram ao tratamento em ambulatório pela primeira vez em 2012, ultrapassando a heroína, que representou 34%.

O erro está na percentagem, que foi mal interpretada pelo editor. O que eu tinha escrito era que 38% das pessoas que recorreram ao tratamento em ambulatório pela primeira vez em 2012 tinha como consumo principal a cannabis. Isto não significa que houve um aumento de 38% das pessoas que recorreram ao tratamento em ambulatório pela primeira vez em 2012, originado pelo consumo de cannabis. É bastante diferente.

Outro caso de erro na edição foi o da notícia publicada no dia 9 de Dezembro, sobre o estudo *Business Briefing – Comércio de rua, Lisboa e Porto*, da empresa de

estudos de mercado Cushman & Wakefield, cujo título é “Pequeno comércio cai e grandes cadeias em alta no centro de Lisboa”.

No quinto parágrafo, pode ler-se:

O documento, agora divulgado, refere ainda que o espaço onde pode ser desenvolvido comércio nestas zonas da cidade e que se encontra vago, diminuiu ligeiramente nos últimos dois anos, de 11,7% para 11,1%. De acordo com os autores, esta diminuição do espaço disponível pode, em parte, ser explicada pelas áreas das lojas devolutas na Baixa (a zona onde se encontra a maior área à espera de ocupação), que são reduzidas e inadequadas para quem ali procura desenvolver actividades de retalho.

O que escrevi inicialmente, mas foi depois editado e publicado, foi que o valor, apesar de tudo ainda elevado, dos espaços devolutos no centro da cidade, de 11,1%, se devia, sobretudo, à zona da Baixa, uma vez que era aí que se encontrava a maior parte destes espaços, devido às suas dimensões serem reduzidas e inadequadas para aí se instalarem actividades de retalho. Isto é, a diminuição da percentagem de espaços devolutos não se deve à zona da baixa, pelo contrário. O valor continua a ser elevado devido à zona da Baixa.

Este foi mais um erro de edição, que acaba por prejudicar o leitor. E acontece muito, infelizmente. O jornalista não tem o total controlo do seu artigo, o que é bom, na maioria das vezes, porque é sempre revisto por um editor, mas por outras pode originar situações deste género. A minha conclusão é que deveria ser feito um esforço para o editor rever os artigos juntamente com o jornalista, o que seria muito benéfico para a qualidade da informação disponibilizada, uma vez que foi o jornalista que investigou, pesquisou, entrevistou e escreveu sobre o assunto.

6.8 - Propostas

Como estagiário na secção Local do PÚBLICO tinha algumas expectativas. Uma delas era a de que me iriam dar diariamente trabalho para fazer, fosse para ajudar outros jornalistas nas suas tarefas, pelo menos no início, ou fosse para realizar notícias, reportagens ou entrevistas sozinho. Isso acabou por não acontecer com a frequência que esperava. No início não me era dado muito trabalho. Por esta razão comecei a

propor ideias ao meu editor. Se algumas eram despropositadas, outras foram aceites, o que é sempre motivante para alguém que é novo na redacção.

A princípio senti dificuldade em propor temas que se adequassem à secção Local. A minha área limitava-se a Lisboa, por questões de proximidade. E os temas que poderia propor, normalmente, já estavam a ser pensados ou preparados por algum colega. Não há tanto assunto nesta secção como em outras. Os principais temas tratados resumem-se a problemas na autarquia, incongruências em empresas municipais, eventos na cidade, problemas sociais num determinado bairro e requalificações urbanas. E, em todos os casos, é necessário contactar a Câmara Municipal de Lisboa para esclarecimentos. E esses contactos são feitos diariamente por uma colega da secção, o que significa que ela está sempre em cima do acontecimento e, portanto, tem mais facilidade em desenvolver estes temas.

Um dos primeiros temas que propus foi fazer uma notícia sobre a reabertura do Centro Comercial de Alvalade, porque é um dos mais antigos da cidade de Lisboa e foi muito importante para o comércio nos anos 80. Foi rapidamente aceite pelo meu editor e correu bem.

Passado pouco tempo lembrei-me de fazer qualquer coisa relevante sobre a aglomeração das freguesias, tema que estava na ordem do dia devido às eleições autárquicas de Setembro. Lisboa passara de 53 para 24 freguesias, o que me fez questionar o que aconteceria aos edifícios antes ocupados pelas sedes das juntas que agora se agregaram com outras. Onde ficaria a sede da nova freguesia? O que se passaria com os restantes edifícios? Onde é que os cidadãos se poderiam deslocar para serem atendidos?

Eu como morador na antiga freguesia de S. Jorge de Arroios não sabia responder a estas questões. A minha freguesia juntara-se com Anjos e com Pena e não fazia ideia de como estavam organizados os serviços com esta aglomeração. Achei, por isso, que seria importante fazer um levantamento destas informações.

Propus esta ideia ao meu editor, mas fi-lo cedo demais. Quando lhe falei no assunto, os novos executivos das juntas ainda não tinham tomado posse, por isso não tinha sentido falar nisso naquele momento. Acrescentou também que não achava o

assunto muito importante, porque não acreditava que houvesse problemas e que os edifícios que estavam a mais iriam, quase de certeza, funcionar como extensões de serviços das juntas de freguesia. Ainda assim, pensei que o tema podia ser abordado mais tarde, em Novembro. Por isso, fiz de imediato uma base de dados com os contactos de todas as antigas juntas de Lisboa e agrupei-os consoante as agregações que tinham sido feitas.

Mais tarde, precisamente em Novembro, o editor do Local Porto contactou o meu editor para lhe dizer que tinham tido a ideia de fazer um resumo do que tinha acontecido com os edifícios de todas as juntas que tinham sido aglomeradas no Porto, exactamente o que eu já tinha pensado para Lisboa. O meu editor pediu-me, então, que fizesse o mesmo para Lisboa, apercebendo-se de que, afinal, era um tema relevante.

Eu, como já me antecipara, tinha todos os contactos necessários para fazer o trabalho. Para contactar as 14 novas juntas que tinham sido criadas demorei apenas três dias e descobri algumas situações anormais no funcionamento dos novos órgãos autárquicos. Passados quase dois meses das eleições autárquicas, havia freguesias que ainda não tinham sede e outras que tinham outros projectos para os edifícios das antigas juntas que não iriam funcionar como extensão dos seus serviços.

Além destes aspectos, descobri que os presidentes das juntas se estavam a reunir com a Câmara Municipal de Lisboa por causa da transferência de algumas competências do município para as juntas de freguesia, entre elas, a gestão da higiene urbana, que implicava que muitos trabalhadores municipais passassem para a alçada das juntas. O problema é que, a um mês de essa transferência ser executada, ninguém sabia ainda quantos trabalhadores iriam ser implicados, nem que tipo de equipamentos iam ser precisos nas juntas para receber esses funcionários. Por esta razão, propus ao meu editor fazer uma caixa sobre este assunto para complementar o meu artigo.

O meu trabalho, no final, foi considerado um sucesso, porque, em pouco tempo, fiz tudo o que era necessário. E tudo se deveu à minha antecipação. Mas fiz mais que isso. Introduzi um tema no jornal que até então tinha sido apenas mencionado – a transferência de competências – que acabou por se tornar num tema

bastante explorado no mês seguinte, até culminar com a greve do lixo em Lisboa, que se deveu, sobretudo, a este problema.

Uma vez que tinha a noção de que este não iria ser um assunto que tivesse uma resolução rápida, mantive contacto com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, que ao longo do tempo foi-me informando sobre os novos desenvolvimentos nas reuniões que o sindicato tinha com a câmara. Desta forma ajudei a minha secção a estar a par dos acontecimentos sobre este assunto.

Em suma, uma pequena proposta, no meio de tantas que já tinha feito, que a princípio não foi tomada como importante, passou depois a ser o ponto de partida para explorar um tema, que foi dos mais tratados pela secção Local do PÚBLICO no mês de Dezembro, sobretudo, devido à greve do lixo. No fundo, cumpri um dos deveres que nos tinham incumbido no início do estágio: ser pró-activo. Confesso que gostava de o ter feito mais vezes, mas foi complicado encontrar mais sugestões da mesma importância.

A segunda proposta que me deu mais satisfação foi para a secção de Portugal. Como tinha algum tempo livre no início do meu estágio, tentei encontrar fontes de informação que me permitissem encontrar temas para desenvolver, mesmo que fosse para outras secções, uma vez que nos deram essa liberdade. Foi numa dessas pesquisas que, no *site* “Local.pt”, encontrei a história de um rapaz de 14 anos que tinha uma doença degenerativa e ia lançar um livro de poesia para angariar fundos para criar a primeira associação da sua doença em Portugal, por forma a ajudar outros pacientes com a mesma condição clínica.

Esta história, na minha opinião, tinha todas as condições para dar origem a uma boa reportagem: era informativa, porque podia dar conhecimento ao leitor sobre uma doença que este desconhece; era apelativa, porque se trata de um tema relacionado com a superação e com o dia-a-dia de uma criança que é obrigada a viver com uma doença; e era algo insólita, porque este rapaz dizia que o facto de tocar piano o ajudava a regredir a sua doença, não só a nível psicológico, como também físico.

Por estas razões decidi propor o tema à editora Bárbara Wong. Ela gostou e eu decidi começar a investigar. Estive várias vezes com este rapaz, acompanhei a sua vida

na escola que frequentava, fui com ele a uma consulta de fisioterapia, assisti aos seus ensaios na orquestra de que fazia parte e convivi com a sua família. No fundo, tomei contacto com o seu mundo, as suas rotinas, as suas preocupações e os seus desejos.

Por outro lado, contactei com uma associação especializada em doenças raras e com alguns médicos neurologistas para perceber exactamente quais eram os efeitos da sua doença e o que se poderia fazer para a travar.

Reunidas todas as informações, escrevi o texto, que foi mais tarde editado pela Bárbara Wong. Fiz algumas alterações que esta me sugeriu, para tornar o artigo mais apelativo ao leitor e falámos com a secção de Portugal que decidiu publicar o texto no formato de magnólia. Nesta edição aprendi algumas coisas que me serão úteis no futuro: evitar o uso de palavras como “paciente”, “padecer” ou outras do mesmo género, substituindo-as por termos com que o leitor esteja mais familiarizado; estruturar o texto, para que o leitor não se canse do que lê, misturando informações necessárias, como a caracterização da doença, os números e a linguagem técnica dos médicos, com aspectos mais “humanos”, como a vida do rapaz, as suas paixões e as suas dificuldades.

No final, a reportagem foi publicada e teve um enorme sucesso nas redes sociais, tendo, em pouco tempo mais de 2500 partilhas. Até à data, a história de Diogo tinha sido apenas retratada pelo “Local.pt” e num programa da RTP2. Depois de ter sido divulgada pelo PÚBLICO, o Diogo foi entrevistado pela TVI e pela CMTV e, em Fevereiro deste ano, fez presenças em vários programas de televisão e tem sido mencionado em diferentes jornais e revistas, por estar associado a um novo projecto chamado “*Patient Innovation*”, uma rede social para doentes.

Mais uma vez, uma proposta feita por mim, teve um enorme sucesso, colocando o jornal como o primeiro título da imprensa nacional a lançar a história de Diogo que, em seguida, foi espalhada por outros meios de comunicação social. Claro que não se trata de um tema fracturante, mas para um estagiário é um enorme orgulho.

Parte III – O jornalismo local de distribuição nacional

Como já foi referido, a minha experiência no PÚBLICO baseou-se, sobretudo, no trabalho desenvolvido na secção Local-Lisboa. Esta experiência, para além de me ter ajudado a desenvolver as minhas qualidades como jornalista, levou a que reflectisse bastante sobre o jornalismo local e o contributo de um jornal de distribuição nacional, como o PÚBLICO, para este tipo de jornalismo.

Todos conhecemos órgãos de comunicação local e regional que operam unicamente na sua área de implementação. Rádios, jornais e televisões que incidem o seu trabalho, sobretudo, na região onde estão situados. Nestes casos, é fácil perceber como operam. As fontes de informação estão próximas, existe facilidade no deslocamento ao local do acontecimento se for necessário e é simples distinguir o que deve ou não ser publicado, porque os jornalistas, regra geral, conhecem bem a sua região.

No entanto, a maioria dos jornais de distribuição nacional publica notícias de âmbito local, apesar de não estarem próximos dos acontecimentos, de não conhecerem bem o local onde ocorrem e de não manterem um contacto regular com as fontes de informação do local. Estas observações levam a algumas questões. A função de uma secção Local de um jornal como o PÚBLICO é a de seleccionar notícias de âmbito local que possam ter relevância para um público nacional. Como escolher os temas a tratar? O que faz os editores escolherem uma notícia em detrimento de outra?

Por outro lado, esta realidade faz-me também pensar noutras questões. Num jornal de distribuição nacional que publica notícias locais não existe, em princípio, tanta probabilidade de se verificarem situações de promiscuidade entre os jornalistas e as fontes de informação, como o poder político ou económico, porque estes à partida não são próximos, estão distantes geograficamente e não têm um contacto regular. No entanto, devido ao impacto que um jornal de distribuição nacional tem sobre a opinião pública (muito superior aos órgãos de comunicação regionais), estas tentativas de corromper os jornalistas de diários como o PÚBLICO podem ser mais acentuadas e impulsionadas pelo poder político e económico de uma determinada

região, por quererem divulgar uma determinada notícia ou publicitar alguma actividade.

Em suma, é sobre estas, e outras, questões relacionadas com a particularidade do jornalismo local feito num jornal de distribuição nacional, que me debruçarei em seguida.

7. Os critérios de noticiabilidade

Hoje em dia, a velocidade com que a informação circula é enorme. As empresas, os órgãos de poder político e as associações e movimentos civis estão cada vez mais cientes de que a comunicação é uma área essencial na sua actividade. A maioria destas entidades aposta em departamentos de comunicação especializados, que lidam diariamente com os órgãos de comunicação social. Por esta razão, a quantidade de informação que chega às redacções é muito elevada. E a juntar ao número de notícias enviadas pelas diversas agências de notícias, como a Lusa ou a Reuters, por exemplo, e à própria informação que os jornalistas recolhem por iniciativa própria, o espectro de assuntos que podem ser tratados pelo jornal aumenta consideravelmente.

Cabe, por isso, aos directores e editores do jornal seleccionar a informação que deve ser tratada pelos jornalistas. Estas escolhas são feitas diariamente com base em alguns critérios que, embora subjectivos e mutantes, encontram a sua base em alguns princípios gerais.

Esses princípios gerais são, para Nélson Traquina, os critérios de noticiabilidade, definidos pelo “conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou um assunto, são susceptíveis de se tornar notícia, isto é, serem julgados como transformáveis em matéria noticiável, por isso, possuindo ‘valor notícia’” (Traquina, 2002: 172).

Neste momento, com a proliferação da informação através da internet, principalmente através das redes sociais e blogues, os cidadãos, mesmo sem consultar jornais, estão à partida, já informados sobre alguns dos temas que lhes interessam. Torna-se, portanto, mais necessário, aos editores de um jornal reflectir sobre o que é prioritário publicar, uma vez que, para além dos critérios gerais de noticiabilidade, têm

que pensar na informação já veiculada na *internet*. Questões como a redundância da sua informação relativamente ao que circula na *internet*, o interesse do seu público-alvo sobre determinado tema e a possibilidade de dar um novo ângulo ao assunto, se este já tiver sido divulgado, devem ser tidas em conta.

Para Mauro Wolf, os valores-notícia fazem parte de um conceito mais geral: a noticiabilidade. Para o autor, esta é constituída pelo “conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirirem a existência pública de notícias”(Wolf, 1997: 168).

Para o autor, este é um processo complexo que agrega um conjunto de convenções profissionais que ajudam à definição do que é notícia. Mauro Wolf refere que estas convenções são compostas por vários factores, como os rituais, os códigos, as técnicas, tácticas e restrições que estão presentes nos editores. Por esta razão, a decisão de um editor em publicar uma notícia não se baseia apenas no seu valor-notícia, mas sim na sua noticiabilidade. Este pode, por exemplo, estar a ser pressionado pela direcção do jornal para não a publicar, ou pode prejudicar as suas relações futuras com determinada fonte por divulgar aquela notícia. Estes aspectos também pesam na decisão do editor.

Michael Schudson partilha da mesma visão, quando afirma que “a criação de notícias é sempre uma interacção de repórter, director, editor, constrangimentos da organização da sala de redacção, necessidade de manter os laços com as fontes, os desejos da audiência, as poderosas convenções culturais e literárias dentro das quais os jornalistas frequentemente operam” (Schudson in Silva, 2004: 2).

Também para Nélon Traquina “o poder relativo dos jornalistas é também condicionado pelos constrangimentos organizacionais, bem como pelas práticas e rotinas que as empresas jornalísticas e os jornalistas necessitam de criar para dar conta do recado: produzir notícias em tempo útil” (Traquina, 2002: 210).

Por estas razões, Traquina propõe uma separação entre aquilo que são os valores-notícia de selecção e os valores-notícia de construção. Para o autor, a notícia resulta de um processo de produção que inclui a percepção, selecção e transformação

de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias), salientando que os valores-notícia estão presentes em todas essas fases.

Quanto à selecção, Néelson Traquina afirma que os valores-notícia de determinado acontecimento podem ser divididos em critérios substantivos e critérios contextuais.

Os critérios substantivos constituem uma reflexão acerca da importância e interesse do acontecimento. Nesta categoria, Traquina inclui a morte, a notoriedade, a proximidade, a relevância, a novidade, o tempo, a notabilidade, o inesperado e o conflito/controvérsia.

Os critérios contextuais são fruto do contexto onde é inserida a produção jornalística: a disponibilidade (facilidade com que um acontecimento pode ser tratado); o equilíbrio (quantidade de notícias que foram publicadas sobre o acontecimento); a visualidade (a existência de material visual para que o acontecimento seja noticiado - direccionado para o jornalismo televisivo); a concorrência (a prioridade dada aos exclusivos, que a concorrência não tem acesso); o dia noticioso, o que significa que alguns acontecimentos podem depender da quantidade de notícias que existem num determinado dia, sendo que algumas serão preteridas em detrimento de outras.

Quanto aos valores-notícia de construção, Traquina identifica como critérios: a simplicidade (obrigação do jornalista disponibilizar os factos da forma menos ambígua possível); a amplificação (as notícias devem ser abrangentes); a relevância (atribuição de um significado à notícia); a personificação (valorização das pessoas que estão envolvidas nos acontecimentos); a dramatização (reforçar os aspectos emocionais e conflituais para atrair a atenção do público); a consonância (introdução de um novo assunto num contexto já conhecido do público).

A verdade é que muitos autores já tentaram fazer um levantamento de todos os critérios presentes na selecção e construção de uma notícia. No artigo “Para pensar critérios de noticiabilidade”, Gislene Silva, professora e investigadora do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, faz uma tabela onde agrega alguns autores que reflectiram sobre o assunto. Entre eles estão

Stieler, Lippman, Bond, Galtung e Ruge, Golding-Elliot, Gans, Hetherington, Shoemaker et al, Wolf, Erbolato, Chaparro e Lage (Silva, 2004: 8)

Esta necessidade de pensar os critérios de noticiabilidade decorre do facto de eles serem diariamente utilizados pelos jornalistas na selecção e construção de notícias. No entanto, como refere Traquina, este é um processo que pressupõe um “saber instintivo e não reflexivo” (Traquina, 2002: 172), o que quer dizer que os jornalistas não perdem muito tempo com esta reflexão no seu quotidiano, sobretudo devido à pressão do tempo. Esta selecção e construção é uma actividade já mecanizada na rotina do jornalista.

Ainda assim, não são raras as vezes em que se ouvem comentários dos editores a avaliar se determinada notícia deve ou não ser publicada, consoante o fluxo noticioso do dia, o que significa que este é um processo constante, até à hora de fecho do jornal.

Como refere Jorge Pedro Sousa na obra “Elementos do jornalismo impresso”, “apesar de todas as transformações que têm ocorrido no campo dos *media*, as principais tarefas do jornalista ainda estão relacionadas com as suas mais tradicionais funções: selecção e hierarquização de acontecimentos susceptíveis de terem valor como notícia; transformação desses acontecimentos em notícias; difusão das notícias. A selecção é a pedra angular do processo, pois o jornal não pode ser um amontoado não criterioso de todo o tipo de informações” (Sousa: 38)

7.1 Os critérios de noticiabilidade na secção local de um diário de distribuição nacional

Na secção local do jornal PÚBLICO, onde realizei o meu estágio, os critérios de noticiabilidade são utilizados, mas de uma forma ligeiramente diferente do que acontece em outras secções do jornal. Ao longo do tempo fui-me apercebendo que para uma notícia local fazer parte da edição de um jornal de distribuição nacional (onde a secção local ocupa normalmente duas páginas), tem que cumprir critérios de selecção bastante exigentes.

Imaginemos que acontece um determinado incidente em Lagos, no Algarve. Suponhamos que é um incidente que tem impacto naquela zona e que é rapidamente

notícia nos jornais regionais. Em Lisboa, os editores do PÚBLICO irão avaliar se devem ou não publicar essa notícia. Ora, esta só vai ser publicada se o que aconteceu no Algarve for relevante, mesmo para uma pessoa que se encontre em Coimbra, uma vez que esta vai ser uma leitora do jornal e só vai querer ler determinado assunto sobre o Algarve se este captar rapidamente a sua atenção.

Por esta razão, os temas que são mais facilmente escolhidos para serem tratados pela secção Local do PÚBLICO dizem respeito a áreas mais abrangentes, para que consigam captar a atenção do leitor. Por este motivo, é dado grande destaque à Câmara Municipal de Lisboa, porque, para além de Lisboa ser a capital do país, é lá que estão muitos políticos que são figuras nacionais. Também é dada uma grande importância a notícias sobre transportes, uma vez que, quando se trata da CP (Caminhos de Portugal), qualquer alteração que haja no seu funcionamento, pode afectar a deslocação de pessoas de todo o país.

Também reparei que, no período em que estagiei no PÚBLICO, saíram constantemente notícias sobre a Madeira e praticamente nenhuma sobre os Açores. Mais uma vez esta preferência obedece a critérios. Nada é por acaso. Nas eleições autárquicas de Setembro de 2013, o PSD-Madeira perdeu sete das onze câmaras da região autónoma, enquanto nas eleições de 2009 tinha ganho todas. Esta derrota tem repercussões na Madeira, como também no resto do país, uma vez que é um território onde o PSD tinha bastante influência.

Estes acontecimentos foram imediatamente notícia em todos os meios de comunicação social, o que fez com que as pessoas estivessem informadas sobre as alterações na Madeira e, portanto predispostas e interessadas em saber mais sobre o assunto e sobre as alterações que se seguiriam, depois de os novos executivos tomarem posse. Não é de estranhar que o PÚBLICO, nos últimos meses do ano, tenha, então, dado destaque ao que ia acontecendo nesta região autónoma.

Outro tema a que foi dada muita importância na secção Local durante este período (entre Outubro e Dezembro de 2013) foi a descoberta de vários romenos que foram escravizados em herdades do Alentejo. Ora, estes acontecimentos, apesar de ter ocorrido num local específico do país criam impacto em toda a população, por se

tratar de um tema sensível, relacionado com os direitos humanos e, portanto, com os direitos de todos os portugueses.

8. A proximidade

Mar de Fontcuberta, num capítulo dedicado ao interesse do público, refere que “as pessoas estão interessadas em saber o que se passa próximo de si, e por vizinhança deve entender-se não só a geográfica, como a social e até a psicológica”. Para a autora “atrai tanto saber o que se passa no bairro como o que sucedeu a determinado grupo social a que nos sentimos ligados, mesmo que tudo tenha acontecido a milhares de quilómetros”. Mar de Fontcuberta dá como exemplo as notícias sobre compatriotas desaparecidos num acidente longínquo ou a violação de direitos humanos por motivo de raça ou sexo em qualquer local do planeta (Fontcuberta, 2010: 36).

Apesar de a autora se estar a referir, sobretudo, a acontecimentos internacionais, o que diz expressa bem aquilo que acontece em menor escala em Portugal. A proximidade não é só aquilo que se passa fisicamente perto de nós, mas também aquilo com que nos identificamos socialmente ou psicologicamente. Pode-se, assim, falar de proximidade quando um leitor da Guarda lê uma notícia sobre Mértola, com a qual se identifica, mesmo estando geograficamente afastado.

Nélson Traquina também segue o mesmo raciocínio ao definir o critério de proximidade. O autor afirma que esta é “um valor fundamental da cultura jornalística”, sobretudo, “em termos geográficos, mas também em termos culturais” (Traquina, 2002: 188).

É por estes motivos que faz sentido que haja uma secção Local num jornal como o PÚBLICO, que têm uma distribuição a nível nacional.

Carlos Camponez refere que “a redescoberta do critério de proximidade assumiu uma importância tanto maior, nos últimos anos, quanto a crise de leitores parecia agravar-se, constituindo-se como uma estratégia para recuperar imensas franjas de públicos que normalmente estão alheados dos grandes meios de comunicação de massa” (Camponez, 2002: 114).

O autor vê, então, como estratégia, os jornais nacionais terem apostado em edições diferentes para o Norte, Centro e Sul do país, numa tentativa de fidelizar

públicos. Como o próprio diz, “a proximidade está longe de ser apanágio da imprensa regional”, tratando-se de “uma questão transversal no jornalismo, no esforço de comunicar conteúdos considerados pertinentes aos seus leitores” (Camponez, 2002: 113).

A mesma estratégia é utilizada no PÚBLICO, que tem diferentes edições para o Porto e para Lisboa, o que constitui claramente uma estratégia para aproximar os leitores da informação veiculada.

Camponez faz ainda outra reflexão importante sobre a proximidade. O autor afirma que não é só no jornalismo que se tem feito um esforço de aproximação à população, mas sim um pouco em todas as áreas.

“Hoje, à medida que ouvimos falar das grandes fusões entre empresas mundiais, desponta um pouco por todo o lado o desejo de encontro com o próximo: fala-se de gestão local, de políticas locais, da ligação do político aos seus eleitores, de políticas de proximidade, de mercados locais e fragmentários, renasce o interesse pelas identidades e as culturas particulares e, conseqüentemente, pelos fenómenos de comunicação local” (Camponez, 2002: 15)

Se, por um lado, o mundo é cada vez mais global e existe a consciência de que é importante estar informado sobre o que é relevante a nível internacional, especialmente quando pode ter repercussões na nossa política e economia, por outro é também nesta altura, e sobretudo com a crise europeia, que se começa a valorizar aquilo que nos é próximo, uma vez que as pessoas começam a querer ter distância de certos países que, afastados, vão influenciando as políticas do Estado português.

9. As potencialidades da informação local no jornalismo *online*

Se na edição do jornal em papel a secção Local é limitada, no *online* o espaço é ilimitado e, portanto, temas que são excluídos do papel podem ter lugar no site dos meios de comunicação social. Muitas vezes essas informações multiplicam-se na internet, através de blogues e de redes sociais, o que significa que alguns assuntos, apesar de não terem tido lugar no papel, podem tornar-se virais e chegar a ter mais público do que os temas que integraram a edição em papel.

A potencialidade que o jornalismo *online* tem para as outras secções aplica-se também ao jornalismo local. Se os temas que são seleccionados para serem tratados na edição impressa obedecem a critérios muito rigorosos e têm que ter relevância e abrangência suficiente para captar a atenção de um público generalizado, como foi referido acima, no *online* pode ser dado espaço a informações mais concretas e direccionadas para um público específico. Desta forma, o jornal consegue alargar o espectro dos seus leitores e aumentar a relação de proximidade com eles.

É, por isso, frequente vermos no *site* do PÚBLICO, na secção Local, notícias sobre todos os pontos do país, independentemente de estas terem lugar na edição em papel do jornal. Na minha opinião é bastante positivo que isto aconteça, uma vez que permite a pessoas que estão longe dos acontecimentos terem contacto com eles, já que os jornais regionais de certas áreas do país não são uma fonte de informação habitual para pessoas que não vivem nessas zonas.

No entanto, existem alguns aspectos nestas notícias ou reportagens que podem comprometer a sua qualidade. A secção Local Lisboa conta apenas com quatro jornalistas, sendo impensável que estes consigam tratar todos os acontecimentos locais que possam ser objecto de notícia, verificando a sua informação, fazendo o contraponto e contextualizando a acção. Por este motivo, focam-se, sobretudo, nas notícias que irão sair na edição impressa. As outras são, muitas vezes, copiadas da Lusa, na íntegra, ou então são feitas por correspondentes que se encontram em certas zonas do país. Estas práticas podem ter repercussões na qualidade das notícias, especialmente no caso da agência Lusa, mas também, até certo ponto, no caso dos correspondentes, aspectos que analisarei em seguida.

10. O uso da agência Lusa/“Looser”

As agências de comunicação são fontes que representam uma espécie de “grossistas da informação”, disponibilizando informações aos órgãos de comunicação social que pagam uma assinatura pelos seus despachos. Considera-se que 98% da informação que circula no mundo, resulta do trabalho efectuado por quatro agências mundiais: a Associated Press (AP) e a United Press International (UPI), dos Estados Unidos da América; a France Press (AFP), de França; e a Reuter, de Inglaterra (Monteiro, Caetano, Marques e Lourenço, 2012; 309).

Através desta estimativa, consegue-se perceber a enorme influência que as agências de comunicação têm no jornalismo praticado um pouco por todo o mundo.

A agência Lusa, agência de comunicação portuguesa, é muito utilizada no PÚBLICO. Existem várias razões que, na minha opinião, contribuem para que isto aconteça:

1. O número de jornalistas é insuficiente para fazer todo o trabalho que é exigido;
2. Algumas entidades estão muito habituadas a enviar a sua informação para a Lusa, porque sabem que esta vai ser difundida para todos os meios de comunicação social, descurando, por isso, o contacto directo com o jornal;
3. Os jornalistas criam vícios e hábitos e, muitas vezes, usam a Lusa porque é mais fácil e cómodo do que obter a informação por outra via.

Esta é uma realidade difícil de contornar. Na secção Local, como os jornalistas se encontram em Lisboa, frequentemente utiliza-se a Lusa para publicar notícias sobre várias zonas do país onde o PÚBLICO não tem correspondentes. Esta prática pode ter implicações na qualidade do jornalismo, por várias razões.

Quando estava no PÚBLICO, uma jornalista da minha secção disse-me que muitas vezes tratam a Lusa por “Looser” (termo inglês que significa “falhado”), porque, pelo que me contou, é frequente a informação que chega da Lusa às redacções conter erros. Não é difícil perceber por que razão isto acontece. A Lusa envia as informações com muita rapidez. É natural que, algumas informações não estejam correctas, quando são enviadas a esta velocidade. Significa que o jornalista da Lusa não fez todo o trabalho que deve ser feito na construção de uma notícia. Nem é suposto que o faça em tão pouco tempo. Por isso, cabe ao jornal fazer essa parte – verificar toda a informação que chega da Lusa, contactar mais fontes que confirmem ou não essa informação e procurar completar a notícia com outros pontos de vista, se necessário. Isto é o que deve ser feito, mas nem sempre acontece.

A conversa surgiu com essa colega do PÚBLICO porque eu tinha escrito uma notícia baseada em informação que vinha da Lusa sobre um parecer dado pelo

provedor de Justiça, relativamente a um caso que ocorreu em Reguengos de Monsaraz. Só que eu, ao escrever a notícia não consultei o parecer, contactei apenas a Câmara de Reguengos. Ao consultar o parecer com essa minha colega, reparámos que existiam mais localidades que eram mencionadas e que, portanto, o que vinha da Lusa estava muito incompleto. Mais tarde apercebi-me que a Lusa tinha apenas mencionado Reguengos de Monsaraz, porque foi o único município que escreveu um *press-release* sobre o assunto.

Com este pequeno exemplo, pode-se entender como é que uma entidade que tenha uma comunicação mais especializada consegue sobressair nos meios de comunicação. Nesse dia, como já era bastante tarde, decidimos não publicar a notícia no *online* e alterá-la na manhã seguinte. Ora, no dia seguinte, um outro jornalista da secção *Online* já tinha publicado na íntegra a notícia da Lusa, sem fazer qualquer alteração, o que mostra precisamente um dos principais erros quando se lida com informação vinda de agências noticiosas.

Vasco Ribeiro, na tese “Fontes sofisticadas de Informação” fala precisamente desta realidade, focando-se, sobretudo no território da acessória, que directamente, através do contacto com o jornalista, ou indirectamente, através das agências de comunicação, consegue influenciar o fluxo noticioso. O investigador refere que “as fontes recorrem a uma série de expedientes para obter um tratamento jornalístico favorável aos seus interesses” e os jornalistas “são confrontados com a acção das fontes cujo principal desiderato é, precisamente, fazer com que as instituições ou causas que representam sejam alvo de uma cobertura noticiosa que, em traços gerais, despreze eventuais acontecimentos negativos e releve os acontecimentos positivos” (Ribeiro, 2006: 13).

Para o investigador, como refere em entrevista à revista “Jornalismo & Jornalistas”, a principal razão dos assessores de imprensa terem cada vez mais influência sobre os jornalistas deve-se “à falta de meios humanos” nas redacções. Como o próprio afirma: “a assessoria de imprensa trabalha em cima das brechas do jornalismo”. Para Vasco Ribeiro, o produto produzido pelos assessores de comunicação (normalmente traduzido em *press-releases*) tende a tornar-se num produto final. “Se

as redacções não têm gente e têm pouco dinheiro, a tendência é que aproveitem cada vez mais este material, que é informativo, útil e gratuito”.

De acordo com o autor, “mais de 60% das notícias resultam de uma acção de indução por parte de assessores de imprensa, relações públicas, consultores de comunicação, porta-vozes e outros peritos de *spin doctoring*”, evidenciando a necessidade crescente que o jornalista deve ter em avaliar constantemente as informações que recolhe.

Nunca se deve dar por garantido o que vem da Lusa, como de outras agências. Se o fazemos, não estamos a trabalhar bem. Isto acontece sobretudo na secção *Online*, porque a pressão do tempo é muito maior do que na edição impressa. Mas, enquanto estive no PÚBLICO, assisti a erros semelhantes, mesmo na edição em papel do jornal.

Na secção Local, existem ainda outros factores que fazem com que seja ainda mais importante verificar a informação proveniente de agências noticiosas. Como existe a necessidade de publicar notícias sobre vários locais do país, com os quais, frequentemente, o jornalista não tem familiaridade, ao receber informação da Lusa sobre esses locais, este tem que ter uma atenção redobrada sobre o que está a ler, uma vez que pouco sabe sobre aquelas regiões.

Apesar de estar longe do local do acontecimento, o jornalista pode sempre consultar os jornais regionais daquela região, contactar as fontes utilizadas pela Lusa ou contactar outras fontes que possam ser úteis para compreender o contexto do acontecimento.

11. Os correspondentes

A utilização de correspondentes é uma prática recorrente do jornalismo. Verifica-se, sobretudo, em acontecimentos internacionais. Dada a impossibilidade de os jornalistas se deslocarem a todos os eventos, especialmente com a crise financeira que os órgãos de comunicação social enfrentam actualmente, opta-se por ter correspondentes em determinadas zonas, onde é mais provável que se precise do seu trabalho.

No PÚBLICO, o mesmo acontece a nível internacional, como também a nível nacional. Na secção Local, utilizam-se alguns correspondentes para que se possa dar

cobertura a certas áreas do país, às quais os jornalistas que se encontram no Porto ou em Lisboa não tem oportunidade para se deslocar. Quanto ao Local Lisboa, lembro de se utilizar muito um correspondente da Madeira (Tolentino de Nóbrega) e outro do Alentejo (Carlos Beja).

A utilização de correspondentes pode ser bastante positiva, mas também pode comprometer a qualidade da informação publicada. Passarei, em seguida a explicar esta afirmação.

11.1. Os correspondentes – as vantagens

Já aqui foi referida a impossibilidade do jornalista se deslocar a todos os locais onde surgem acontecimentos que podem originar notícias. Desta perspectiva, a utilização de correspondentes vem resolver este problema. Ao ter alguém perto do local do acontecimento, o jornal consegue garantir uma maior aproximação do jornalista ao contexto em que este ocorre.

O correspondente de uma determinada área, ao estar próximo do local da acção, tem maior conhecimento da sua área de cobertura, o que é positivo, na medida em que:

1. Pode facilmente deslocar-se ao local;
2. Consegue identificar rapidamente as fontes que deve contactar para obter mais informações sobre o sucedido;
3. Tem uma maior proximidade com as fontes daquela região, sendo mais fácil contactá-las;
4. Ao conhecer as fontes, está mais atento a tentativas de desvirtuação da informação que estas lhe fornecem;
5. Está familiarizado com a região e, portanto, é mais provável que saiba se já aconteceram situações semelhantes e a razão por que aconteceram;
6. Ao cobrir apenas uma determinada área, pode ter conhecimento de temas que sejam susceptíveis de terem interesse para o jornal e investigar com uma maior precisão, porque conhece melhor aquela zona.

Esta especialização dos correspondentes na sua área de intervenção pode, então, contribuir para uma maior qualidade da informação devido à proximidade que

estes têm com o local. Esta proximidade é algo que um jornalista na redacção de Lisboa dificilmente conseguiria obter se tivesse que escrever uma notícia sobre o Alentejo, por exemplo. Está distante da acção, das fontes e do contexto, o que significa que está mais vulnerável a cometer erros e a ser utilizado pelo poder económico ou político de determinada zona, se estes tiverem como intenção promover os seus interesses.

11.2. Os correspondentes – as desvantagens

A utilização de correspondentes tem, como foi referido, enormes vantagens para os jornais que estão, sobretudo, concentrados nas grandes metrópoles. Ainda assim, existem perigos que devem ser tidos em conta pelos editores do jornal.

Um correspondente nunca se desloca à redacção (se o fizer é muito raramente), o que significa que está fisicamente afastado do editor para o qual trabalha. Por este motivo, torna-se complicado para o editor aperceber-se dos métodos de trabalho do correspondente, das suas rotinas, dos seus interesses e das suas ambições.

Ao estar próximo das fontes que utiliza, do poder económico e político da região onde trabalha, o correspondente está mais exposto a desenvolver relações que comprometam a sua imparcialidade e objectividade.

Por outro lado, ao ser conhecido como correspondente daquela região, algumas organizações podem tentar exercer a sua influência sobre ele para promover os seus interesses, uma vez que sabem que, ao serem bem-sucedidas, a informação irá ser distribuída a nível nacional, tendo, por isso, maior impacto do que se fosse através dos jornais regionais.

Na obra “Teorias da Comunicação” Mauro Wolf cita Gans para enunciar quatro factores que são relevantes do ponto de vista do interesse da fonte em ter acesso aos jornalistas: os incentivos; o poder da fonte; a sua capacidade de fornecer informações credíveis; e a proximidade social e geográfica em relação aos jornalistas (Wolf, 1987: 199)

Mauro Wolf considera que, destes, o determinante é o último factor, sendo que os outros são complementares. O autor faz também a distinção entre “jornalistas

especializados” (por temas ou assuntos tratados, por território ou instituições cobertos) e “jornalistas não-especializados”, considerando que os primeiros “entram em contacto com as fontes com uma bagagem diferente de conhecimentos estruturados sobre o assunto a noticiar e a qualidade do contacto é também diferente”, o que se pode entender como uma vantagem da utilização de correspondentes no caso da secção Local do PÚBLICO, como referido acima.

Por outro lado, o autor considera que o estreitamento das relações entre estes jornalistas e as fontes, que se tornam “fontes pessoais” ou “quase informadores que mantêm os repórteres actualizados”, acaba por levar a que se crie uma relação “simbiótica de obrigações recíprocas entre fonte e jornalista-especializado”, o que, simultaneamente, facilita e dificulta o trabalho (Wolf, 1987: 201).

Como explica Wolf, o receio de perder uma determinada fonte leva, mais tarde ou mais cedo, o jornalista “a uma dependência mais ou menos consciente, justificada pela produtividade da fonte” (Wolf, 1987: 201).

Por este motivo, quando existe uma maior proximidade entre a fonte e o jornalista e uma constante utilização dessa fonte, a dependência do jornalista torna-se maior, podendo considerar-se que o “poder” está do lado da fonte. Os custos de perder esse contacto podem levar o jornalista, mesmo que não esteja consciente disso, a compactuar com certos interesses da fonte, pelo que, como afirma Gans “os correspondentes devem calcular com frequência os custos e as desvantagens que há em antagonizar as suas fontes com uma notícia, decidindo se a devem ou não publicar, de forma a manterem intacta a relação” (Gans in Wolf, 1987: 202).

Em suma, se, por um lado, a utilização de correspondentes traz enormes vantagens para os jornais sediados apenas em Lisboa e no Porto, por outro o afastamento dessas pessoas da redacção pode fazer com que estas estabeleçam relações promíscuas com o poder político e económico das regiões em que trabalham sem que os editores do jornal se apercebam, uma vez que desconhecem a realidade daquela zona específica do país.

Conclusão

Ao realizar este relatório foram muitas as conclusões que retirei da minha experiência como estagiário no jornal PÚBLICO, todas descritas nas várias fases deste documento.

Uma das competências que adquiri foi a capacidade para lidar com a rotina jornalística, muitas vezes mencionada em obras de teor académico. Como estudante, longe das redacções, é difícil imaginar todo o processo de concretização do trabalho de um jornalista, os constrangimentos da profissão e as técnicas utilizadas para os superar. Só passando pela experiência é que se consegue compreender totalmente a exigência deste processo e a responsabilidade que lhe está associada.

A passagem pelo PÚBLICO contribuiu decisivamente para um maior aprofundamento da minha aprendizagem e para a confirmação da minha ambição em ser jornalista.

Ao pertencer à secção Local do PÚBLICO, constatei uma realidade que, infelizmente, se generalizou nas empresas jornalísticas actuais: o corte no número de jornalistas, a diminuição de algumas secções do jornal e os efeitos que isso implica no desenvolvimento do trabalho jornalístico. Muitas vezes ouvia a voz do meu editor, José António Cerejo, a reclamar do espaço reduzido que era dado à secção Local na edição em papel do PÚBLICO. Como jornalista de uma secção é natural que, assistindo à diminuição da importância que lhe é dada, surja um certo sentimento de indignação.

Hoje, depois de ter tido esta experiência, cada vez mais penso que é importante dar valor à informação local e que os diários ou semanários com distribuição nacional não devem deixar de apostar neste jornalismo. Numa sociedade cada vez mais global, é necessário promover uma aproximação ao que nos é verdadeiramente próximo e dar a conhecer a realidade de Portugal às pessoas que dele fazem parte, não deixando que apenas seja divulgada informação sobre o que outros países ou comunidades externas têm a dizer sobre a nossa situação.

Bibliografia

- CAMPONEZ, Carlos (2002), *Jornalismo de Proximidade*, Coimbra: Edições MinervaCoimbra.
- CORREIA, Fernando (2006), *Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia*, Lisboa: Editorial Caminho.
- FONTCUBERTA, Mar de (2010), *A notícia – pistas para compreender o mundo*, Lisboa: Casa das Letras (Oficina do Livro).
- GRUNDY, Bruce (2008), *Então, quer ser jornalista?*, Lisboa: Editorial Bizâncio.
- MONTEIRO, Ana Cristina; CAETANO, Joaquim; MARQUES, Humberto; e LOURENÇO, João (2012), *Fundamentos da Comunicação*, Lisboa: Edições Sílabo.
- PÚBLICO (1998), *Livro de Estilo*, Lisboa.
- RIBEIRO, Vasco (2006), *Fontes Sofisticadas de Informação*, Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/13047/2/FontesSofisticadasdeInformao000069327.pdf?origin=publication_detail.
- RIBEIRO, Vasco (2013), “A assessoria de imprensa trabalha em cima das brechas do jornalismo”, in *Jornalismo & Jornalistas* nº 53, pp. 30-35.
- SANTOS, Rogério (1997), *A negociação entre jornalistas e Fontes*, Coimbra: Minerva Editora.
- SILVA, Gislene (2004), *Para pensar critérios de noticiabilidade*. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091/1830>.
- SOUSA, Jorge Pedro, *Os elementos do jornalismo impresso*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>.
- TRAQUINA, Nélon (2002), *o que é Jornalismo*: Quimera Editores.
- WOLF, Mauro (1987), *Teorias da Comunicação*, Lisboa: Editorial Presença.

Anexos

(artigos escritos no PÚBLICO no período de estágio realizado)

Registo de actividade de estágio no Público - 01/10/2013 a 31/12/2013

Título	Tema	Data de publicação	Secção	suporte	Meio de acesso	Tipo
Redonda e plana, é assim a "ilha do terramoto" no Paquistão	NASA apresenta novas imagens da ilha do Paquistão, que surgiu após um terramoto do dia 24 de Setembro de 2013.	02-10-2013	Online	Online	http://www.publico.pt/mundo/noticia/redonda-e-plana-e-assim-a-ilha-do-terramoto-no-paquistao-1607827#/0	Notícia
Professores desempregados voltam a ocupar instalações do ministério	Ocupação do Ministério da Educação por cerca de 40 professores desempregados.	04-10-2013	Portugal	Papel e online	http://www.publico.pt/sociedade/noticia/ministerios-da-educacao-e-da-saude-ocupados-1607976	Notícia
Garrett McNamara de volta à Nazaré para bater o seu próprio recorde	O surfista McNamara está de volta à Nazaré para surfar ondas gigantes.	05-10-2013	Online	Online	http://www.publico.pt/desporto/noticia/garrett-mcnamara-de-volta-a-nazare-para-bater-o-seu-proprio-recorde-1608138#/0	Notícia
Escolas com actividades suspensas no Porto e em Viana do Castelo	Escola em Viana do Castelo suspende as actividades porque os alunos fizeram greve devido às condições deficitárias do edifício. Escola no Porto cancela algumas aulas por falta de funcionários.	04-10-2013	Online	Online	http://www.publico.pt/sociedade/noticia/escolas-com-actividades-suspensas-no-porto-e-em-viana-do-castelo-1608132	Notícia
Coreia do Norte inaugura luxuosa estância de esqui	Um estância de esqui é inaugurada na Coreia do Norte com mais de 110 km de pistas.	07-10-2013	Online	Online	http://www.publico.pt/mundo/noticia/coreia-do-norte-inaugura-luxuoso-resort-de-ski-1608350	Notícia
Lisboa recupera um dos mais antigos centros comerciais	O Centro Comercial de Alvalade foi totalmente renovado após obras de dois anos.	10-10-2013	Local	Papel e online	http://www.publico.pt/local-lisboa/jornal/lisboa-recupera-um-dos-mais-antigos-centros-comerciais-27221346	Notícia
Provedor de Justiça diz ser ilegal taxa cobrada pela Estradas de Portugal	O provedor considerou que a taxa cobrada pela EP aos anunciantes que têm anúncios em prédios juntos à parte das estradas nacionais que atravessam aglomerados urbanos é ilegal e que estes anunciantes carecem apenas de licenciamento municipal.	10-10-2013	Local	Online	http://www.publico.pt/local/noticia/provedor-de-justica-diz-ser-ilegal-taxa-cobrada-pela-estradas-de-portugal-1608732	Notícia
PJ detém suspeito de simular roubo de bacalhau no valor de 112 mil euros	Um homem de 21 anos foi detido na Guarda por ter simulado um roubo de 22,5 toneladas de bacalhau.	11-10-2013	Local	Online	http://www.publico.pt/local/noticia/pj-detem-suspeito-de-simular-roubo-de-bacalhau-no-valor-de-112-mil-euros-1608800	Notícia

Três feridos graves em tiroteio na Cova da Moura, Amadora	3 pessoas foram baleadas na Cova da Moura, Amadora.	14-10-2013	Local	Online	http://www.publico.pt/local/noticia/tiroteio-na-cova-da-moura-provoa-tres-feridos-graves-1609052	Notícia
Propostas dos cidadãos para Lisboa estão em votação até ao final do mês	O Orçamento Participativo de Lisboa decorre até ao final do mês de Outubro, projecto onde são apresentadas propostas de cidadãos para a cidade. As mais votadas serão concretizadas pela câmara em 2014.	18-10-2013	Local	Papel e online	http://www.publico.pt/local-lisboa/jornal/propostas-dos-cidadaos-para-lisboa-estao-em-votacao-ate-ao-fim-do-mes-27261904	Notícia
Centenas de ex-alunos protestam contra "a morte" do Colégio Militar	Um grupo de antigos alunos manifesta-se durante a cerimónia de abertura solene do Colégio Militar, contra as transformações efectuadas pelo ministro da Defesa em Abril de 2013.	19-10-2013	Portugal	Papel e Online	http://www.publico.pt/sociedade/noticia/exalunos-protestam-contralteracoes-no-colegio-militar-1609639#/0	Notícia
Bernardino Soares promete gestão rigorosa da Câmara de Loures	Bernardino Soares toma posse como presidente da Câmara de Loures, depois de 12 anos de gestão socialista.	23-10-2013	Local	Papel e Online	http://www.publico.pt/local/noticia/bernardino-soares-promete-gestao-rigorosa-da-camara-de-loures-1610074	Notícia
Cobertura de edifício ruiu em Campolide	O telhado de um prédio ruiu em Campolide, mas não foram registados feridos.	25-10-2013	Local	Online	http://www.publico.pt/local/noticia/cobertura-de-edificio-ruiu-em-campolide-1610310	Notícia
Quisque da Ribeira das Naus está a ser substituído	O quiosque da Ribeira das Naus, que abriu há sete meses vai ser substituído por outro.	02-11-2013	Local	Papel		Breve
Portugueses estão mais solidários e preferem dar alimentos	Um estudo revela que, em 2013, 30 por cento dos portugueses contribui regularmente com donativos para acções de solidariedade.	06-11-2013	Portugal	Online	http://www.publico.pt/sociedade/noticia/portugueses-estao-mais-solidarios-e-preferem-dar-alimentos-1611552	Notícia
Miguel Macedo aplaudido quando anunciou estatuto especial para a PSP	Protesto dos sindicatos da PSP no Parlamento contra cortes no orçamento para a Defesa.	10-11-2013	Portugal	Papel e online	http://www.publico.pt/portugal/jornal/miguel-macedo-aplaudido-quando-anunciou-estatuto-especial-para-a-psp-27376529	Notícia
Quatro das novas freguesias de Lisboa ainda andam à procura de sede definitiva	Com a agregação das novas juntas de freguesia, coloca-se a pergunta: Onde vai ser a sede e o que irá acontecer aos restantes edifícios?	24-11-2013	Local	Papel e online	http://www.publico.pt/local/noticia/quatro-das-novas-freguesia-de-lisboa-ainda-andam-a-procura-de-sede-definitiva-1613690	Notícia
Câmara de Sintra compra hotel centenário	Câmara de Sintra comprou hotel Netto para o converter em <i>hostel</i> .	26-11-2013	Local	Papel e online	http://www.publico.pt/local/noticia/camara-de-sintra-vai-recuperar-hotel-centenario-no-centro-historico-1614053	Notícia

Inaugurada nova esquadra da PSP na baixa de Lisboa	Foi inaugurada a nova esquadra da PSP na baixa de Lisboa, que substitui a do Terreiro do Paço. Estiveram presentes Miguel Macedo e António Costa.	05-12-2013	Local	Papel e online	http://www.publico.pt/local/noticia/inaugurada-nova-esquadra-da-psp-na-baixa-de-lisboa-1615052	Notícia
Diogo tem 14 anos e quer usar a poesia para ajudar	Rapaz com doença degenerativa publica livro de poesia para angariar dinheiro para a Associação Nacional de Charcot-Marie-Tooth, a qual quer fundar.	06-12-2013	Portugal	Papel e online	http://www.publico.pt/sociedade/noticia/diogo-tem-14-anos-e-quer-fundar-uma-associacao-nacional-para-a-doenca-rara-de-que-sofre-1615205	Reportagem
Pequeno comércio cai e grandes cadeias em alta no centro de Lisboa	Verifica-se uma queda de 4% no pequeno comércio, apesar de este ainda constituir a maioria da oferta no centro de Lisboa.	09-12-2013	Local	Papel e online	http://www.publico.pt/local/noticia/pequeno-comercio-em-queda-e-grandes-cadeias-em-alta-no-centro-de-lisboa-1615533	Notícia
Acesso à Torre de Belém melhorado com novo passadiço	Inaugurado novo passadiço na Torre de Belém. Jardim fronteiro foi também alvo de intervenções.	11-12-2013	Local	Papel e online	http://www.publico.pt/local/noticia/torre-de-belem-tem-novo-passadico-de-acesso-1615803	
Mesmo aos 500 anos o Bairro Alto não pára de se reinventar	Reportagem sobre os 500 anos do Bairro Alto.	15-12-2013	Local	Papel e online	http://www.publico.pt/local/noticia/com-cinco-seculos-o-bairro-alto-continua-a-reinventarse-1616317#/0	Reportagem
No Bairro Alto os jornais deram lugar a pólos de cultura	Três casos de antigos jornais que acolheram actividades relacionadas com cultura.	15-12-2013	Local	Online	http://www.publico.pt/local/noticia/no-bairro-alto-os-jornais-deram-lugar-a-polos-de-cultura-1616354#/0	Reportagem
500 anos do Bairro Alto	<i>Timeline</i> sobre os 500 anos do Bairro Alto.	15-12-2013	Local	Online	http://publico.pt/local/500-anos-de-bairro-alto	<i>Timeline</i>
Deputados preocupados com o aumento do consumo de cannabis	Deputados perguntam a João Goulão do SICAD qual a estratégia que vai ser seguida para combater o aumento do consumo de cannabis.	18-12-2013	Portugal	Papel e online	http://www.publico.pt/sociedade/noticia/deputados-preocupados-com-o-aumento-de-consumo-de-cannabis-1616706	Notícia
Recolha do Lixo em Lisboa só deve ficar normalizada a partir de 10 de Janeiro	Greve dos trabalhadores do serviço de limpeza da Câmara de Lisboa provoca consequências na cidade ao nível da saúde pública. António Costa fala à imprensa.	28-12-2013	Local	Papel e online	http://www.publico.pt/local/noticia/situacao-do-lixo-em-lisboa-so-ficara-normalizada-a-partir-de-dez-de-janeiro-diz-antonio-costa-1617714	Notícia
Moradores contra construção de condomínio privado na Madragoa	Um condomínio privado vai ser construído na Madragoa, demolindo a antiga fábrica de cerâmica e azulejos Constância. Moradores entregam uma reclamação à Câmara de Lisboa.	30-12-2013	Local	Papel e online	http://www.publico.pt/local/noticia/moradores-contra-construcao-de-condominio-privado-no-bairro-da-madragoa-1617877	Notícia

Professores desempregados voltam a ocupar instalações do ministério

Grupo de docentes esperou cinco horas, mas não foi recebido por nenhum responsável nem conseguiu agendar qualquer encontro. Há alunos sem professores e professores sem trabalho, lamentaram

Educação
André Vidal e Clara Viana

Sentaram-se no chão, com a galeria de fotos de todos os ministros da Educação atrás de si. Depois cantaram de improviso, com quadras dedicadas aos mais recentes, entre eles Nuno Crato. Cerca de 40 professores contratados que estão no desemprego voltaram ontem a ocupar instalações do Ministério da Educação e Ciência (MEC), desta vez as da Avenida 5 de Outubro, em Lisboa. Há dois anos, o mesmo grupo esteve mais de 25 horas "acampado" no Palácio das Laranjeiras, onde habitualmente se encontra Nuno Crato. Ontem, chegaram por volta das 15h e saíram perto das 20h, anunciando que vão estudar novas ações na próxima terça-feira.

Entre os ocupantes figuravam os professores Belandina Vaz e Miguel Reis, militantes do Bloco de Esquerda e do Movimento Escola Pública, que já em Setembro de 2011 lideraram a ocupação do Palácio das Laranjeiras, onde permaneceram durante 25 horas, exigindo ser ouvidos pelo ministro Nuno Crato - o que não aconteceu.

Desta vez, também não. Por volta das 17h de ontem, foi anunciado que o ministro não iria recebê-los, uma vez que se encontra fora numa visita oficial à Turquia, mas que seriam recebidos por um secretário de Estado - o que também não aconteceu. Três dos docentes reuniram-se, às 19h, com o secretário-geral do MEC, de modo a agendar uma reunião para outro dia com o ministro ou com um dos secretários de Estado. Pouco depois saíram sem qualquer data agendada.

Tristeza e indignação

Miguel Reis anunciou que era com "tristeza e alguma indignação" que encarava a decisão da tutela de não marcar uma data. O que lhes foi dito é que fica o compromisso de que o seu pedido seria analisado. Ao secretário-geral do MEC o grupo apresentou os quatro pontos que pretendem tratar na futura reunião: o desemprego docente, o número de alunos por turma, o processo de oferta de escolas e a prova de acesso à profissão.

"Há muitos alunos sem professores



Cerca de 40 professores ocuparam ontem as instalações do ministério tutelado por Nuno Crato

e muitos professores sem trabalho", explicou Belandina Vaz, em declarações aos jornalistas. Em 2011 a ocupação foi motivada uma série de erros no concurso nacional para professores contratados, que levou a que na aplicação informática que gere estes procedimentos quase todos os horários tivessem sido transformados de anuais em temporários. Na altura foi criada uma página no Facebook dando origem a um movimento de professores contratados e desempregados, que é a situação dos que ocuparam ontem o átrio da 5 de Outubro.

O protesto foi apoiado pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), afecto à Federação Nacional de Professores. A meio da tarde, Sofia Barcelos, dirigente do SPGL, e também desempregada, lançou um apelo aos professores para se juntarem à ocupação, que se iniciou pouco depois de o líder da Fenprof, Mário Nogueira, ter terminado uma reunião com o secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, João Grancho, por causa dos horários dos docentes do 1.º ciclo. A dirigente sindical Deolinda Machado, ouvida pela Lusa, explicou que a decisão de se concentrarem nas instalações do MEC surgiu numa reunião realizada na manhã de ontem. "Depois do encontro, foi decidido pedir uma audiência ao ministro, tendo em conta que há escolas encerradas, sem professores e com turmas demasiado grandes, havendo, por outro lado, milhares de professores no desemprego", disse. "Não há justificação para este número tão grande de desempregados", disse, adiantando que, nos últimos anos, saíram milhares de professores para a aposentação e que não foram substituídos.

No átrio do MEC, os protestos azedaram-se quando os docentes foram impedidos de ter acesso à casa de banho, guardada por um agente policial. Os professores queixaram-se também de que havia sido desligado o ar condicionado e que não lhes permitiam ir buscar água.

Um grupo de alunos do ensino superior juntou-se por umas horas ao protesto. Também para manifestar apoio aos professores passaram pelas instalações do MEC a deputada do BE Helena Pinto e o deputado do PCP Miguel Tiago.

Na Saúde, sindicalistas conseguiram marcar uma reunião

Uma centena de manifestantes entraram de rompante no Ministério

Cerca de 100 sindicalistas entraram ontem de rompante nas instalações do Ministério da Saúde e da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), em Lisboa, exigindo a marcação de uma reunião que aguardavam há seis meses, explicou Luis Pesca, um dos dirigentes da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, que representa milhares de auxiliares e administrativos que trabalham em hospitais e centros de saúde. Depois de duas horas e da chegada de reforço policial, saíram com que o pretendiam. A 21 de Outubro reúnem-se com o conselho directivo da ACSS, a 24 com o secretário de Estado da Saúde.

Todos os dias são bombardeados com perguntas às quais não sabem responder,

diz Luis Pesca, por isso decidiram tomar esta atitude. As reivindicações são várias, desde logo a federação reclama o reinício das negociações do acordo colectivo de trabalho para os hospitais com o estatuto de entidade pública empresarial, que mantém com os seus trabalhadores contratos individuais de trabalho que não obedecem às regras da função pública. Pedem ainda que seja criada a carreira de técnico auxiliar de saúde e denunciam "a desregulamentação dos horários de trabalho no sector", em que há pessoas a fazer duplos turnos de sete horas que, com a passagem às 40 horas semanais, poderão passar a trabalhar 16 horas. "Eu não gostaria de ser atendido por um técnico que está a trabalhar 16 horas seguidas."

Outros problemas para o

qual o Ministério da Saúde não deu ainda resposta, diz, estão relacionados com "o recurso ilegal a desempregados", o não pagamento de horas extraordinárias e a incerteza quanto ao destino dos hospitais que vão ser entregues às Misericórdias. "Queremos saber quantos são. Como vai ser a passagem de funcionários? Queremos ser envolvidos."

Embora, a 14 de Fevereiro, a federação tenha conseguido reunir-se com o secretário de Estado da Saúde, "este ou não deu resposta ou remeteu a responsabilidade da sua negociação para a ACSS, que, por sua vez, reencaminhou para aquele membro do Governo", explica. "Face a esta inadmissível falta de respeito pelos trabalhadores da Saúde, estes decidiram avançar com esta acção de luta." **Catarina Gomes**

Extensão da linha azul do metro só chega à Reboleira no final de 2015

Transportes
Inês Boaventura

No Areeiro, o átrio sul foi remodelado e reabre "nos próximos dias", mas os trabalhos na estação continuam

Era para estar concluída no início de 2009, depois no primeiro semestre de 2011, mais tarde no segundo semestre de 2012 e por fim em meados de 2014. De adiamento em adiamento, a extensão da Linha Azul do Metropolitano de Lisboa à Reboleira, no concelho da Amadora, vai sendo protelada. As obras estão paradas há mais de dois anos.

A empreitada, que vai permitir ligar a Linha de Sintra da CP ao metro, foi anunciada em 2005, durante o primeiro Governo de José Sócrates. Os trabalhos acabariam por arrancar quatro anos depois do anúncio. Quando o actual Governo tomou posse, em junho de 2011, a empreitada foi suspensa. Argumento: era preciso reavaliar o investimento. Mais de dois anos depois, a situação mantém-se.

A expectativa inicial apontava para um custo de 58 milhões de euros, a meta seria servir cerca de quatro milhões de passageiros por ano, ou seja, quase o dobro dos 2,2 milhões

4

Milhões de passageiros deverão utilizar, por ano, a nova estação da Reboleira. Em 2012, o Metropolitano transportou 154 milhões de passageiros

de passageiros que usaram a estação do Aeroporto no primeiro ano de actividade, entre julho de 2012 e julho de 2013.

Questionado pelo PÚBLICO sobre o impasse na Reboleira, o Metropolitano de Lisboa informou estar em curso uma "revisão do projecto de especialidades para o lançamento do concurso de acabamentos da estação, galerias e posto de ventilação". A empresa acrescentou estar "a aguardar a aprovação do financiamento comunitário, essencial para que a obra possa ser concluída".

A mais recente previsão é que o prolongamento da Linha Azul vá custar cerca de 63 milhões de euros

e esteja concluído no "último semestre de 2015". Para que tal aconteça, "faltam realizar todos os trabalhos relacionados com os acabamentos, infra-estruturas eléctricas, telecomunicações, via férrea, sinalização e electromecânica", avaliados em 15 milhões.

O vereador dos Transportes da Câmara da Amadora, eleito pelo PS, considera que as justificações do Governo e da transportadora "não são aceitáveis", sublinhando que a chegada do metro à Reboleira é "fundamental" para os utilizadores da Linha de Sintra. Gabriel Oliveira diz que "o investimento principal está feito" e teme que as obras realizadas se degradem com o passar do tempo, sejam vandalizadas ou alvo de furtos.

Novidades no Areeiro

Na Linha Verde, há obras em curso na estação do Areeiro. O lado sul da Praça Francisco Sá Carneiro, junto à Avenida Almirante Reis, está de cara lavada, e os acessos aí existentes deverão reabrir "nos próximos dias". Ainda assim, as obras vão arrastar-se até ao fim do próximo ano, porque a remodelação do átrio norte só agora vai começar.

O principal objectivo desta empreitada, que teve início em Setembro de 2009, é prolongar o cais de embarque da estação, permitindo que nela passem a circular composições com seis carruagens. Hoje o Areeiro está preparado para receber quatro carruagens, mas, desde a reformulação da rede de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa (concretizada no início de 2012), as composições que circulam na Linha Verde têm apenas três.

Depois de concluídos os trabalhos no Areeiro, que deverão estender-se por mais 14 meses e vão custar 15,5 milhões de euros, segundo a transportadora, segue-se uma intervenção semelhante na estação de Arroios. Segundo o Metropolitano de Lisboa essas obras deverão representar um investimento de seis milhões, a concretizar em 18 meses.

No site da empresa lê-se que "estão também previstas intervenções nas estações Anjos e Intendente, que, apesar de já terem cais de 105 metros, encontram-se algo envelhecidas". Questionado sobre o assunto, o Metropolitano respondeu que essas obras na Linha Verde "não estão previstas no plano de investimentos, dada a situação económica e financeira actual".



Foram gastos cinco milhões na actualização de um espaço que pretende manter a ligação ao bairro

Lisboa recupera um dos mais antigos centros comerciais

Comércio
André Vidal

Reabre hoje o Centro Comercial de Alvalade, com 27 lojas, após dois anos de obras que mudaram um espaço inaugurado em 1976

Lisete Lopes, de 77 anos, e Maria de Lurdes Figueiredo, de 75, aproveitam a manhã para pôr a conversa em dia junto à rotunda de Alvalade. À sua frente têm o Centro Comercial de Alvalade e é dele que falam. "Para já consigo ver que há muita coisa que vai melhorar, como aquelas esplanadas e as lojas cá fora. Também não havia escadas rolantes e agora parece que há", observa Maria de Lurdes, que chegou a trabalhar numa loja de pronto-a-vestir naquele sítio há muitos anos.

A renovação do Centro Comercial de Alvalade, em Lisboa, que apresenta hoje as primeiras lojas, após a remodelação iniciada em Setembro de 2011, gerou diversas expectativas.

Segundo o presidente da Associação Portuguesa de Centros Comerciais, António Sampaio de Mattos, a recuperação deste género de espaços mais antigos pode ser uma tendência no futuro. "Por estarem desactualizados na arquitectura ou no tipo de comércio, estes espaços tentam

actualizar-se", refere. Em 2012, não se abriram novos centros comerciais, com excepção de dois pequenos *retail park* na Grande Lisboa e na região centro. E no presente ano há a registar a expansão do AlgarveShopping, não estando prevista nenhuma abertura, segundo o relatório de Outono da imobiliária Cushman & Wakefield.

Quanto ao espaço de Alvalade, inaugurado em 1976, faz parte da primeira geração de centros comerciais de Lisboa, a par do Apolo 70 ou do Itaviz.

Na altura com 22 lojas, o sucesso que alcançou obrigou a diversas modificações. Chegou a ter duas salas de cinema e, mais tarde, passou a ter um total de 72 estabelecimentos, embora todos de pequenas dimensão.

Porém, foi perdendo comerciantes e, nos últimos anos, foram poucos os que se mantiveram no espaço. "Quando já popularidade do centro foi abaixo, senti saudades. Lembro-me que ao domingo não se podia entrar, não cabíamos, porque estava sempre cheio", conta Lisete Lopes, que vive no bairro desde os 13 anos. "Aqui havia de tudo: oculista, carpates, ourives, lavandaria, loja de animais e cabeleireiros", relembra Maria de Lurdes.

A renovação custou cinco milhões de euros, financiado pela empresa Alrisa (do grupo Alves Ribeiro). "A arquitectura e a distribuição das lojas

necessitou de uma grande readaptação, mas procurou-se manter um espaço que possa voltar a ser o centro de todas as pessoas que se identificam com o bairro", refere o director-geral do centro, Miguel Simão.

O espaço interior divide-se em dois pisos, nos quais se podem encontrar 27 lojas de marcas e serviços. Alguns mantêm-se, como a Caixa Geral de Depósitos, a Camanga, a Bilheteira de Alvalade e a Ana Wear. Outros voltam a abrir, como a Moy Aquários, a 5 à Sec e a Barreiros Faria Perfumarias. Mas também há estreantes, como a Prazeres Araújo Cabeleireiros, a Mercantina ou o Laboratório do Saber.

Para além disso, o novo Centro Comercial de Alvalade terá um supermercado da cadeia Pingo Doce, uma zona de restauração com esplanada e um parque de estacionamento pago com 163 lugares.

Na Avenida da Igreja, uma das que ladeiam o centro comercial, as opiniões dividem-se. Se para Sáfira Mamade, proprietária da loja de lingerie Ardázia, a renovação "pode atrair pessoas mais jovens, que passem pela avenida e entrem nas lojas", para Filipe Batista, dono de um cabeleireiro um pouco mais à frente, "as pessoas que vão de propósito a centros comerciais vão ao Colombo ou às Amoreiras". "Não acredito que venha mais gente para aqui. Vai ficar tudo na mesma."

Propostas dos cidadãos para Lisboa estão em votação até ao fim do mês

Serão os cidadãos a decidir o destino de 2,5 milhões de euros, verba disponibilizada na sexta edição do orçamento participativo. Oitenta e três das 208 propostas prendem-se com espaço público e espaços verdes

Cidadania
André Vidal

Lisboa poderá ter sete balões gigantes, de hélio, a iluminar as suas colinas. E, quem sabe, as ruas da Baixa ficarão cheias de frases inspiradoras pintadas nas paredes. Estas são apenas duas medidas concorrentes ao Orçamento Participativo da cidade. Poderão concretizar-se, caso sejam escolhidas pelos cidadãos.

Qualquer pessoa pode votar numa das 208 propostas a concurso até ao final de Outubro. A maioria (57%) prende-se com o espaço público, espaços verdes, infra-estruturas viárias e mobilidade. A iniciativa, que teve início em 2008 e se assemelha a outras em curso em muitos locais do país, é promovida pela Câmara de Lisboa e destina-se a disponibilizar 2,5 milhões de euros para investir em propostas dos cidadãos.

A sexta edição do programa contou, inicialmente, com 551 sugestões enviadas entre Abril e Junho – o segundo número mais baixo desde 2008 (apenas supera as 533 enviadas em 2009). Estas foram, mais tarde, sujeitas a uma seleção levado a cabo pela autarquia, que, rejeitando algumas por as considerar inexequíveis e agregando outras por se relacionarem com o mesmo assunto, originou um total de 208 propostas que estão em votação desde 15 de Setembro até 31 de Outubro.

Qualquer pessoa pode votar na sua proposta preferida através do site criado para o efeito, por sms ou nos autocarros multimédia que irão percorrer vários locais da cidade até ao final do mês. Terminado este processo, a câmara compromete-se a pôr em prática as ideias que forem mais votadas pelos cidadãos.

As propostas dividem-se em dois grupos: as que implicam um investimento igual ou inferior a 150 mil euros e aquelas que estão orçadas entre 150 e 500 mil euros. Esta categorização acontece para que os projectos de menor dimensão, destinados a pequenas melhorias que facilitam o dia-a-dia das pessoas, não tenham que competir com os maiores, que habitualmente envolvem a construção de infra-estruturas.

Para além disso, as propostas estão divididas em áreas. Este ano, os lisboetas deram preferência ao "es-



A recuperação do Jardim Botânico é uma das propostas colocadas à votação dos cidadãos

paço público e espaços verdes" (com 83 propostas) e às "infra-estruturas viárias, trânsito e mobilidade" (41). Avultam ainda as áreas da "cultura"

(26), "turismo, comércio e promoção económica" (24), "educação, juventude e desporto" (12), "acção social e habitação" (nove).

Dentro deste conjunto, existem ideias para todos os gostos. Desde as mais originais, como colocar balões gigantes, de hélio, em cada uma das sete colinas de Lisboa, pendurar uma bandeira de Portugal debaixo do arco da Rua Augusta ou oferecer uma vassoura e uma pá aos comerciantes para que nos tempos livres varram os espaços fronteiros aos seus estabelecimentos, até às mais convencionais, como a criação de hortas urbanas, a requalificação da Rua Morais Soares, ou a implantação de um parque infantil em Marvila.

A procura de votos faz com que muitas associações desenvolvam estratégias para captar eleitores. No caso do Museu Nacional de História Natural e da Ciência, que apresentou uma proposta no sentido de requalificar o Jardim Botânico de Lisboa, já foram ali realizadas quatro feiras para divulgar a candidatura. Raquel Barata, uma das responsáveis pela iniciativa, explica que, com estas acções, "consegue-se envolver todo o bairro e obter uma divulgação muito grande". Este sábado realiza-se mais uma feira, desta vez de produtos naturais, e às 16h os participantes irão estender cordas que ligarão o Príncipe Real e a Praça da Alegria ao Jar-

dim Botânico. "São três espaços verdes importantes que vão ser ligados através de um nó dado em frente a um dos portões do jardim que, neste momento está fechado", refere Raquel Barata. A proposta, que já tinha sido apresentada em 2102, pretende reconstruir uma parte degradada do jardim, criar zonas de lazer e esplanadas, de forma a atrair os lisboetas, já que grande parte dos visitantes são estrangeiros.

O mesmo acontece noutros casos. A Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, que apresentou uma candidatura no sentido de recuperar um edifício no Lumiar para afazer um centro de interpretação ambiental dedicado às aves, organizou, no fim de Setembro, uma visita ao local e tem distribuído cartazes que podem ser impressos através do seu site. Também a Fundação Agir Hoje, que quer ver criado um hotel social para albergar famílias desalojadas, tem-se esforçado para que o seu projecto possa sair vencedor (no ano passado ficou em terceiro lugar), divulgando-o nas redes sociais, no contacto com empresas, e distribuindo folhetos.

"É natural que os indivíduos que se organizam ou as associações que já existem e apresentam as suas propostas estejam em condições mais favoráveis. Têm uma estrutura organizada e funcionam com redes de contactos, o que facilita a difusão das suas ideias", explica Néilson Dias, presidente da associação In Loco, que, entre outras coisas, investiga e desenvolve projectos de orçamento participativo em colaboração com várias autarquias.

Até ao momento, o Orçamento Participativo de Lisboa já recebeu cerca de 18 mil votos. A tendência leva a crer que será superado o número do ano passado (29.911), uma vez que, desde a primeira edição, os votantes têm aumentado consideravelmente em relação aos anos anteriores. Desde 2002, já se realizaram 71 orçamentos participativos em Portugal (45 municipais, 19 de freguesia e sete sectoriais, destinado apenas a projectos escolhidos por jovens). Desde então, 54 foram deliberativos, de concretização obrigatória pela autarquia, e 17 consultivos. Segundo a In Loco, estima-se que existam hoje cerca de 2700 iniciativas do mesmo género em todo o mundo.

Piso do Jardim do Príncipe Real a concurso

Cidadãos querem substituição de piso de 2010

A reformulação do pavimento do Jardim do Príncipe Real é uma das propostas que está a votos no Orçamento Participativo de Lisboa deste ano, apesar de o piso desta área ter sido substituído com as obras de requalificação do jardim em 2010. A ideia foi repetida em 29 sugestões de diferentes cidadãos, agora agrupadas numa só candidatura com o título "Jardim do Príncipe Real". Jorge Pinto, membro do blogue Amigos do Príncipe Real, explica que, apesar de não ter sido ele o autor de nenhuma destas sugestões, percebe a razão de descontentamento dos cidadãos. Já em 2010, recorda, após a inauguração da

obra, tinha sido entregue uma petição na câmara, assinada por mais de 300 pessoas, na qual se podia ler que "um dos componentes desse piso é vidro reciclado, pelo que a inalação continuada daquelas partículas de pó tornar-se-á, até prova em contrário, um grave problema de saúde pública". A solução do problema, defende, passaria por colocar um pavimento semelhante ao do Jardim da Estrela. No entanto, embora apoie a candidatura, Jorge Pinto afirma que este "é um problema que cabe à câmara resolver e que não deveria fazer parte de um orçamento proposto pelos cidadãos, uma vez que foi a câmara que criou o problema".

Aplauso consensual no adeus ao líder da bancada do PCP

Parlamento
Sofia Rodrigues

Bernardino Soares deixa 18 anos de Parlamento, 12 dos quais como líder da bancada do PCP para assumir Câmara de Loures

Um aplauso de pé de todas as bancadas marcou a despedida do Parlamento de Bernardino Soares, de 42 anos, que há 12 anos liderava o grupo parlamentar do PCP. No último dia a que assistiu a um plenário — na próxima terça-feira toma posse como presidente da Câmara de Loures —, o deputado ouviu elogios de “lealdade”, “competência” e até de “sentido de humor”. As palavras de simpatia vieram mesmo das bancadas mais longe do espectro político comunista.

Na hora de agradecer os elogios, Bernardino Soares disse saber que as palavras eram “sinceras” e citou o seu antecessor no cargo. “Gostava de me despedir com a mesma frase de um camarada em ocasião semelhante



Bernardino Soares liderou 12 anos bancada do PCP

— Octávio Teixeira: “Tive muita honra em ser deputado”, recordou.

Foi a presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, que começou por assinalar o último dia de Bernardino Soares no plenário, depois de ao longo da semana ter referido outros deputados que vão trocar o Parlamento por uma autarquia.

Lufs Montenegro, líder da bancada do PSD, associou-se à despedida, dizendo que o deputado foi a “expressão maior de lealdade” que conheceu no Parlamento, apesar das muitas divergências que os separaram. As diferenças também não impediram o líder da bancada do CDS, Nuno Magalhães, de enaltecer a “competência”, a “inteligência”, a “capacidade de trabalho” e o “sentido de humor que também é preciso nos momentos difíceis”. O centrista salientou ainda “a defesa intransigente” que Bernardino Soares fez do Parlamento.

O mesmo elogio foi partilhado por Helofsa Apolónia de “Os Verdes”, ao dizer que o deputado comunista “soube dignificar o Parlamento português”. Já Alberto Martins, líder da bancada do PS, disse olhar para Bernardino Soares como um deputado “coerente, um adversário frontal”. Na bancada do BE, Pedro Filipe Soares deixou um louvor pela “conduta política”. Um adeus a um deputado que esteve no Parlamento nos últimos 18 anos, 12 dos quais a liderar a bancada dos comunistas.

Montenegro reeleito no PSD

Outro deputado que já leva 11 anos como parlamentar é Lufs Montenegro, que ontem foi reeleito líder da bancada, com uma expressiva maioria. Obteve 94 votos a favor, nove brancos e cinco nulos. Pela mesma lista foram eleitos vice-presidentes Lufs Menezes, Teresa Leal Coelho, Adão Silva, Miguel Frascuilho, Miguel Santos, António Rodrigues, Carlos Abreu Amorim, Mónica Ferro, Amadeu Albergaria e Hugo Soares.



Breve

Justiça

Arrobas da Silva condenado a quatro anos e meio de prisão

O advogado Arrobas da Silva foi ontem condenado a quatro anos e meio de prisão efectiva, por burla e falsificação de documentos, por fazer parte de um esquema de falsificação de cheques, envolvendo mais 44 arguidos. “Provou-se que entregou cinco cheques seus ao grupo criminoso, que disponibilizou duas das suas contas para depósito dos cheques falsos, além de ter contacto próximo com o alegado líder do grupo”, explicou o presidente do colectivo de juízes.

Centenas de ex-alunos protestaram contra “a morte” do Colégio Militar

Educação
André Vidal

Os antigos alunos do Colégio Militar manifestaram-se ontem durante a cerimónia de abertura solene do ano lectivo da instituição, contra aquilo a que chamam “a morte do Colégio Militar”. Em causa estão as alterações do modelo de admissão de alunos que, a partir deste ano, passou a aceitar a inscrição de raparigas.

Às 14h, cerca de 500 pessoas juntaram-se na sede da Associação de Antigos Alunos do Colégio Militar (AAACM), em Lisboa, para rumarem depois ao Colégio Militar onde entraram através de um portão lateral pouco antes das 15h. O objectivo foi fazer um protesto silencioso, interrompendo a cerimónia de abertura do ano lectivo e saindo cerca de 20 minutos depois, novamente em silêncio. Já não é a primeira vez que a AA-

ACM demonstra o seu descontentamento em relação às alterações no Colégio Militar. A razão prende-se com as mudanças efectuadas através de um despacho do ministro da Defesa publicado em Abril deste ano, que prevê a extinção do Instituto de Odivelas (colégio feminino onde originalmente estudavam as filhas dos militares) até ao final de 2015 e introduz a possibilidade do Colégio Militar (instituição masculina) poder receber, já a partir deste ano, inscrições femininas.

O Colégio Militar é uma instituição de ensino com 210 anos que, até agora, só admitia a inscrição de rapazes em regime interno ou externo. A partir deste ano lectivo, passa a incluir a inscrição de raparigas em regime externo. Mas está prevista a construção de um edifício dentro do *campus* até ao final do ano lectivo de 2014/2015 que permita que estas beneficiem também de um regime interno.



A Quetzal, editora de Claudio Magris em Portugal, felicitou a escritora Helena Vaz da Silva para a divulgação do Património Cultural. Este prémio é instituído pela Europa Nostra, em parceria com o Centro Nacional de Cultura e o Clube Português de Imprensa.

Dr. Manuel Neves-e-Castro

Clinica da Menopausa

Ginecologia/Endocrinologia

Mudou o Consultório para

Av.ª Luís Bivar, 93 C - 1.º Dt.º - Lisboa 1050-143

Telefs.: 213 157 908 / 213 174 910

E-mail: manuel@neves-e-castro.org

Web Site <http://neves-e-castro.pt>



Basílio Horta pede a empresários que invistam em Sintra

Tomada de posse
Marisa Soares

PS atribui pelouros ao PSD e CDU, a bem da "governabilidade", e deixa de fora o movimento de Marco Almeida

O novo presidente da Câmara de Sintra, Basílio Horta, apresentou ontem uma mão-cheia de medidas que visam poupar os sintrenses do "vendaval de pobreza" que assola o país: a prioridade vai para o combate ao desemprego, para o que se compromete a criar um ambiente "propício ao investimento empresarial", ou não fosse o recém-empossado autarca ex-presidente da Agência Portuguesa para o Investimento.

Perante as centenas de pessoas que encheram o auditório Jorge Sampaio no Centro Cultural Olga Cadaval, em Sintra, Basílio Horta apelou aos empresários que invistam no concelho. Em troca, promete criar o Centro Estratégico Empresarial, que funcionará como uma incubadora de empresas ligada à sociedade de capital de risco e voltada especialmente para o empreendedorismo jovem.

Além disso, o independente eleito pelo PS compromete-se a criar "no mais curto espaço de tempo" um Gabinete de Emergência Social para apoiar casos de extrema pobreza. Para o financiar, será criado um fundo de emergência social, com verbas resultantes da poupança com gastos correntes da câmara, uma medida que mereceu fortes aplausos, também da oposição.

Instalar creches e centros de dia

e construir os centros de saúde de Almagem do Bispo, Cacém, Sintra e Queluz são outras prioridades, para as quais se propõe ceder imóveis municipais. Pretende ainda abrir duas casas de juventude e apoiar a cultura, através da constituição de parcerias entre instituições musicais e teatrais do concelho, mas também nacionais e estrangeiras. Outras propostas são a criação de um Centro Estratégico Ambiental e também a resolução dos problemas das áreas urbanas de génese ilegal e do atraso registado na entrega da urbanização da Tapada das Mercês.

A ouvi-lo, na primeira fila, esteve o social-democrata Fernando Seara, presidente cessante, que não fez qualquer declaração. Também Diogo Freitas do Amaral, co-fundador do CDS-PP (tal como Basílio Horta), assistiu à cerimónia que deu posse ao novo executivo municipal e à assembleia municipal, agora liderada pelo socialista Domingos Quintas.

Basílio Horta saudou ainda o acordo para a atribuição de pelouros alcançado com a CDU e o PSD, que garantirá a maioria de vereadores (sete) no executivo municipal, assegurando assim a "governabilidade" da câmara. Embora não estivesse previsto no discurso entregue previamente aos jornalistas, o autarca referiu-se ainda a Marco Almeida, dizendo que o facto de este não ter pelouros "não significa menos importância no trabalho camarário".

Durante a tomada de posse, António Capucho, eleito para a assembleia municipal pelo movimento Sintrenses com Marco Almeida, que tem quatro vereadores na câmara, garantiu que os independentes farão uma "oposição construtiva e colaborante".



Ex-líder parlamentar do PCP tomou posse em ambiente de festa

Bernardino Soares promete gestão "rigorosa" da Câmara de Loures

Tomada de posse
André Vidal

Comunistas voltam a gerir o concelho depois de 12 anos de gestão socialista. Bernardino Soares quer fazer auditoria às contas

Deixar o município numa "situação financeira regular" e protagonizar uma gestão de "maior proximidade com a população" foram algumas das apostas assumidas na terça-feira à noite pelo ex-deputado Bernardino Soares, no discurso da sua tomada de posse como presidente da Câmara de Loures.

Após 12 anos de gestão autárquica socialista em Loures, a CDU reconquistou a câmara de um concelho que tinha sido sempre comunista até 2001. Com 34,7% dos votos (contra 32,2 do PS), Bernardino Soares foi eleito presidente da câmara a 29 de Setembro e fez, na terça-feira, o seu primeiro discurso nessa qualidade, na tomada de posse que decorreu no pavilhão Paz e Amizade.

"Fomos sérios nas propostas e seremos agora cumpridores na gestão", garantiu, destacando a importância de "gerir bem os recursos e aplicá-los de forma correcta", comunicando sempre com a população, "para explicar o que se faz ou o que não se faz". Bernardino Soares prometeu avançar com uma auditoria às contas do município, para se avaliarem todos os "gastos supérfluos" que, em seu entender, foram feitos. Prometeu ainda uma gestão "rigorosa" dos recursos, "sem luxos, esbanjamentos ou desperdícios".

O novo presidente da câmara apre-

sentou também como prioridades "a manutenção da gestão pública dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento" de Loures, "o melhoramento das condições do Hospital Beatriz Ângelo", o "amortecimento" do impacto sobre os municípios do aumento do imposto municipal sobre imóveis e a "redução a factura da água". O autarca referiu-se igualmente ao Centro de Saúde da Bobadela, cujo encerramento na segunda-feira após as eleições autárquicas, por falta de condições de funcionamento, considerou "lamentável". Desde 30 de Setembro que os utentes desta unidade têm de se deslocar à freguesia vizinha de São José da Talha para serem atendidos.

Perante uma plateia de mais de 1500 pessoas, Bernardino Soares encerrou o seu discurso garantido "trabalho", "honestidade" e "competência" para os próximos quatro anos. O autarca referiu, por fim, ter agora "muito orgulho em ser presidente da Câmara de Loures".

Jerónimo de Sousa, o secretário-geral do PCP, esteve presente na cerimónia e declarou à Lusa que o "sentimento de mudança" que considera perceptível no concelho de Loures "vai muito além da votação da CDU". Em Loures, das últimas eleições autárquicas resultou um executivo com cinco mandatos para a CDU, quatro para o PS e dois para a coligação Loures Sabe Mudar (PSD/MPT/PPM). Os vereadores iniciaram funções na terça-feira, mas a distribuição de pelouros ainda não foi divulgada. Tomaram ainda posse os presidentes das juntas de freguesia e os elementos da assembleia municipal. A presidente deste órgão, a eleger na primeira sessão deste órgão, quinta-feira, deverá ser Fernanda Santos, da CDU.



Breves

Sintra

Ação contra campo de golfe do Jamor começa a ser julgada

A acção judicial Interposta pela Liga dos Amigos do Jamor para impedir a construção do campo de golfe do Estádio Nacional, em Oelras, começa a ser julgada hoje no Tribunal de Sintra, três anos depois de ser entregue e mês e meio depois de o campo ter sido inaugurado. A liga alega as "graves consequências ambientais" decorrentes da construção do campo junto à ribeira e a subtração de 22 hectares ao espaço público.

Ribatejo

Festival Nacional de Gastronomia começa amanhã em Santarém

A culinária mediterrânica vai estar em destaque no 33.º Festival Nacional de Gastronomia que decorre a partir de amanhã e até 3 de Novembro na Casa do Campino, em Santarém, com uma forte aposta nos pratos de peixe. Subordinado ao tema "O país à sua mesa", o festival retoma, após dois anos de Interregno, os almoços e jantares dedicados a cada uma das cinco regiões de turismo.

Foguetreiro

Acidente de viação provoca uma vítima mortal na A2

Uma mulher de 55 anos morreu ontem num acidente de viação pouco depois das 8h, na A2, entre Coima e o Foguetreiro. A vítima ficou encarcerada num dos dois veículos envolvidos no acidente, que ocorreu ao quilómetro 18 da A2. Para o local foram mobilizados os Bombeiros do Setxal e uma equipa de emergência médica, mas a mulher não resistiu aos ferimentos.



Fernando Seara cumprimentou efusivamente Basílio Horta

Orçamento Participativo de Lisboa ganhou votos e tornou-se palco de “verdadeiras campanhas eleitorais”

Cidadania
Inês Boaventura

Os projectos vencedores são anunciados na quarta-feira. A possibilidade de votar por SMS foi a maior novidade desta 6.ª edição

O número de votos no Orçamento Participativo de Lisboa tem vindo a crescer de ano para ano e a edição de 2013 não foi excepção. Aquilo que também tem ganho peso desde 2008, segundo a vereadora da Inovação e Modernização Administrativa da Câmara de Lisboa, é a organização das pessoas “em grupos” para apresentar propostas e a realização de “verdadeiras campanhas eleitorais” para angariar votos nelas.

Os projectos mais votados desta edição, à qual a Câmara de Lisboa consagrou uma verba de 2,5 milhões de euros, só serão anunciados na próxima quarta-feira. Mas sabe-se já que as 208 propostas em disputa recolheram um total de 35.922 votos, o número mais elevado desde que o Orçamento Participativo da capital teve início.

Em 2008 houve apenas 1101 participações, em 2009 foram 4719, em 2010 subiu para 11.570 e em 2011 para 17.887. Até aí, cada pessoa podia votar apenas uma vez. A partir de 2012, as regras foram alteradas e cada cidadão passou a poder eleger um projecto de valor igual ou inferior a 150 mil euros e outro que custe até 500 mil euros. Desde que isso aconteceu, o número de votos deu um salto: 29.911 no ano passado e 35.922 na edição deste ano.

A possibilidade de votar nos projectos por SMS gratuito, à semelhança do que já acontecia no Orçamento Participativo de Cascais, foi uma das novidades de 2013. A vereadora da Modernização Administrativa adiantou ao PÚBLICO que houve 24.805 votos registados desta forma, tendo os restantes 11.117 chegado à Câmara de Lisboa através da Internet.

“Correu bem esta experiência por SMS”, avalia a vereadora Graça Fonseca, que entende que faz sentido em edições futuras manter essa possibilidade, em conjugação com a votação através do portal *Lisboa Participa*, no qual estão já registadas 54.391 mil pessoas.

Quanto ao autocarro do Orçamento Participativo, que circulou pela cidade e no qual era possível receber esclarecimentos sobre o



A criação de mais hortas urbanas é uma das propostas que foi a votos este ano

processo e também votar, a autarca socialista diz que, no essencial, essa é “uma forma de dar apoio a algumas zonas da cidade e comunidades”. E, acrescenta, de ajudar a que “as pessoas reconheçam o Orçamento Participativo e se lem-

brem de que está a acontecer”.

A segunda novidade deste ano foi a instalação temporária no Príncipe Real de uma “árvore da participação”, na qual os cidadãos foram convidados a pendurar um desejo para a cidade. “Procuramos todos

os anos ter alguma novidade e estar no espaço público para desafiar as pessoas”, explica a vereadora, sem levantar o véu sobre o que se poderá esperar da edição de 2014.

Graça Fonseca diz que desde 2008 tem notado a existências de “duas dinâmicas” interessantes que têm vindo a ganhar peso. A primeira é a organização das pessoas “em grupos” para apresentarem uma só proposta, em vez de várias de conteúdo semelhante, para evitar uma dispersão de votos.

A segunda dinâmica é que fala a autarca é o facto de nas últimas edições do Orçamento Participativo, e especialmente nesta que agora chegou ao fim, se realizarem “verdadeiras campanhas eleitorais”. “Não basta ter ideias, é preciso lutar por elas. E as pessoas estão muito disponíveis para lutarem pelas suas ideias”, diz Graça Fonseca, dando como exemplo a divulgação de vídeos no YouTube e a criação de páginas no Facebook e no Twitter para promover diferentes propostas.

A autarca sublinha que “o objetivo central” do Orçamento Participativo de Lisboa “é fazer com que as pessoas tenham confiança nos processos de participação e se sintam envolvidas na governação da cidade”. “Se cada um der um bocadinho do seu tempo à cidade, ela vai ficar melhor”, conclui.

Ainda há propostas de 2009 por concluir

Quando o Orçamento Participativo de Lisboa teve início, em 2008, a Câmara de Lisboa comprometeu-se a executar os projectos vencedores em dois anos. Em 2012, a autarquia decidiu, apesar de metade dos projectos eleitos em 2010 não ter ainda saído do papel nessa altura, assumir um “compromisso mais exigente”, reduzindo os prazos de concretização para 18 ou 12 meses, consoante o seu custo. Hoje essas metas mantêm-se e, nalguns casos, as dificuldades em cumpri-las também. De acordo com o último ponto de situação, enviado ontem ao PÚBLICO pela vereadora da Modernização Administrativa, os projectos eleitos em 2008 estão todos terminados. Já dos 12 vencedores do ano

seguinte, por exemplo, há ainda cinco por concluir: a 3.ª fase da construção do cani/gatil municipal, a criação de um quiosque e parque infantil na Praça São João Bosco, a abertura de um equipamento cultural no antigo Cinema Europa, o alargamento de faixas bus para permitir a circulação de bicicletas e a melhoria das condições de tomada e largada de passageiros em algumas escolas. Graça Fonseca considera que os prazos estabelecidos são realistas, mas lembra que há situações em que as “vicissitudes externas” os tornam impraticáveis. Um caso paradigmático, diz, é o do cani/gatil, cuja obra se atrasou em parte devido à falência de vários empreiteiros responsáveis pela obra.



Breves

Lisboa Subsídio ao arrendamento vai abranger 88 pessoas

Quase 90 pessoas “em iminência de perder” a sua habitação vão beneficiar do Subsídio Municipal ao Arrendamento criado pela Câmara de Lisboa. A expectativa da vereadora da Habitação, Paula Marques, é que a primeira mensalidade deste subsídio seja entregue durante o mês de Novembro. A autarquia recebeu 390 candidaturas, mas apenas 88 foram validadas, número que poderá crescer se entretanto os candidatos completarem os seus processos com sucesso. Este subsídio é atribuído por um ano e cobre 1/3 da renda mensal, renda essa que não pode ultrapassar os 826 euros. Alguns dos futuros beneficiários deste apoio são inquilinos incapazes de responder às exigências da nova lei das rendas.

Cais do Sodré

Quiosque da Ribeira das Naus está a ser substituído

O quiosque da Ribeira das Naus, em Lisboa, foi retirado do local e será, dentro de um mês, substituído por outro, apesar de ter sido inaugurado há apenas sete meses. A Associação de Turismo de Lisboa (ATL) afirma que “o quiosque [retirado há dias] estava cedido temporariamente pela câmara até à conclusão do que entretanto foi feito”, sendo uma solução provisória apenas para abrir quando aquela zona ribeirinha foi inaugurada, em Março deste ano. O novo quiosque, a instalar no mesmo sítio do anterior, irá apresentar um aspecto semelhante ao que se encontra na vizinha Praça do Município. O espaço foi concessionado à empresa de restauração KWX, criada em Malo, que é a responsável pelo financiamento da obra.

Miguel Macedo aplaudido quando anunciou estatuto especial para a PSP

Ministro da Administração Interna revelou aos deputados que a PSP e a GNR vão admitir novos elementos em 2014. Na GNR, o período de reserva vai ser reduzido de cinco para dois anos, de forma progressiva

Parlamento
Sofia Rodrigues

Anunciaram um protesto silencioso, mas acabaram por aplaudir o ministro da Administração Interna. Dezenas de agentes da PSP que estavam nas galerias do Parlamento bateram uma salva de palmas quando Miguel Macedo disse que as forças de segurança não podem ser funcionários públicos como os outros e, por isso, terão um estatuto especial na função pública. O ministro anunciou ainda novas admissões para a PSP e para a GNR. Neste corpo militar haverá também uma redução do período de reserva.

Eram perto de 200 agentes (sem farda) que estavam a assistir à audição parlamentar de Miguel Macedo sobre a proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2014. Ao dizer que "as pessoas da PSP não são funcionários públicos como os outros" e "têm de ter um tratamento diferenciado", os agentes interromperam o ministro com palmas em pé, nas galerias que nos últimos meses têm sido palco de inúmeros protestos contra o Governo. Os agentes foram advertidos sobre a proibição de qualquer manifestação nas galerias do Parlamento pelo presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, Eduardo Cabrita, mas não lhes foi pedido para sair e mantiveram-se no hemiciclo.

O ministro referiu que já foi aprovada em Conselho de Ministros "a consagração da PSP como um corpo especial dentro da administração pública". Desde 2008 que os agentes da PSP eram considerados uma carreira especial, à luz do regime de contrato em funções públicas em que foram colocados quase todos os funcionários públicos, mas são alvo dos mesmos cortes salariais que os outros trabalhadores. Com a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que já deu entrada no Parlamento, os agentes da PSP vão ter um estatuto especial, uma exigência que há muito era reivindicada pelos sindicatos do sector. Miguel Macedo não deu mais detalhes sobre esta alteração e sobre se irá isentar de cortes salariais os agentes da PSP, mas o deputado do CDS Telmo Correia rejeita essa ideia porque isso seria "pôr os polícias a viver num país diferente". Momentos antes, o ministro tinha anuncia-



Ministro disse que o Conselho de Ministros já aprovou a consagração da PSP como um corpo especial

Rui Machete distancia secretas portuguesas da NSA

Ministro aponta 2014 para uma nova dinâmica nas relações com Angola

O motivo da audição ontem realizada em São Bento era a discussão do próximo Orçamento, mas a competência do ministro dos Negócios Estrangeiros e respectiva equipa na Assembleia da República serviu para os deputados tentarem abordar os temas quentes que têm marcado a política externa portuguesa. A prestação de Rui Machete no Parlamento não permitiu, no entanto, grandes esclarecimentos. Na maior parte das questões, o governante limitou-se a ler respostas preparadas que já trazia consigo. Foi o que aconteceu, por exemplo, em relação às polémicas escutas por parte da NSA. O ministro garantiu que os serviços secretos não tinham tido qualquer papel na recolha de informações pela National Security Agency (NSA).

O governante assegurou não existir qualquer "cooperação institucional" com a Agência de Segurança Nacional norte-americana. "Sobre as notícias divulgadas sobre uma listagem elaborada pela NSA norte-americana, cujo conteúdo não nos cabe comentar, esclareço, todavia, que não existe cooperação institucional entre os Serviços de Informações da República Portuguesa e aquela agência", assegurou Rui Machete ao responder a uma questão da deputada do BE Helena Pinto.

Da mesma forma, pouco mais se ficou a saber sobre o estado das relações bilaterais entre Portugal e Angola. O ministro vaticinou uma "nova dinâmica" nas relações em 2014, depois de "algumas coisas deixadas para trás". "Como teremos oportunidade de ver no próximo ano, as condições políticas

adversas a que se refere não têm na maior parte dos casos, e quando já passaram algumas vicissitudes que tivemos nas relações internacionais, nada a ver com os orçamentos", disse Rui Machete em resposta a uma intervenção crítica do deputado socialista Paulo Pisco, no decurso de uma audição parlamentar no plenário para o debate na especialidade do Orçamento do Estado para 2014.

E sobre a Base das Lajes, cujo congelamento da redução de efectivos norte-americanos não foi incluído num diploma em debate no Senado norte-americano, tentou tranquilizar a deputada socialista Gabriela Canavilhas com o facto de o processo legislativo no Congresso americano não estar "ainda terminado". **Nuno Sá Lourenço**

do que, no próximo ano, a PSP vai admitir 100 novos agentes e a GNR 400 novos elementos, em duas fases distintas de formação.

"Mesmo num ano como 2014, vamos continuar a proceder à admissão de forças de segurança", afirmou.

Em relação ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o ministro adiantou já ter nas mãos o "parecer favorável" para recrutamento interno para novos inspectores. Outra das medidas anunciadas foi a redução do período de reserva na GNR de cinco para dois anos "de forma progressiva", ou seja, seis meses em cada ano. Actualmente, os militares da GNR passam à situação de reserva com 36 anos de serviço ou 55 anos de idade.

Em traços gerais, Miguel Macedo definiu o orçamento do ministério que tutela como "de grande exigência" e que "vai obrigar a grande rigor", embora "não comprometa a capacidade operacional das forças de segurança". Mas as bancadas da oposição manifestaram dúvidas. "Com estes cortes, como é que quer garantir as condições de operacionalidade?", questionou João Oliveira, líder da bancada do PCP, acompanhado pela deputada bloquista Cécilia Honório.

Ontem, todos os sindicatos da PSP entregaram no Parlamento e em todas as câmaras municipais das capitais de distrito um memorando que o presidente do Sindicato Nacional da Polícia, Armando Ferreira, classificou como "inédito".

No documento, os sindicatos elencam características que distinguem as forças de segurança dos restantes funcionários públicos para demonstrarem a necessidade de existir um regime de carreira especial, "semelhante à condição militar de que já beneficiam os militares da GNR". Alguns dos argumentos utilizados são: a "morte em serviço", a "esperança média de vida" - que, segundo um estudo que os sindicatos pretendem divulgar, é de "menos 11 anos que a generalidade da população" -, a "violência sobre os polícias", o facto de serem "forças armadas e uniformizadas" importantes para impedirem a desordem e violência, os "direitos restringidos", um dos quais o direito à greve, e o "desenraizamento" a que muitos elementos estão sujeitos. **com André Vidal**

Quatro das novas freguesias de Lisboa ainda à procura de sede definitiva

A instalação das novas freguesias de Lisboa mostra alguns atrasos. Há problemas com os espaços e muitas dúvidas em relação à transferência de funcionários da câmara, que deverá começar já em Janeiro

Autarquias
André Vidal

Das 14 novas freguesias criadas com a reorganização administrativa de Lisboa, pelo menos seis precisam de novos espaços. E, dessas seis, quatro procuram ainda um local para instalar a sua sede.

O novo mapa das freguesias de Lisboa veio introduzir profundas alterações na organização administrativa da cidade. De 53 freguesias, Lisboa passou a ter 24 - 13 são novas e resultam da aglomeração de 43 antigas. As outras dez mantiveram-se e uma foi criada de raiz, a do Parque das Nações. Com a aglomeração de freguesias, colocam-se agora algumas questões. Por exemplo, onde ficará a sede das novas autarquias? A lei de Novembro de 2012 previa que fossem as comissões instaladoras das novas freguesias a decidir o local da sede. Ora, apesar de algumas o terem feito, há casos em que o assunto continua por resolver.

O presidente da nova Junta da Estrela optou por não adoptar nenhum edifício das antigas juntas (Santos, Lapa e Prazeres) como sede. "Nenhuma tinha condições e estrutura técnica para receber todos os serviços necessários", explica Luís Newton. A solução foi concentrar os serviços administrativos num novo espaço, um primeiro andar na Rua das Trinas. Ainda assim, ressalva o autarca, esta é apenas uma "solução provisória", uma vez que "continua a não ser ideal para centralizar os serviços da junta".

Na freguesia das Avenidas Novas, apesar de a sede ter sido instalada no edifício onde se encontrava a antiga junta de São Sebastião da Pedreira, Daniel Gonçalves, o presidente, está à procura de um novo espaço para "centralizar todos os serviços". Caso se concretize essa mudança, a ideia é manter o rés-do-chão da actual sede para atendimento ao público e ceder o primeiro andar à escola EBI de Sebastião da Pedreira, que funciona no mesmo edifício.

Na freguesia de Santo António, o cenário repete-se. A sede encontra-se agora no edifício da antiga junta de São José, mas o objectivo é encontrar um outro local, mantendo o actual como posto de atendimento da população. "Estamos a ver com



A Junta do Parque das Nações está a título provisório num contentor debaixo da Ponte Vasco da Gama

a câmara um edifício que sirva para agregar todos os serviços e para minimizar os gastos", refere Vasco Morgado, o presidente.

Já em Santa Maria Maior, resultado da aglomeração de 12 antigas freguesias, incluindo as da Baixa, apesar de todas as antigas sedes estarem disponíveis, foi encontrado um novo lugar para sediar a nova autarquia. Trata-se do edifício da Rua dos Fanqueiros onde foi montado o elevador que liga a Baixa à encosta do Castelo. "Tem muita acessibilidade para quem vem dos vários lados da freguesia", nota o presidente da junta, Miguel Coelho.

A sede num contentor

A freguesia do Parque das Nações é um caso distinto. Foi criada de raiz, por isso não tinha qualquer tipo de instalações. Encontra-se a título provisório num monobloco, tipo contentor, debaixo da Ponte Vasco da

Gama, cedido pela câmara na altura em que foi criada a comissão instaladora da freguesia. Já há algum tempo que se conhecia a intenção do primeiro executivo da autarquia, liderado por José Moreno, de instalar a sua sede no Pavilhão de Portugal, mas tal não foi possível. "Não existe vontade dos proprietários em encontrar uma solução. É um espaço central, amplo e com gran-

Mesmo nas juntas que mantêm as sedes há dúvidas quanto ao espaço necessário a partir de Janeiro, mês em que vão receber mais trabalhadores

des potencialidades que não está a ser utilizado", diz Paula Sanchez, responsável pelos pelouros da Educação e Cultura.

Esta é, assim, uma prioridade absoluta da Junta do Parque das Nações, que até Janeiro espera ter o problema resolvido. Entretanto, Paula Sanchez garante que existem outros assuntos de igual importância. "Esta freguesia não tinha nada. Temos os órgãos eleitos a trabalhar como administrativos", explica. "Está aqui [apenas] uma funcionária da câmara que presta serviço à freguesia. Há pessoas que vêm pedir documentos que tem de ser ela a passar, mas continua a ser funcionária da câmara e não da freguesia", acrescenta, referindo-se à urgência de recrutamento.

Que fazer das antigas sedes?

Com a aglomeração das freguesias coloca-se ainda outra questão: o que acontece aos edifícios das antigas

juntas que, um pouco por todo o país, deixaram de funcionar como sede de freguesia? Armando Vieira, presidente da Associação Nacional de Freguesias, dizia ao PÚBLICO, em Outubro, que tudo fazia crer que "na esmagadora maioria dos casos, os edifícios pertencentes às antigas juntas servirão como extensão dos serviços da junta actual". É isso que se está a verificar em Lisboa. Mas há excepções.

Na freguesia de Alvalade, a sede encontra-se agora nas instalações da antiga junta de São João de Brito e o atendimento ao público vai ser mantido no edifício da antiga junta de Alvalade. No entanto, o mesmo não se prevê para o espaço que pertencia à terceira freguesia agregada, a do Campo Grande. "Não fica muito próximo de zonas habitacionais, por isso está em estudo um projecto de fazer dele um espaço de *cowork*, com salas de escritório e de reunião", explica André Caldas, presidente da junta de Alvalade.

Por outro lado, devido à dimensão da freguesia, o autarca pretende encontrar dois novos espaços para atender a população, um na zona do Palácio dos Coruchêus e outro na Quinta dos Barros.

Na freguesia de Santo António, além da busca de um local para a sede, procuram-se também novos espaços espalhados pela freguesia para servir a população. É esta a ideia de Vasco Morgado, o presidente, que em 2014 prevê entregar os edifícios das antigas juntas de S. Mamede e Coração de Jesus aos seus senhorios, mantendo apenas o de São José.

Mesmo nas juntas que mantêm os seus edifícios - Penha de França, Campo de Ourique, Areeiro, Belém, Santa Maria Maior e Santa Clara - existem dúvidas quanto ao espaço de que necessitarão a partir de Janeiro, uma vez que nessa altura deverão receber trabalhadores da Câmara de Lisboa, já que um conjunto de competências vai ser transferido do município para as juntas, como a manutenção dos espaços verdes ou a preservação do mobiliário urbano.

Esta é uma questão que está a preocupar os presidentes das juntas. Até ao momento não há nenhuma informação quanto ao número de trabalhadores transferidos.

António Costa anuncia que algumas taxas da Câmara de Lisboa vão subir já em 2014

Finanças
Inês Boaventura

Autarca diz que é a única forma de enfrentar a quebra de receitas sem agravar impostos, cortar no investimento ou nos apoios

O presidente da Câmara de Lisboa anunciou ontem que o executivo municipal pretende aumentar, já a partir de 2014 e de forma "estrutural", "algumas taxas municipais". O autarca garantiu que esta é a única forma de enfrentar o "violentíssimo corte" na receita que o município vem sentindo ao longo dos últimos anos, sem aumentar a carga fiscal sobre as famílias e as empresas.

O anúncio foi feito durante a primeira reunião da Assembleia Municipal de Lisboa depois das eleições de 29 de Setembro. Referindo-se ao orçamento camarário para o próximo ano, António Costa sublinhou que este encerrará "um desafio": "Manter o equilíbrio das contas" sem comprometer a existência de "um quadro fiscal competitivo", que funcione como "um factor de competitividade e de atractividade de que Lisboa tanta precisa".

O presidente da Câmara de Lisboa referiu que entre 2010 e 2013 a autarquia sofreu cortes anuais das receitas estruturais na ordem dos 120 milhões de euros. Um cenário que previsivelmente tenderá a agravar-se, não só devido à crise económica, mas também à intenção anunciada pelo Governo de acabar com o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e com a Derrama, duas importantes fontes de receita das autarquias.

António Costa frisou que tal foi decidido "sem qualquer audição prévia dos municípios e sem contrapartidas". Aos jornalistas, o autarca lembrou que a Câmara de Lisboa depende em 10% do Orçamento do Estado e em 90% da economia, o que explica que com a crise económica o município tenha vindo "sucessiva e cumulativamente a perder receita". O autarca acrescentou que "para não cortar no investimento nem nos apoios culturais e sociais e não aumentar o IRS nem o IMI [Imposto Municipal sobre Imóveis]" o caminho passará por "aumentar outras receitas municipais".

"Algumas taxas municipais terão de subir", admitiu, recusando-se a especificar quais. "Vamos trabalhar



Costa justifica os futuros aumentos com a redução das receitas impostas pelo Governo

em conjunto com a oposição. Queremos construir um quadro de consenso", justificou, sem quantificar qual o valor que ambiciona arrecadar com esta subida de taxas, que quer pôr em prática já no próximo ano e "para além dos limites de um mandato".

Na reunião de ontem da Assembleia Municipal foi aprovada a proposta que estabelece as taxas do IMI, da Derrama, do IRS [na parte que constitui receita do município] e da Taxa

Municipal de Direitos de Passagem [devida pelas empresas de telecomunicações] para 2014. Durante a discussão do documento, o vereador das Finanças da Câmara de Lisboa, Fernando Medina, deu eco às afirmações de António Costa, afirmando que "não é possível aguentar os níveis de degradação da receita estrutural".

Globalmente, os deputados municipais votaram a favor da proposta, embora tenha havido algumas excepções em pontos específicos da mes-

ma. O PCP e o PEV votaram contra o artigo referente aos direitos de passagem e o BE absteve-se em relação à mesma matéria. Já o Partido pelos Animais e pela Natureza, que nas eleições de 29 de Setembro elegeu pela primeira vez um deputado municipal, absteve-se no ponto que prevê a triplicação das taxas de IMI para os prédios devolutos e em ruínas.

No fim da votação, a presidente da Assembleia Municipal, Helena Roseta, felicitou este órgão autárquico "por ter encontrado um tão largo consenso" nessa matéria. Aos jornalistas, António Costa já tinha dito ser sua vontade manter nos próximos quatro anos as "taxas reduzidas" agora aprovadas para 2014. Para lá destas (IMI, Derrama, IRS e Direitos de Passagem), a câmara cobra aos municípios numerosas outras taxas relativas aos serviços que presta.

Nesta primeira reunião da Assembleia Municipal foram votadas 26 saudações, votos de congratulação, moções e recomendações, sobre os mais variados temas. Entre elas uma moção do PCP "pela reabilitação urgente do Liceu Camões", que mereceu a abstenção do CDS e os votos favoráveis de todos os outros partidos. Também foi aprovada, com a abstenção do PCP e do PEV, uma moção do BE defendendo que os cidadãos sejam chamados a participar num conjunto de sessões sobre os projectos urbanísticos para a Colina de Santana.

Quantos minutos podem eles falar?

Quanto tempo deve ter cada grupo municipal para falar no Período Antes da Ordem do Dia (PAOD) das reuniões da Assembleia Municipal? E devem os deputados independentes, eleitos na lista do PS, ter direito a intervir tantos minutos quantos aqueles que estão reservados aos partidos com menor representatividade? Estas questões estiveram em debate nesta primeira reunião da assembleia, na qual foi aprovada a "grelha de tempos" que deverá vigorar nos próximos quatro anos, a menos que venha a sofrer

novas alterações no âmbito da anunciada alteração a que o regimento deste órgão irá ser sujeito. Até aqui o PAOD prolongava-se por um máximo de 149 minutos, mas a proposta agora aprovada baixou esse período para 60 minutos, o que levou à necessidade de repensar o tempo dado a cada grupo municipal para usar da palavra. António Arruda, o único eleito do Partido da Terra, opôs-se com veemência a que lhe tenham sido atribuídos os mesmos três minutos dados aos cinco independentes, defendendo que estes deviam ter apenas um minuto.

Câmara de Sintra compra hotel centenário

Turismo
André Vidal

O antigo Hotel Netto vai ser recuperado e transformado num *hostel*. Decisão foi aprovada ontem em reunião de câmara

A Câmara de Sintra decidiu ontem exercer o direito de preferência na compra do antigo Hotel Netto, afastando a possibilidade de ser a Parques de Sintra Monte da Lua (PSML), empresa da qual é accionista, a adquirir o imóvel.

A decisão foi aprovada em reunião de câmara com sete votos a favor do PS, PSD e CDU e quatro contra do movimento Sintrenses com Marco Almeida. A confirmar-se, uma vez que necessita ainda de aprovação em assembleia municipal, o imóvel será adquirido por 600 mil euros à cadeia de Hotéis Tivoli S.A.

De acordo com um comunicado da autarquia, o investimento aprovado vai possibilitar "a recuperação de um hotel histórico com a sua transformação num *hostel* dirigido essencialmente à juventude". Para isso, a câmara pretende recuperar o edifício, que se encontra devoluto e muito degradado há algumas décadas.

Até agora, ainda não há previsões do montante que será aplicado na reconversão do imóvel. No entanto, de acordo com o município, a obra vai ser financiada com a ajuda de apoios comunitários e será terminada até ao final do mandato de quatro anos agora iniciado.

O Hotel Netto é um edifício do século XIX, situado no centro histórico da vila, conhecido por ser um dos locais de eleição do escritor Ferreira de Castro, que aí escreveu parte da sua obra. A intenção de o recuperar não é nova. Pelo menos desde Setembro do ano passado, a PSML, a entidade pública que gere os parques e palácios de Sintra, incluindo o Palácio Nacional de Sintra, situado mesmo ao lado dos restos do Hotel Netto, manifesta vontade de comprar o prédio e ali instalar um *hostel*.

"O nosso único interesse era remover a ruína da proximidade do Palácio da Vila. Se a câmara quer fazer isso, alivia-nos desse dever", disse à Lusa António Lamas, presidente da PSML. Lamas acrescentou que já tinha um projecto aprovado por fundos comunitários. A Câmara de Sintra não afasta a hipótese de ser a PSML a gerir o *hostel*.

Inaugurada nova esquadra da PSP na baixa de Lisboa

Segurança
André Vidal

Esquadra substitui a que funcionava no Terreiro do Paço e vai ser reconvertida numa unidade hoteleira

O ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, inaugurou hoje a esquadra da Baixa Pombalina em Lisboa, um investimento de cerca de 361 mil euros que o governante considerou importante para a segurança naquela zona da cidade.

"É fulcral no dispositivo de Lisboa. Tem uma especial responsabilidade nesta zona da Baixa, que é visitada por milhares e milhares de turistas", disse no final da cerimónia de inauguração.

A esquadra, que vai ter em funções um subcomissário, três chefes e 66 agentes, situa-se no número 68 da Rua da Prata e substitui a que funcionava no Terreiro do Paço, nas antigas instalações do Ministério da Administração Interna, e que vai ser reconvertida numa unidade hoteleira.

"Para os cerca de 70 elementos da PSP que aqui prestam serviço é um salto enorme nas condições de trabalho que passam a ter e também nas condições muitíssimo melhores de atendimento e acolhimento a quem tem de se dirigir à PSP", acrescentou o ministro.

Miguel Macedo referiu ainda que a nova esquadra é o resultado de um trabalho conjunto com a Câmara Municipal de Lisboa e "possibilitou uma boa solução para um problema que se arrastava há dois anos".

As novas instalações têm um espaço para atendimento ao público, uma sala de Apoio à Vítima, salas para o Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade, depósito

de armamento, formação e outras actividades.

Presente na cerimónia, o presidente da autarquia, António Costa, aproveitou para pedir ao ministro solução para dois problemas que afectam o turismo na cidade: carteristas no eléctrico 28 e venda de "produtos de natureza diversa" na Rua Augusta.

António Costa disse ainda que continua disponível para trabalhar com o Governo na reestruturação do dispositivo territorial da PSP em Lisboa, defendendo mais agentes na rua e a não multiplicação de esquadras.

Em resposta, Miguel Macedo disse que pretende arrancar ainda este ano com a racionalização das estruturas em Lisboa. "Podemos partir para a fase de efectivo rearranjo das divisões e dispositivos para garantirmos uma maior presença, visibilidade e proximidade", afirmou.

No final da cerimónia, e quando questionado sobre a instalação de câmaras de videovigilância na Baixa e no Bairro Alto, um processo que se arrasta desde 2012, o ministro não entrou em pormenores, afirmando que o projecto "está a ser concretizado pela Câmara Municipal de Lisboa".

"Procedemos à alteração da lei, a Câmara de Lisboa manifestou interesse na concretização desse projecto e ele está a ser concretizado. Estão os procedimentos em curso, em articulação com a PSP", salientou.

No início de Abril, fonte da PSP disse à Agência Lusa que estavam a ser instaladas as 27 câmaras de videovigilância no Bairro Alto e que o processo na Baixa, numa área que chegará ao Cais do Sodré e que se estenderá ao longo do Martim Moniz, Intendente e Avenida Almirante Reis, até à Alameda Dom Afonso Henriques, num total de 52 câmaras, estava "parado".

"Vaquinha colectiva" em Leiria para comprar quinta

Cidadania
Orlando Cardoso

Ideia consiste em criar uma entidade que reúna fundos para adquirir uma quinta no interior da cidade e evitar a sua urbanização

A ideia de fazer uma "vaquinha colectiva" com vista a transformar a Quinta da Portela num parque verde na cidade de Leiria, lançada pela arquitecta paisagista Eunice Neves, está a ganhar adeptos de dia para dia. O projecto, inédito na região, vai ser apresentada hoje aos proprietários da quinta, de 1,7 hectares, localizada em pleno coração da cidade.

Apesar de Eunice Neves já ter, há oito anos, projectado a transformação daquela área num parque público, enquanto estudante de arquitectura paisagista, foi no Verão deste ano que a proposta ganhou expressão. Numa rede social, a arquitecta partilhou a ideia de que a cidade poderia adquirir o espaço. "Poderíamos entre todos fazer

uma 'vaquinha colectiva', em inglês *crowdfunding*, para salvar a quinta que não fosse urbanizada e que lá crescesse o parque da cidade que Leiria não tem", relata a promotora da iniciativa. O seu sonho acabaria por ser lançado publicamente, há poucas semanas, num evento realizado em Leiria. Desde aí não tem deixado de reunir adeptos.

Para Eunice Neves, a Quinta da Portela, pertencente à família Charters d'Azevedo, "tem muito potencial para ser um parque verde para a cidade de Leiria". "É um espaço com boa localização na malha urbana da cidade e que facilmente pode ser integrado na infra-estrutura viária da mesma", diz, destacando a "exposição solar fantástica e com vistas fenomenais para a cidade, nomeadamente para o Castelo".

Uma vez que a Quinta da Portela está à venda e tem um projecto de urbanização já aprovado, aquela arquitecta teme que ali surja um empreendimento imobiliário. Contudo, Eunice Neves, que tem estado a trabalhar a ideia com Tatiana Vivilde, acredita na criação de um movimento da sociedade civil que "se pode tornar um marco extraordinário na história da participação cívica na cidade e no país". "Temos uma equipa de cidadãos, cada vez mais polivalente e completa, interessada em trabalhar por esta causa", refere, adiantando que actualmente estão a "identificar qual será a melhor entidade a criar para salvaguardar esta causa".

A ideia foi recebida com alguma surpresa pela família proprietária, que duvida da possibilidade de reunir a verba necessária para adquirir o espaço, e que poderá atingir os quatro milhões de euros. "Leiria pensa muito com o coração e portanto faz coisas sem pensar", diz Ricardo Charters d'Azevedo, um dos filhos do proprietário, acrescentando que a área "não tem dimensão para ser um Serralves".



Eunice Neves e Tatiana Vivilde são as mentoras da ideia

Hospital de Vila Franca aumentou emprego

Saúde
Jorge Talixa

Lançamento do novo hospital, gerido por um grupo privado, permitiu criar 300 postos de trabalho

Desde que passou a ter gestão privada, em Junho de 2011, o Hospital de Vila Franca de Xira aumentou os seus quadros de 800 para cerca de 1100 profissionais, segundo revelou ontem o presidente da Escala Vila Franca, empresa liderada pelo Grupo Mello que administra a unidade hospitalar.

No decorrer de uma visita dos cinco novos presidentes dos municípios servidos pelo Hospital (Alenquer, Arruda, Azambuja, Benavente e Vila Franca), Vasco Luís de Mello explicou que a produção da unidade tem crescido em quase todos os sectores, com realce para o bloco de partos (aumento de cerca de 25% na afluência), para a cirurgia e as consultas de especialidade.

Segundo aquele gestor, a abertura das novas instalações hospitalares (inauguradas há 8 meses, no início de Abril) veio facilitar este crescimento. "Relativamente às consultas de especialidade, o mês de Outubro foi um mês recorde e registámos um crescimento da ordem dos 20%. No Bloco de Partos, o crescimento nestes 8 meses é da ordem dos 25%, mas sabemos que temos ainda bastantes parturientes residentes nestes 5 concelhos que faz em os partos em Lisboa e que esperamos que passem a fazer aqui. Estamos optimistas, é natural esse crescimento num hospital novo", disse ao PÚBLICO.

O novo hospital está incluído no pacote das últimas quatro parcerias público-privadas estabelecidas pelo Ministério da Saúde (juntamente com Braga, Cascais e Loures) e serve cerca de 250 mil habitantes.

COMUNICADO LUMENAS > LISBOA

11h
38min

O Álvaro é designer gráfico. O seu dia ainda agora começou, mas já só pensa no notívulo de trabalho que vai fazer até à manhã do dia seguinte.



Uma história real de Álvaro começou um dia em duas reuniões em Lisboa.

Ocupa-se do seu dia-a-dia. Não ocupamo-nos com a melhor forma de você poupar no final do mês.

Com a Assinatura Mensal CP, basta viajar 12 dias e já está a ganhar. Para além disso, a CP oferece aos estudantes 25% de desconto sobre o valor da Assinatura. Conheça todas as modalidades em cp.pt.



CÁMARAS DE PORTUGAL

Doentes raros

Diogo tem 14 anos e quer usar a poesia para ajudar

Portador de Charcot-Marie-Tooth, uma doença neuromuscular degenerativa, Diogo Lopes lança hoje o seu primeiro livro de poesia, com o título *Contrabaixo*. O objectivo é angariar fundos para criar e dirigir uma associação nacional dedicada à doença rara de que sofre

André Vidal

Quando era mais pequeno, chamavam-lhe coxo e não o deixavam jogar à bola. "Tu não serves", diziam-lhe. Hoje, Diogo Lopes tem 14 anos, sabe por que é coxo: é portador de Charcot-Marie-Tooth (CMT), uma doença rara, e vai lançar o seu primeiro livro de poesia, *Contrabaixo*. O seu objectivo é que a venda do livro permita criar uma associação. "Quero mostrar aos portadores de CMT que são capazes de lutar pelos seus objectivos e que a solidariedade pode trazer grandes mudanças", diz.

Aventurou-se na poesia porque se fartou da prosa. Juntou uns tantos poemas e decidiu enviá-los pa-

ra a Editora Alfarroba. Algum tempo depois, soube que aquela iria publicar o seu primeiro livro, que é apresentado hoje, às 21 horas, na Escola de Música do Conservatório Nacional (EMCN), em Lisboa.

A falta de informação com que se deparou quando descobriu a doença, a possibilidade de ajudar outras pessoas e o desconhecimento demonstrado pelos médicos são as principais razões que levam Diogo a querer ser presidente da primeira associação do género em Portugal. "Quero captar a atenção médica e de investigadores que se entusiasmem pela busca de uma cura para a doença", explica.

Os planos são muitos e Diogo prevê criar um programa para ajudar jovens doentes através da música e de outras artes. "Estamos ligados a muitas pessoas de outros países e reparamos que os portugueses são muito silenciosos, enquanto outros grupos comunicam diariamente. Os portugueses vivem a doença co-

mo um peso e é isso que ele quer mudar", explica a mãe, Susana Moura.

Andava com a ponta dos pés

É sexta-feira. Susana e Diogo saem de casa, em São Domingos de Rana, e dirigem-se para o Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão. É lá que, todas as semanas, Diogo faz fisioterapia. Começou quando tinha dez anos, altura em que lhe foi diagnosticada uma doença, da qual nunca tinha ouvido falar. "Disseram-me que tinha Charcot-Marie-Tooth. Ao início, não tinha noção de como me poderia afectar", recorda.

Já em criança apresentava algumas dificuldades que outros não tinham. "Sempre andei de médico em médico e eles diziam-me que eu tinha aprendido a andar mal", explica Diogo.

"O Diogo andava com as pontas dos pés. Caía constantemente e, enquanto uma criança cai e tem





um hematoma normal, ele ficava automaticamente inchado", acrescenta Susana.

A CMT é uma doença rara, mas é a mais comum das doenças neuromusculares degenerativas hereditárias. É caracterizada por uma lenta e progressiva destruição das fibras motoras e sensitivas dos nervos periféricos, o que leva à perda de força e sensibilidade nos pés, mãos, pernas e braços.

A longo prazo, pode levar o doente a uma cadeira de rodas, à incapacidade de segurar em objectos e ao aparecimento de problemas respiratórios.

Segundo o relatório *Prevalência das doenças raras: dados bibliográficos*, publicado em Junho de 2013 pela Orphanet, estima-se que 22 em cada 100 mil portugueses sejam portadores de CMT, o que significa que, no total, 2332 portugueses sofrem desta doença. "O grande problema é que os médicos não a conhecem. Acharam que ele tinha

"Quero captar a atenção médica e de investigadores que se entusiasmem pela busca de uma cura para a doença", avisa Diogo Lopes

outra doença muito esquisita. Fez uma fisioterapia completamente normal, o que não ajudou nada", lembra Susana Moura.

"Sendo uma doença rara, é natural que os médicos de família não tenham intimidade com esta condição clínica", justifica o neurologista Mamede de Carvalho, do Serviço de Neurofisiologia do Departamento de Neurociências do Centro Hospitalar Lisboa-Norte.

Com a diversidade de doenças raras, torna-se difícil estar a par de todas elas. De acordo com a Raríssimas - Associação Nacional de Deficiências Mentais e Raras, estima-se que existam cerca de oito mil doenças raras, sendo que a cada ano se identificam mais. Calcula-se que 6% a 8% da população portuguesa seja portadora de uma destas doenças, ou seja, entre 600 mil e 800 mil pessoas.

Uma doença sem cura

Em Alcoitão, numa sala repleta de brinquedos, colchões e máquinas, está o fisioterapeuta Miguel Relvas. Diogo troca de roupa e deita-se para começar a fazer alongamentos. "Já estabelecemos uma rotina. Alongamos os membros inferiores e o tronco. Depois trabalhamos o equilíbrio, a resistência muscular e a força", descreve o técnico, que acompanha Diogo há cerca de três anos.

Esta é apenas uma das fases do tratamento do rapaz, que inclui consultas de Neurologia, Fisiatria e Psicologia, mas é o fisioterapeuta que tem mais contacto com ele. "É o Miguel que melhor o conhece porque está com ele todas as semanas", revela a mãe. Apesar dos esforços, não é possível pensar-se em grandes melhoras. "Não há cura, independentemente do tipo CMT", afirma Luís Negrão, do Serviço de Neurologia dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Segundo o especialista, o tratamento passa por tentar "minimizar as consequências das manifestações motoras nas actividades diárias, utilizando ajudas técnicas quando necessário", e procurar "impedir que determinadas manifestações clínicas se exprimam ou atinjam proporções significativas, recorrendo à cirurgia".

Diogo nunca foi operado. Para já, utiliza umas palmilhas desenhadas em Alcoitão, que lhe compensam o vazio criado pelo arco que tem no pé, e os *foot-ups*, uma espécie de caneleira colocada no tornozelo que permite aliviar a força que tem de fazer para se mover.

Ao longo da consulta, Diogo insiste em pôr música no telemóvel. Ouve-se System of a Down e Gary Jules. É assim todas as semanas, em todos os lugares, seja na escola, no carro ou em casa. O fisioterapeuta pergunta-lhe: "Já conheces o novo álbum

dos Queen of The Stone Age?".

Aos cinco anos, Diogo começou a tocar piano. Aos nove, entrou na EMCN, onde se mantém. E sonha, um dia, frequentar a Berklee College of Music, especializada em jazz, em Boston, nos Estados Unidos. "Tocar piano é uma forma de terapia", declara Diogo.

"Na minha opinião, nós damos importância ao que queremos. O que é que é importante para mim? A minha felicidade ou o facto de me estar a doer o dedo mindinho?", resume o jovem, mesmo sabendo que um dia poderá ter de mover-se numa cadeira de rodas.

Para Diogo, tocar piano é mais do que uma terapia da mente. "Eu tive sorte em começar a tocar desde cedo, porque isso acabou por funcionar como uma espécie de fisioterapia que me ajudou a manter os músculos das mãos", acredita.

"Não há nenhuma evidência científica que suporte esta interpretação", diz, por seu lado, o médico Mamede de Carvalho.

Mas, apesar de a ciência não ser conclusiva quanto aos benefícios de tocar piano, tudo indica que tem sido importante para travar o aumento da fraqueza nas mãos de Diogo, consideram a mãe e o fisioterapeuta.

"Já chegou ao pé de mim e disse-me que naquela semana tinha estudado menos. E isso reflecte-se porque a massa muscular regride imediatamente quando não é permanentemente trabalhada", observa João Vale, professor de piano na EMCN.

Apesar de ainda não estar numa fase avançada, com a perda de força e destreza nas mãos, Diogo poderá, a determinada altura, deixar de tocar piano, uma das coisas a que se dedica mais horas por dia.

Habitado a planejar a sua vida, Diogo coloca essa hipótese quase como uma certeza. "Arranjaria sempre forma de não sair do ramo da música. Pode não ser propriamente a tocar. Pode ser a compor, a dirigir uma orquestra ou um coro", considera.

Por enquanto, dedica-se a aprender o máximo possível. Foi por isso que, em 2012, se inscreveu na Big Band Junior do Hot Club. "Quando chegou o jazz, tudo se revitalizou", refere Diogo, que se encontrava cansado do repertório clássico que lhe ensinavam no conservatório.

Foi assim que todas as segundas-feiras passou a ter ensaios na orquestra de jazz do Hot Club, que inclui jovens dos 12 aos 16 anos. É lá que se sente em casa e encontra a melhor cura para a sua condição. "Com a mente no sítio certo, já ganhamos metade da batalha".

Pequeno comércio cai e grandes cadeias em alta no centro de Lisboa

Oferta do pequeno comércio caiu 4%, mas ainda representa 40% dos negócios no centro de Lisboa. No Porto, 14% da área está devoluta nas principais ruas

Comércio
André Vidal
e Abel Coentrão

O comércio de rua do centro de Lisboa continua a ser constituído, maioritariamente, por pequenos negócios. A Baixa é o local onde se concentra a maior oferta e a moda é o principal sector de actividade observado.

São estas as principais conclusões, no que respeita a Lisboa, do estudo *Business Briefing - Comércio de rua, Lisboa e Porto*, da empresa de estudos de mercado Cushman & Wakefield, que analisa a oferta comercial nas zonas da Avenida da Liberdade, Restauradores, Rossio, Baixa e Chiado. Em relação ao tipo de lojistas, verifica-se que 40% da oferta é assegurada por comerciantes nacionais que têm uma loja ou um pequeno conjunto de lojas. Ainda assim, o peso destes diminuiu 4% face a 2011.

"Estas empresas não conseguem fazer face à quebra do consumo, ao aumento da carga fiscal e ao aumento das rendas, pelo que tendem a fechar", argumenta Carla Salsinha, presidente da União das Associações do Comércio e Serviços (UACS). A mesma dirigente associativa realça, contudo, que nesta zona, devido à grande afluência de turistas, a diminuição do número de pequenos comerciantes "não é tão elevada como em outras áreas da cidade".

Em contrapartida, o estudo revela que aumentou a presença de cadeias internacionais e nacionais, que representam, actualmente, 35% e 26% do total de oferta.

A Baixa é a zona abrangida pelo estudo onde o comércio de rua tem mais incidência, com 44% da oferta aí concentrada. Segue-se o Chiado (24%), a Avenida da Liberdade (17%) e os Restauradores e Rossio (15%).

O comércio de rua é constituído, sobretudo, pelo sector da moda, que representa 44% da oferta existente, apesar de este ter registado uma diminuição de 6% face a 2011. Segue-se a restauração (14%) e os artigos para o lar (10%). O documento agora divulgado

refere, ainda, que o espaço onde pode ser desenvolvido comércio nestas zonas da cidade e que se encontra vago diminuiu ligeiramente nos últimos dois anos, de 11,7% para 11,1%. De acordo com os autores, esta diminuição do espaço disponível pode, em parte, ser explicada pela áreas das lojas devolutas na Baixa (a zona onde se encontra a maior área à espera de ocupação), que são reduzidas e inadequadas para quem ali procura desenvolver actividades de retalho.

"As grandes cadeias internacionais ou nacionais normalmente instalam-se em grandes espaços, muito superiores aos normais. É natural que algumas entendam que esse espaço não é suficiente", explica a presidente da UACS.

A Avenida da Liberdade, a Rua Augusta, a Rua dos Fanqueiros, a Rua do Ouro e a Rua Garrett são as principais artérias do comércio de rua do centro de Lisboa, representando 65% da oferta. O destaque vai para a Avenida da Liberdade, que retine 17% da oferta. Este valor deve-se, em muito, à presença de marcas internacionais, que hoje representam 72% do comércio de rua na avenida, um aumento de 13% face a 2011. Este valor é justificado, principalmente, pelo surgimento de 18 novas marcas nos últimos dois anos, entre elas a Gucci, a Max Mara e a Cartier.

Chiado = caro

O Chiado continua a ser a zona mais cara da cidade, sendo que o valor de arrendamento se situa, em média, nos 90 euros por metro quadrado. Em segundo lugar nesta lista está a Avenida da Liberdade, onde esse valor chega aos 80 euros.

Segundo este estudo, tem-se verificado uma evolução positiva do sector do retalho em Lisboa, para a qual contribuem alguns factores, como a alteração à lei do arrendamento, que permite aumentar a oferta disponível no mercado; a crise e o reconhecimento por parte dos comerciantes de que esta é a altura de concretizar bons negócios; e, por fim, o aumento do turismo em Portugal.

"É claro que, nestas zonas da cidade, tem-se registado uma evolu-



A Avenida da Liberdade (foto acima), em Lisboa, é a segunda zona mais cara, depois do Chiado. É também aí que as grandes marcas puxam pelo negócio, contrariando as dificuldades do comércio tradicional. Junto aos Clérigos (foto ao lado), no Porto, encontra-se um novo fulgor comercial

ção positiva do sector porque são áreas que têm sido reabilitadas", refere Carla Salsinha, dando como exemplo a Avenida da Liberdade, que "há cinco anos, tinha vários espaços devolutos e hoje tem novas marcas internacionais". Porém, a presidente da UACS ressalva que estas conclusões não devem ser estendidas às restantes zonas da capital, como a Almirante Reis, Campo de Ourique, Guerra Junqueiro ou a Avenida da Igreja. "Este estudo não analisa a cidade como um todo e esquece outras zonas de comércio em Lisboa", conclui.

No Porto, entre as 900 lojas existentes nas 15 principais ruas comerciais do Porto há 140 que não estão ocupadas, totalizando, em termos de área, 14% da que está disponível nestas artérias da cidade. O espaço devoluto aumentou 2%, segundo o estudo que inclui, pela primeira vez, a muito procurada zona dos Clérigos.

O retrato não surpreende o presidente da Associação de Comer-



Bandeira, que dá conta de que um quarto da área disponível está desocupado, condizem com a imagem que a rua lhe vem transmitindo.

Na sexta-feira, fim-de tarde, o sol luminoso que, caindo para lá dos Clérigos, ia empurrando centenas de pessoas Rua de Sá da Bandeira acima, ali ao pé da Estação de São Bento, dava a esta artéria um ar bem diferente. Estabelecimentos como o Hotel Teatro, o Armazém do Café ou o têxtil-lar da Lethes Home dão um aspecto renovado a esta longa rua. Mas, mesmo à frente do recente Hotel Teatro, o encerramento do velhinho café-restaurant A Brasileira é a primeira mancha que confirma o quadro desenhado no estudo.

Metros acima, no lado nascente, são mais os espaços desocupados, emparedados até, e ainda não se chegou ao chamado quarteirão da Casa Forte, entre a Rua Formosa e a Praça de D. João I. Ali, a fachada da Pastelaria Nerita, encerrada desde Maio, lembra, em ferrovermelho, o fulgor que esta zona já teve e que espera agora pelo projecto de reabilitação de todo este quarteirão. É aqui que se encontra a maior parte da área desocupada, distorcendo, para pior, o retrato que se tira rua acima. Onde há espaços vazios, sim, mas longe dos 25% apontados no estudo.

Brevemente, a casa Ferreira Alves, em frente ao Mercado do Bolhão, encerrará, engrossando esta estatística. Sem herdeiros que lhe assegurem a continuidade do negócio de venda de vestuário, o dono vai pôr fim a uma história de 51 anos, explicou ao PÚBLICO Adosinda Filipe, funcionária da casa há 22 anos. Ela que, vinda de Lisboa, para outra firma, a antiga Fetal, viu essa empresa ruir e encerrar as lojas no Porto. Uma delas na zona central de Santa Catarina, recorda, apontando, assim, outro espaço em branco no comércio da cidade.

Uns fecham, outros abrem ali ao lado, como uma perfumaria, um *franchise* de uma empresa de ori-

gem búlgara que vende fragrâncias genéricas onde há um ano se vendia roupa. À frente, nas lojas exteriores do Bolhão, há quem resista, como a família Barral, que mantém o negócio da venda de artigos de caça e pesca há 81 anos. Os irmãos Albano e Maria Alice, terceira geração a assegurar o negócio, admitem que a situação não é fácil, dado que, à crise, somam-se as regulamentações no sector das armas que contribuem para uma quebra nas vendas. Mas, ainda assim, garantem que, havendo sol, ainda que frio, a clientela continua a preferir o comércio de rua. "Venha ver isto num destes sábados", convida.

Nuno Camilo tem alertado para a "mutação" por que passa o comércio da cidade. Os dados deste estudo, que assinalam o desenvolvimento de uma pujante área comercial - e não apenas direccionada para a vida nocturna - na zona dos Clérigos, dão-lhe razão. Aqui, apenas 11% do espaço está devoluto, quando essa percentagem é de 15% na área circundante à Boavista (do Foco para cima), por exemplo. A fama reflecte-se nos preços e Nuno Camilo diz que há pequenos espaços, na nova zona da moda, pelos quais se pedem 3000 euros mensais.

As rendas que a nova lei e a "ganância" de alguns proprietários puxaram para cima, mesmo em contratos pré-existent, estão a pressionar os comerciantes, que, no Porto, continuam a ser maioritariamente independentes, numa percentagem que até subiu para os 56% em 2013. Estes, avisa o director da ACP, viram os custos fixos aumentar abruptamente e muitos não estão a aguentar. "Devia haver mais algum gradualismo", lamenta. Mas a crise chega a todos e mesmo as marcas internacionais perderam espaço nas 15 ruas analisadas, pesando 18% no total. O resto entra na categoria "múltiplos", que designa centros comerciais e afins, que mantêm o mesmo peso.

Chiado entre os 50 mais caros do planeta

Estudo analisa área, ramo e tipo de proprietário

O estudo *Business Briefing - Comércio de rua, Lisboa e Porto* faz um levantamento, unidade a unidade, de toda a oferta comercial, centrando-se, no caso de Lisboa, nas zonas da Avenida da Liberdade, Restauradores, Rossio, Baixa e Chiado.

Em cada unidade comercial é apurada a área que ocupa, o sector de actividade a que se dedica e o tipo de comerciantes que detém o espaço.

Estes últimos dividem-se em três categorias: independentes, de origem nacional que têm apenas uma loja ou um pequeno conjunto de lojas; múltiplos, marcas integradas numa cadeia de lojas de origem

nacional; e internacionais, marcas integradas em cadeias de lojas de origem internacional. Em Lisboa, foram avaliadas 845 lojas, a que corresponde uma área comercial de 141.700 m².

No Porto, o estudo envolveu 15 arruamentos, incluindo pela primeira vez a zona dos Clérigos. Estas ruas englobam 900 lojas. Os centros comerciais também foram incluídos na análise da empresa.

A nível global, esta consultora tem outra ferramenta, "Main Streets Across the World" cuja 25.ª edição conclui que o Chiado está entre as 50 zonas comerciais mais caras do planeta (43.º lugar)

cientes do Porto (ACP), que lembra o "abanão" que o sector está a levar com a nova Lei das Rendas.

Santa Catarina perde lojas

Nuno Camilo até desconfia que os dados referentes à zona de Santa Catarina, que contabilizam 7% de área devoluta, pequem por defeito, dados os exemplo que, de cabeça, lhe surgem de imediato, mesmo na zona mais central da rua.

Já o retrato feito à paralela Sá da

EURICO JOSÉ DA COSTA VILAR GOMES

Faleceu

Sua mulher, filhas e restante família, cumprem o dever de participar a sua morte. O funeral realiza-se hoje, dia 09, segunda-feira, pelas 15h00, saindo da principal da Ressurreição (Fontainhas - Cascais), para o cemitério da Guia.

Pelas 14h será celebrada Missa de Corpo Presente.

P. N. A. M.

AGÊNCIA "AGNUS DEI"
CASCAIS - OERAS - SINTRA
LINHA VERDE 800 2063 10

Compartilhe esta notícia com os seus amigos



9h
41 min

O Tomé esteve na Faculdade de Letras, mas quando vai de comboio troca as palavras pela música.

Uma história real de Tomé Sobral, um cliente das cadeiras ortopedicas de Lisboa.

Ocupa-se do seu dia-a-dia. Nós ocupamo-nos com a melhor forma de você paupar no final do mês.

Com a Assinatura Mensal da Entidade CP, basta viajar 9 dias e já está a ganhar, aproveitando assim os 25% de desconto sobre o valor da Assinatura.

Conheça todos os benefícios em cp.pt.



COMPANHIA DE PORTUGAL

Acesso à Torre de Belém melhorado com novo passadiço de madeira

Monumentos
André Vidal

Estrutura inaugurada ontem substitui antigo passadiço de metal que era provisório mas ficou 15 anos no local

Não se viam muitas pessoas junto à Torre de Belém, na manhã de ontem, em Lisboa. A maioria eram turistas que, de máquina na mão, captavam a paisagem sobre o Tejo. Ao passar pelo novo passadiço, que dá acesso à entrada do monumento, ainda se sentia o cheiro a madeira fresca. A estrutura foi inaugurada nessa manhã, e contrastava com os destroços do antigo passadiço, de metal enferrujado, que ainda se encontravam por remover logo ali ao lado.

O problema persistia há muito tempo. A estrutura metálica que dava acesso à Torre de Belém, montada a título provisório em 1998, aquando dos trabalhos de conservação e restauro das fachadas do monumento, encontrava-se muito degradada.

Por esta razão, foi agora substituída por um passadiço de madeira de azobé — uma madeira africana densa e resistente — que, segundo a Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), é “adequada às condições atmosféricas e do mar”, assim como ao “eventual ataque de xilófagos marinhos”, organismos que perfuram e deterioram a madeira.

O investimento, de 154 mil euros, incluiu também a limpeza do lago que passa por baixo do passadiço, a reactivação das comportas, a reparaçãõ dos blocos de pedra, que formam um pequeno anfiteatro em frente ao monumento, e a construção de uma rampa de acesso para deficientes motores.

“Estava muito degradado e tinha um aspecto horrível”, comenta Luí-



Infra-estrutura é feita de madeira azobé, adequada às condições no local

O investimento de 154 mil euros incluiu a limpeza do lado que passa por baixo, a reactivação das comportas, a reparaçãõ dos blocos de pedra e uma rampa para deficientes motores

sa Alves, que trabalha no café do Museu dos Combatentes. “Assim está melhor”, avalia.

O relvado, finalmente

O novo passadiço, mais curto que o anterior, foi direccionado para o caminho do jardim em frente à torre, que apresenta um aspecto mais cuidado do que aquele que tinha há alguns meses. Parece ter sido sujeito a uma intervenção. “Foi neste Verão. Andaram aí dois meses seguidos a tratar da relva e do sistema da água, que não havia”, recorda Luísa Alves.

Há quatro anos que o relvado em frente à Torre de Belém tinha praticamente desaparecido. Tudo aconteceu depois de se ter colocado uma enorme tenda naquele espaço para acolher a Cimeira Ibero-Americana,

que se realizou entre 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 2009. Três meses depois, quando foi retirada a tenda, o jardim estava completamente destruído. E aquilo que era um manto verde tornou-se, rapidamente, num deserto. O sistema de rega ficara destruído.

O problema foi quando se quis atribuir responsabilidades. Surgiu a dúvida sobre quem deveria pagar a factura. Por um lado, o terreno pertencia à autarquia. Mas, por outro, a Câmara de Lisboa tinha-o cedido ao Governo, para que este organizasse a cimeira no local.

Agora, o relvado está minimamente arranjado, embora não apresente o aspecto que tinha antes da cimeira. Resta saber quem pagou. O PÚBLICO questionou a Câmara de Lisboa, mas não obteve resposta.

Temporal fez estragos na costa Sul da Madeira

Meteorologia
Tolentino de Nobrega

A forte ondulação provocou ontem danos consideráveis na costa Sul da Madeira. As condições atmosféricas adversas afectaram as ligações aéreas, com o cancelamento de nove escalas de aviões no aeroporto madeirense que foram desviados para o Porto Santo, Lisboa e Lanzarote.

Na capital madeirense são visíveis os estragos em piscinas de hotéis, na marina e nas obras de construção do novo cais de cruzeiros. A força das ondas afundou embarcações e fez danos nos portos de abrigo e marinas de Machico e de Santa Cruz, tendo também projectado pedras que danificaram o parque desportivo de Água de Pena.

As condições atmosféricas adversas no arquipélago estão a afectar as ligações marítimas. Entre o Funchal e o Porto Santo foram canceladas até quinta-feira por razões de segurança, diz a empresa operadora.

Três navios de cruzeiro alteraram as escalas na sequência da forte ondulação: “Albatroz” iria pernoitar no porto do Funchal; o “Aida Blue”, que devia sair ontem à noite, adiou a partida para a hoje; e o “MSC Harmonia” adiou a chegada para hoje. Segundo a Administração dos Portos da Madeira, não há previsão de saída dos dois navios cargueiros atracados no porto do Caniçal.

O Instituto Português do Mar e da Atmosfera colocou sob aviso vermelho, o mais grave de uma escala de quatro, as regiões montanhosas da Madeira, devido à previsão de precipitação e vento fortes com rajadas que poderiam atingir os 130 quilómetros/hora. O Serviço Regional de Protecção Civil recomendou que se evite as zonas do litoral ou montanhosas e com muita vegetação. Também o governo regional aconselhou os estudantes a não se deslocarem para as escolas no turno da manhã.

Presentes de Sonho



Fugas com Jantar + 100 SPAS

~~104,8€~~
74.9€

-30%

odisseias

www.odisseias.com

Mesmo aos 500 anos o Bairro Alto não pára de se reinventar

A sua fama é a noite e o imaginário ainda é o dos jornalistas e artistas mas o Bairro Alto está vivo e a mudar, apesar de continuar transgressor e imperfeito. Faz hoje 500 anos

Bairros históricos André Vidal, Camilo Soldado

Era novo e começou por vender pentes, mas não ganhava muito. Por isso, Mário Ventura decidiu-se pelas fotografias pornográficas. A venda de jornais eram a sua cobertura para negociar imagens de uma revista sueca, para não levantar suspeitas junto das autoridades. "Conseguia vender muitas - enquanto um pedreiro ganhava 60 escudos, eu fazia 2000 por noite", conta. Aos 69 anos, este homem já fez de tudo um pouco no Bairro Alto, em Lisboa. Trabalhou numa mercearia na Rua da Barroca, que já não existe, e na Adega Mesquita, a primeira casa de fados do bairro.

Desde então, a zona evoluiu e mudou muito. Ficou irreconhecível. As camaratas, onde Mário viveu durante algum tempo, desapareceram, assim como os espaços agrícolas "Havia uma vacaria onde é o Bar Nelson", recorda. E a população e quem ali passa também mudou. O Bairro Alto celebra neste domingo os 500 anos da sua fundação. Por ali passaram jesuítas, nobres, marinheiros, prostitutas, jornalistas e artistas.

Mas foi sobretudo a partir do século XIX que as coisas começaram a encher-se de jornais (LINK PARA O TEXTO DO ANDRÉ). Com eles vieram as tarefas, os artistas e o bairro acolheu as

atividades que lhe dão fama até aos dias de hoje.

Se os dias do bairro são pouco agitados, o mesmo não acontece com as noites. A dinâmica da noite nasceu com as rotinas jornalísticas de então. Ao contrário de outros serviços ou empresas, os jornais fechavam tarde e os seus profissionais saíam e não regressavam às suas casas - ficavam pelo bairro, a *conviver*.

Mas não foi só esta dinâmica que tornou o Bairro Alto um espaço da cidade especial. As características morfológicas fizeram com que ali se polarizassem as atividades ligadas à cultura. "Se não tivesse ruas estreitas e se não tivesse a ausência de praças no interior do bairro, a apropriação do espaço era diferente", considera Pedro Costa, professor do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), de Lisboa, e que desenvolveu uma investigação em torno do Bairro Alto.

De facto, no centro do bairro não existe uma única praça, o que lhe confere, segundo o arquitecto Hélder Carita, uma certa privacidade. "No interior é privada e as relações mais urbanas e contactos exteriores fazem-se na sua periferia, características que estão muito relacionadas com a instituição aqui dos jornais", explica.

"De bairro central da produção passa para bairro central do consumo", diz Pedro Costa. "Havia artes performativas e visuais que eram criadas

aqui e que, depois, foram substituídas por outras, como as lojas de roupa cara, galerias e antiquários".

Para o investigador, esta diferença explica-se pela "gentrificação", um conceito da sociologia que se refere ao processo de transformação dos espaços quando estes começam a tornar-se moda e a ganhar valor imobiliário.

"Há um aumento daquilo que é a marca do bairro. As pessoas começam a frequentar o espaço e a procurá-lo para viver. E aquilo que são as atividades mais culturais tem tendência a sair", explica o investigador que aponta como o motivo as elevadas rendas que estes negócios não conseguem suportar e o facto de serem atividades alternativas, para as quais o "estar na moda" pode ser negativo.

Mas outros permanecem no Bairro Alto. Já depois do 25 de Abril, em 1981, Fernando Fernandes e José Miranda criavam o restaurante Pap'Acorda. Em 1982, Manuel Reis fundava o Frágil. E de seguida muitos outros negócios começaram a surgir. Bares, restaurantes, lojas de roupa e decoração. O bairro fervilhava, tanto de dia como de noite.

O professor de História e Teoria da Arquitectura na Universidade de Coimbra Jorge Figueira vê este movimento como o "festejo da democracia" de um Portugal que não estava habituado a sair à rua, sendo o Bairro Alto "a sua forma mais exponencial". Então espaço de "vanguarda" para novas expressões artísticas, essa



No Bairro Alto o comércio tradicional convive com restaurantes, bares, ga

A história do Bairro Alto

15 de Dezembro de 1513
Lopo de Atougula acorda com o aforador Bartolomeu de Andrade o subaforamento das herdades, que se encontravam fora da muralha fernandina, em talhões para a construção de casas. Eram dados os primeiros passos para a formação do Bairro Alto, o qual, até hoje, mantinha muitas das suas características.

1553
Os jesuítas começam a habitar a zona do Alto de S. Roque, trazendo consigo uma nova dinâmica cultural e marcam uma segunda fase de urbanização. O bairro começa, então, a ser chamado Bairro Alto de S. Roque.



21 de Julho de 1597
Um desabamento de terras entre o alto de Santa Catarina e alto das Chagas arrasta 100 edifícios até ao rio e cria o vale hoje conhecido como Bica.

20 de Novembro de 1621
A fundação do Convento dos Inglesinhos é indicada por carta régia, sob determinação do Papa Gregório XV. O edifício é construído entre 1632 e 1644. A partir de 2003 começou a funcionar como condomínio de luxo.

1681
Construído o Convento dos Cardeais. Fundado por D. Luísa Távora para as religiosas carmelitas descalças. As obras só se deram por concluídas em 1703. O edifício tem uma área de 5 mil metros quadrados.

1755
Terramoto de Lisboa. O Bairro Alto é pouco atingido - apenas alguns edifícios são afectados. Um deles é o Palácio dos Marqueses de Marialva,

sobre o qual, muitos anos mais tarde, foi construído o Largo Camões.



21 de Dezembro de 1805
Morre o poeta Manuel Maria Barbosa du Bocage com 40 anos, vítima de um aneurisma, na sua casa na Travessa André Valente, o actual n.º 25, no Bairro Alto.

16 de Março de 1825
Nasce Camilo Castelo Branco no n.º 13 da Rua da Rosa, no Bairro Alto, onde viveu durante algum tempo.

1830
Originalmente denominado Jardim António Nobre, em homenagem ao escritor romântico do século XIX, o Jardim de S. Pedro de Alcântara foi criado sobre muralhas inacabadas de um reservatório de águas vivas que nunca chegou a ser construído.

1867
Inauguração da Praça Luís de Camões. Construída no local onde ficava o Palácio dos Marqueses de Marialva.

22 de Setembro de 1942
É fundado o Diário Popular, jornal



Local
Ver mais em
www.publico.pt



lerias e joias de marcas caras

componente "foi-se dituindo" com o passar do tempo.

Segundo Jorge Figueira, o que se passou nas décadas seguintes explica-se com a "democratização da vida nocturna". Voltados mais de 30 anos, pouca coisa se mantém igual. De dia está praticamente vazio e à noite o espaço ganha vida.

Há 18 anos que a loja de tatuagens Bad Bone Tattoos permanece na rua do Norte. Natacha Fontinha é a proprietária e defende que a globalização chegou ao bairro e, onde antes havia diversas "tribos urbanas", existem agora pessoas que são "todas iguais e vêm ao bairro para beber".

O charme do bairro histórico

No outro dia, o Rúbem morreu. "Mais novo do que eu, morava ali no terceiro andar. Do meu tempo conheço af uns quatro ou cinco", desabafa Mário Ventura. O envelhecimento da população não é um dado novo, mas quem por lá passa de dia pode agora ver mais gente jovem e não só turistas.

Ana Monteiro, 27 anos, fez o mestrado em Psicologia em Coimbra e veio para Lisboa à procura de trabalho. Há um ano que vive numa das ruas mais movimentadas do Bairro Alto e admite que uma das razões da escolha foi o preço da renda. Apesar do barulho da noite, sobretudo ao fim-de-semana, não pondera mudar-se enquanto não encontrar um apartamento com melhores condições.

Um estudo urbanístico de 2013 do investigador do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Luís Mendes, detecta um número crescente de pessoas em idade activa a fixar-se no bairro. Apesar de não se tratar ainda de um processo de "gen-

trificação" – que implicaria o estabelecimento de pessoas com outro poder de compra – o investigador aponta outras características dos novos moradores: são estudantes, imigrantes qualificados e jovens trabalhadores. Não são "indivíduos propriamente endinheirados". Verifica-se, assim, um processo "gentrificação marginal".

Este perfil de morador "sente-se atraído por um espaço histórico e genuíno, com tudo o que isso empresta à sua distinção social", continua Luís Mendes. No entanto, "a sua rede social fundamental não assenta no bairro nem nas pessoas que lá vivem", explica. O comércio tradicional acaba por se ressentir. Na Drogaria Santos & Celestina, na Rua da Rosa, já chegaram a trabalhar seis pessoas. Restam José Escadeiro e a mulher que, admitem, se lhes fizessem uma boa proposta iam-se embora. "O que ganhamos mal chega para os dois", diz o proprietário.

Se a tendência para a "gentrificação" mais agressiva é já uma realidade, Pedro Costa explica que há certos aspectos que impedem que a transformação do bairro seja mais acelerada. "Existem restrições em termos de planeamento. O Plano de Pormenor não deixa construir com certos materiais nem instalar elevadores, tem restrições ao trânsito. As pessoas não podem parar o carro à porta e as casas são muito pequenas."

Um dos autores do estudo que compara o Bairro Alto a outros bairros culturais no mundo, *Cidades, Comunidades e Territórios*, de Junho de 2013, Pedro Costa dá o caso da Vila Madalena, em São Paulo como exemplo. "Era um bairro de habitações familiares que começou a ser ocupado por artistas

quando a Universidade de São Paulo foi para ali. Mas depois virou moda, os preços das casas subiram e as vendas, que tinham *ateliers*, começaram a ser substituídas por prédios de nove andares", conta o investigador.

Para o professor do ISCTE, isso está longe de acontecer no Bairro Alto. E concorda com Hélder Carita, quando este diz que "há vantagens em não ter havido grandes processos de reabilitação dos edifícios do Bairro Alto". "Quando isso acontece, as pessoas ficam com casas muito boas, vendem-nas e vão para a periferia", defende o arquitecto.

Também têm aparecido outros pólos de criação cultural e de diversão nocturna na cidade – como o Intendente, a Mouraria, a Bica e o Cais do Sodré –, o que, no futuro, pode levar a uma dispersão maior por Lisboa. "Isso pode acontecer, mas há um conjunto de condições relacionadas com a centralidade, a acessibilidade, a história e a imagem que não se fabricam de um momento para o outro. Não se consegue plantar um bairro destes na Mouraria, porque não existem as mesmas redes de pessoas, hábitos e relações", defende Pedro Costa.

Alexandre Oliveira, um dos directores do Teatro do Bairro, é da mesma opinião. "Há uma tradição enorme. Haverá outras gerações a seguir à minha que reiventarão o bairro de outra forma. Acho é que devemos dar um contributo para ser mais voltado para a cultura", refere. Também Carita partilha esta ideia: "O bairro vai ser sempre reinventado. Tem uma tradição transgressiva. Não é um bairro com características ideais. Se fosse, seria um bairro morto. Tem de viver de tensões."

vespertino, que ficava na Rua Luz Soriano no edifício onde hoje funciona o Teatro do Bairro. Deixou de ser publicado em 1991.

1981
Fundado o jornal *O Século* por Magalhães Lima, que foi o seu primeiro director.

1885
Inaugurado o Elevador da Glória junto ao miradouro de S. Pedro de Alcântara. Até 1914 foi movido a vapor, só depois a energia eléctrica.

16 de Setembro de 1890
França Borges funda o jornal *O Mundo*. Na altura, a fachada exibiu um globo feito de pedra, retirado mais tarde em 1931.



1944
É publicado o romance *Mau Tempo no Canal*, de Vitorino Nemésio (1901-1978) que faz alusão ao ambiente do Bairro Alto, onde terá vivido em 1919 na Rua da Rosa.

A acção decorre nos Açores, mas é com a personagem de João Garcia que o autor relembra o Bairro Alto.

29 de Janeiro de 1945
O jornal desportivo *A Bola* é fundado, no n.º 23 da Travessa da Quelmada, por Cândido de Oliveira, Ribeiro dos Reis e Vicente de Melo. É o único que ainda permaneceu no bairro, depois de todos os outros terem saído de lá.



1973
A Hemeroteca Municipal de Lisboa, o arquivo de publicações periódicas criado em 1931, é transferida para o Palácio dos Condes de Tomar no Bairro Alto.

21 de Fevereiro de 1968
Sai a primeira edição do jornal *A Capital*. As instalações funcionavam na Travessa do Poço da Cidade.

1981
Fernando Fernandes e José Miranda abrem o restaurante Pap'Agorda na Rua da Atalaia. Diferenciava-se porque não era uma tasca, mas também não era um restaurante de luxo. Com preços acessíveis e cozinha tradicional, mantém-se até hoje.

15 de Junho de 1982
É inaugurado o Fráglil. Foi um dos espaços de diversão que mais marcaram a noite lisboeta na década de 80. Foi criado por Miguel Reis na Rua da Atalaia. O bar era decorado com veludos e colunas douradas, inspirado nos clubes nocturnos franceses. Foi local de encontro para artistas, intelectuais, arquitectos, músicos, fotógrafos e políticos.



1994
Criação da Galeria Zé dos Bots. A associação promove a arte contemporânea e fica na Rua da Barroca.

2002
O Bairro Alto é a primeira zona histórica de Lisboa a condicionar algumas das suas ruas ao trânsito. Segue-se Alfama, em 2003, Bica e Santa Catarina, em 2004, e o Castelo, em 2006.

Cannabis ultrapassa heroína nos novos tratamentos por toxicod dependência

A situação do país em matéria de drogas e toxicod dependências foi apresentada ontem na Assembleia da República pelo presidente do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), João Goulão

Relatório anual de 2012
Romana Borja-Santos

Há um dado que revela uma inversão em matéria de droga em Portugal: se até agora a heroína era a responsável pela esmagadora maioria dos casos de novos tratamentos de toxicod dependência no país, em 2012 o consumo de *cannabis* ultrapassou o desta substância.

Ao todo, 84% dos casos tratados no ano passado em ambulatório ainda se deviam ao consumo de heroína, porque incluem as recaídas e as pessoas que já estavam em tratamento. Mas se olharmos apenas para as novas pessoas que nesse ano recorreram aos serviços, esta droga foi referida em 34% dos casos, quando a *cannabis* foi apontada em 38%.

Os dados fazem parte do relatório anual de 2012, *A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicod dependências*, apresentado ontem na Assembleia da República pelo presidente do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), João Goulão.

Em declarações ao PÚBLICO, o também coordenador nacional para os Problemas da Droga, das Toxicod dependências e do Uso Nocivo do Alcool reconheceu que "a *cannabis* tem cada vez mais peso no consumo em Portugal", referindo que esta inversão pode ser vista de duas formas: "Por um lado estamos a chegar cada vez mais precocemente às pessoas antes de partirem para o consumo de outras drogas e por outro nos serviços elas são levadas a reflectir que o papel da *cannabis* nas suas vidas não é tão inócuo assim." Porém, há também mais utentes a referirem a cocaína como droga principal – o que é um sinal preocupante.

Em linhas gerais, o relatório indica que em 2012 no ambulatório da rede pública estiveram em tratamento mais de 29 mil utentes, 4000 dos quais readmitidos e 2000 novos. "Também as prevalências de consumo de drogas na população portuguesa residente em Portugal dimi-

nuíram entre 2007 e 2012, tanto na população total (15-64 anos) como na jovem adulta (15-34 anos). Apesar destes resultados encorajadores, surgem neste final de ciclo estratégico algumas tendências preocupantes, designadamente a nível das prevalências e padrões de consumo em segmentos populacionais específicos, como o grupo feminino e os jovens em geral, que colocam novos desafios para o futuro", lê-se no documento.

A descida da prevalência do consumo ao longo da vida foi de 12% para 9,5%, a do consumo recente foi de 3,7% para 2,7% e a de continuidade de consumos passou de 31% para 28%.

João Goulão, que preside também ao conselho de administração do Observatório Europeu da Droga e da Toxicod dependência, reconhece que "apesar de se ter conseguido reduzir o consumo ao longo da vida e nos últimos 12 meses" é preciso desenvolver programas específicos junto das mulheres e na população escolar, onde tem aumentado o consumo de *cannabis*. "Temos de inverter a baixa percepção de risco que há em relação a esta droga", disse, mas negou que seja possível estabelecer um nexo de causalidade com a crise em termos destas alterações "embora o tenhamos de ponderar nas análises futuras".

Mais mortes por overdose

Outro dado salientado no relatório diz respeito ao aumento da mortalidade relacionada com o consumo de drogas. Depois da subida entre 2006 e 2009 ter sido invertida em 2010 e 2011, no ano passado foram registadas 13 mortes de acordo com os critérios da Lista Sucinta Europeia e 16 de acordo com os critérios do Observatório Europeu da Droga e da Toxicod dependência.

Já os registos do Instituto Nacional de Medicina Legal indicam 187 autópsias em 2012 com a presença de substância ilícitas, sendo que em 16% dos casos (29) na informação sobre a causa da morte consta *overdose* – o que representa um aumento em relação a 2011 (com 19 mortes por *overdose*).



João Goulão, que preside ao SICAD, diz que a *cannabis* tem cada vez mais peso no consumo em Portugal

"Quanto às substâncias detectadas nestas *overdoses*, é de destacar a presença de cocaína em 52% dos casos, seguindo-se-lhe os opiáceos, (48%) e a metadona (31%). Na maioria (76%) destas *overdoses* foram detectadas mais do que uma substância, sendo de destacar em associação com as drogas ilícitas, a presença de álcool (38%) e de benzodiazepinas (28%). Em relação às outras causas das mortes com a presença de pelo menos uma substância ilícita ou seu metabolito, os 158 casos foram maioritariamente atribuídos a acidentes (45%), seguindo-se-lhes a morte natural (25%), suicídio (15%) e homicídio (11%)", diz o relatório.

A este propósito, João Goulão salientou que "não é um aumento dramático", explicando que, como os números brutos são pequenos, qualquer subida tem uma expressão grande percentualmente e adiantando que o próprio Instituto Nacional

Deputados preocupados

Aumento de consumo de *cannabis*

Deputados do PSD, PS e PCP manifestaram ontem a sua preocupação com o aumento do consumo de *cannabis* em Portugal, o que originou um aumento de 38% das pessoas que recorreram ao tratamento em ambulatório pela primeira vez em 2012, ultrapassando a heroína, que representou 34%. "A *cannabis* é uma substância transgeracional. Chega a ser consumida por filhos, pais e avós. Como o álcool, já está incorporada na nossa cultura há muito tempo", referiu João Goulão, presidente do Serviço de Intervenção nos

Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), numa sessão na Assembleia da República.

Os deputados Elsa Pais (PS), Cristóvão Ribeiro (PSD) e Paula Santos (PCP) perguntaram a Goulão qual a estratégia que vai ser seguida pelo novo Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências, destinado ao período entre 2013 e 2020, para combater o problema do aumento do consumo de *cannabis*. No entanto, não obtiveram resposta. **André Marques Vidal**

Recolha do lixo em Lisboa só deve ficar normalizada após 10 de Janeiro

Greve
André Vidal

Presidente da câmara mandou colocar contentores de obras em locais estratégicos para minimizar efeitos da greve

Foi em frente a um grande contentor, na Praça Afonso do Paço, em Campo de Ourique, que António Costa falou à imprensa, ontem à tarde. Depois de agradecer aos cidadãos por terem diminuído a produção e o depósito de resíduos nas ruas da capital, nesta época de Natal em que o pessoal da limpeza está em greve, o presidente da Câmara de Lisboa disse que a recolha do lixo só ficará normalizada "a partir de 10 de Janeiro".

Para já, afirmou, a autarquia tem tentado minorar os efeitos da greve dos trabalhadores da limpeza, que começou na terça-feira e terminará hoje, distribuindo um número não revelado de contentores de grande capacidade por algumas zonas de Lisboa, sobretudo nos bairros históricos, áreas onde a acumulação de lixo é mais "grave" e é necessário um "esforço complementar" para evitar que o lixo se espalhe.

António Costa referiu ainda que poderão ser colocados mais contentores nas ruas durante os próximos dias, não adiantando o número preciso. "A colocação será feita à medida das necessidades", afirmou. Quanto à recolha do lixo desses contentores, o autarca disse que "muitos não serão recolhidos agora", uma vez que não vai substituir os trabalhadores que estão em greve, já que, por lei, apenas pode minimizar os efeitos que dela decorrem.

Tolerância de ponto?

O autarca deixou também no ar a hipótese de alguns trabalhadores da limpeza não terem tolerância de

ponto no último dia do ano. "Vamos avaliar hoje à noite se se manterá a tolerância de ponto para alguns dos turnos", referiu, o que significa que alguns trabalhadores da higiene urbana poderão ter que trabalhar, apesar de a tolerância de ponto já ter sido atribuída aos funcionários.

Vitor Reis, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML), encara esta afirmação como uma "ameaça", uma vez que "a tolerância de ponto está dada" e, normalmente, nesta altura, "são assegurados os serviços mínimos".

O presidente da câmara considerou "chocante" que alguns dirigentes sindicais se associem "à campanha de descredibilização do poder local e das freguesias, duvidando das suas capacidades para exercerem as competências que a lei lhes atribui".

O autarca sustentou que a "única verdade", relativamente a esta greve, é que os sindicatos "são contra que a lavagem das ruas seja feita pelas freguesias". Não sua opinião, estes serviços "têm todas as vantagens ao serem geridos pela freguesia", devido à maior "proximidade" e "eficiência" com que serão executados.

O presidente do STML não aceita esta interpretação e afirma que não está "desconfiado da capacidade dos autarcas das juntas de freguesia", duvidando, no entanto, "das condições que estes têm" para exercer as competências que lhes vão ser entregues.

Na conferência de imprensa, António Costa frisou por mais de uma vez que todos os direitos dos 1800 trabalhadores (dos quais 870 são afectos aos serviços de higiene) que vão ser transferidos da câmara para as juntas de freguesia "estão assegurados" e que estes manterão um "lugar cativo" na câmara para o caso de voltarem.

A greve termina hoje, mas também hoje começa uma outra paralisação, desta vez às horas extraordinárias, que se estenderá até 5 de Janeiro.

Câmara de Loures e sindicato assinam acordo para manter 35 horas

Autarquias

A Câmara de Loures anunciou ontem que vai manter o horário das 35 horas semanais, na sequência de um acordo celebrado ontem com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional. Segundo uma nota da autarquia, o presidente da câmara, Bernardino

Soares, afirmou na cerimónia de assinatura do acordo que "o aumento do horário de trabalho não serve os interesses do município, nem dos trabalhadores ou da população". Perante algumas dezenas de trabalhadores, o autarca manifestou o desejo de que o acordo seja "frutuoso e seja assinado pelo Governo". O comunicado diz que o entendimento decorre de uma moção apresentada por Bernardino

Soares e aprovada pelo Conselho Municipal de Loures. Essa moção exorta o "Governo a homologar os acordos livremente estabelecidos entre os municípios e os representantes dos trabalhadores". A maioria PSD/CDS-PP aprovou no Parlamento, com os votos contra da oposição, o diploma que determina o aumento do horário da função pública de 35 para 40 horas semanais.

ADMISSÃO DE DOUTORES EM REGIME DE TEMPO INTEGRAL OU PARCIAL

UAL
UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA

Está aberto concurso para admissão de Doutores, em regime de tempo integral ou tempo parcial, nas seguintes áreas de formação:

Direito
Gestão e Administração
Ciências Informáticas
Psicologia
Ciência Política e Relações Internacionais
Ciência da Comunicação, Informação e Jornalismo
História
Arquitetura

Os candidatos deverão, manifestando vontade pelo regime de tempo integral ou tempo parcial, enviar para a Reitoria da Universidade Autónoma de Lisboa, através do e-mail: reitoria@universidade-autonoma.pt ou, por via postal, para Rua de Santa Marta, 47-2.º - 1150-293 - Lisboa, um *Curriculum Vitae*, de preferência segundo o modelo europeu, com uma descrição detalhada sobre:

- Graus académicos, áreas científicas dos graus, anos da obtenção dos graus, classificações e instituições que os conferiu;
- Publicação de artigos, livros e capítulos de livros;
- Experiência pedagógica;
- Outras actividades relevantes.

As candidaturas devem ser apresentadas até ao dia 5 de Janeiro de 2014.

Quaisquer pedidos de esclarecimento deverão ser remetidos para o e-mail acima referido.



CELEBRE O FIM DE ANO EM GRANDE ESTILO

REVEILLON

Recepção com Cocktail
Jantar de Gala no salão Floriana
Música ao vivo: Quinteto RUI DRUMOND e DJ
Preço por Pessoa: 160€*
Bebidas incluídas

ALMOÇO DE ANO NOVO

Restaurante Típico
Buffet Dia de Ano Novo
Música ao vivo: Piano
Preço por Pessoa: 45€*
Bebidas incluídas

*Crianças até aos 4 anos: grátis, dos 5 aos 12 anos: 50% de desconto

CORINTHIA HOTEL LISBOA, AV. COLUMBANO BORDALO PINHEIRO, 105, LISBOA
T: +351 21 723 6363 | RESERVATIONS@CORINTHIA.COM | CORINTHIA.COM/LISBOA

CORINTHIA
HOTEL
LISBOA

Moradores contra construção de condomínio privado na Madragoa

Um grupo de moradores reclama junto da câmara municipal que o projecto implicará a demolição da antiga fábrica de azulejos Constância. Autarquia contesta as críticas

Lisboa
André Vidal

Cerca de 30 proprietários e moradores da zona da Madragoa apresentaram no início de Dezembro uma reclamação à Câmara Municipal de Lisboa, na qual apontam várias irregularidades no processo de licenciamento e no planeamento de um condomínio habitacional previsto para o quarteirão dos Marianos, localizado na zona das Janelas Verdes. O projecto também já tinha sido objecto de críticas na assembleia municipal, em Setembro, ainda antes das eleições autárquicas.

O plano para aquela área, delimitada pelas ruas das Janelas Verdes, Garcia de Orta e São Domingos à Lapa, implica a demolição da Fábrica Constância, produtora de peças de cerâmica e azulejos, fundada em 1836 e desactivada nos anos 1980.

As instalações da antiga fábrica, actualmente em estado de pré-ruína, estão incluídas na Carta de Património Municipal - um documento não vinculativo, no qual constam imóveis não protegidos, mas que devem ser tidos em conta em operações urbanísticas. As previsões do plano implicam ainda a demolição de um outro edifício na Rua das Janelas Verdes, do qual será conservada apenas a fachada.

O condomínio ocupará uma área de 11 mil metros quadrados e terá, segundo o blogue O Corvo, 43 habitações duplex e 12 apartamentos. O espaço da antiga fábrica é propriedade do Fundo Imobiliário Fechado Imocomvento, gerido pela sociedade Selecta, administrada por António José de Melo. Segundo o mesmo blogue, o projecto de arquitectura já foi aprovado pela câmara, faltando apenas deferir os projectos das especialidades (fundações, redes de águas e outros) para que o processo de licenciamento seja concluído.

Os subscritores da reclamação - um extenso documento com um total de 35 páginas que foi apresentado publicamente na reunião de câmara do dia 18 de Dezembro - sustentam que esta operação não

promove um "desenvolvimento urbano harmonioso" da zona. De acordo com os moradores, o projecto possui algumas características que desvirtuam a área envolvente, um bairro histórico de Lisboa, não cumprindo o Decreto-Lei 380/99, segundo o qual as unidades de execução "deverão ser delimitadas de forma a assegurar um desenvolvimento urbano harmonioso".

Entre as razões invocadas pelos adversários do projecto está a altura dos edifícios, uma vez que o plano prevê que o condomínio chegue aos quatro pisos, quando a maioria dos prédios circundantes tem apenas dois. Além disso, os moradores e proprietários vizinhos contestam a

Manuel Salgado, vereador do Urbanismo, alega que os imóveis que fazem parte da antiga Fábrica Constância não justificaram a classificação patrimonial

configuração do empreendimento, que dizem ser "uma massa edificada uniforme", que não se enquadra na "tipologia de construção da zona" histórica.

Outras das preocupações manifestadas diz respeito à edificação de garagens, que implica a escavação de dez metros em profundidade, para assegurar um total de três pisos subterrâneos de estacionamento. Para os promotores da reclamação, o facto de a zona da antiga fábrica estar classificada como "complexo vulcânico" na Planta de Caracterização Física e Geológica do Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Madragoa significa que os edifícios que aí se situam podem ser afectados por "movimentos de terra e estrondos".



A Fábrica Constância, produtora de cerâmica e azulejos, foi fundada em 1836 e desactivada nos anos 1980



O volume de trânsito na Rua das Janelas Verdes é também alvo de observação, uma vez que, nessa artéria, actualmente com duas vias de circulação, está prevista a abertura de uma entrada para o parque de

estacionamento do condomínio, o que, para os moradores, poderá originar situações de congestionamento de tráfego.

O planeamento deste condomínio prevê ainda a criação de um espaço

verde e de um equipamento público, não especificado, no interior do quarteirão. Apesar de esta ser uma ideia que os reclamantes consideram "premente e urgente" na zona da Madragoa, os mesmos entendem que não existem condições de acessibilidade para que a população idosa possa frequentar o local. Quem habita na Rua das Janelas Verdes terá de subir um conjunto estreito de escadas e quem for pela Rua de Garcia de Horta terá de passar por um caminho apertado, através de um túnel.

Em resposta à reclamação, Manuel Salgado, vereador do Urbanismo na Câmara de Lisboa, disse na reunião de câmara do dia 18 que as questões levantadas não tinham "razão de ser".

Em relação aos imóveis que fazem parte da antiga Fábrica Constância, o autarca afirmou que tanto a Estrutura Consultiva do Plano Director Municipal, como a Direcção-Geral do Património Cultural deram pareceres favoráveis "à não qualificação desses edifícios".

Transmontanos mais isolados com partida de avião e de serviços públicos

Reivindicações
António G. Rodrigues

Um dia após as autárquicas, Governo retirou proposta de financiamento da carreira aérea que apresentara a Bruxelas

O encerramento de serviços públicos em Trás-os-Montes, como tribunais e repartições de Finanças, e a suspensão da carreira aérea que ligava a região a Lisboa estão a deixar uma região periférica do país ainda mais isolada. Esta é a convicção dos autarcas da região ouvidos pelo PÚBLICO.

Na melhor das hipóteses, só depois de Maio é que a carreira aérea que ligava Bragança e Vila Real à capital será reactivada, após ter sido suspensa em Novembro de 2012.

Na altura, o acordo com a empresa que operou durante os últimos três anos não foi renovado, com o argumento de que a União Europeia exigia um modelo diferente de subsidiação da carreira. Durante 15 anos, esse apoio público, na ordem dos 2,5 milhões de euros, foi atribuído directamente às operadoras, através de fundos comunitários, e justificado com o isolamento da região. Para salvaguardar o princípio da concorrência, como exigiu Bruxelas, o Governo decidiu adoptar um modelo baseado no livre acesso ao mercado e na liberalização dos preços das tarifas aéreas, cabendo às transportadoras concessionárias fixar o preço do bilhete, que poderia ultrapassar os 350 euros.

O novo modelo de apoio ao transporte aéreo de residentes e estudantes de Trás-os-Montes assentava num subsídio de valor fixo por viagem e pressupunha que os beneficiários avançassem com a totalidade do valor da passagem para,

só depois, mediante comprovativo da deslocação, requererem a subvenção estatal.

Até há cerca de uma semana, os transmontanos acreditavam que o novo modelo de financiamento da carreira aguardava pela aprovação comunitária. Sucede que, em resposta a uma pergunta da eurodeputada do PCP Inês Zuber sobre o andamento do processo, o comissário europeu Joaquim Almunia revelou que o Governo português acabou por retirar a proposta de novo regime de financiamento para a ligação aérea. Foi a 30 de Setembro, um dia após as eleições autárquicas.

O novo presidente da Câmara de Bragança, Hernâni Dias, do PSD, admite que a falta de confiança das operadoras na viabilidade do novo modelo de financiamento ditou o recuo governamental, mas acredita que será apresentada "uma nova proposta", com um sistema mais parecido com o que estava em vigor.

As moções que reclamam o regresso do avião sucedem-se nas assembleias municipais da região e a Federação Distrital de Bragança do PS protesta que o Governo "mentiu

três vezes aos transmontanos".

O socialista Américo Pereira, presidente da Câmara de Vinhais e da Comunidade Intermunicipal (CIM) de Trás-os-Montes, que representa dez concelhos do distrito de Bragança, considera que é tudo uma questão de "vontade política". "Uma região como a nossa será mais competitiva, se houver carreira aérea", frisa. E nota que o argumento de que a Auto-Estrada Transmontana está construída não colhe, porque o túnel do Marão ainda não está feito. O presidente da Câmara de Vila Real, o socialista Rui Santos, lembra que continuam a suceder-se os acidentes no IP4, que na semana passada provocaram mais uma morte. Na Câmara de Bragança, o social-democrata Hernâni Dias também promete não deixar "de lutar para que seja reposita" a carreira aérea.

Américo Pereira argumenta que "subsidiar a carreira aérea de Trás-os-Montes é uma questão de justiça, porque as carreiras aéreas para as ilhas também são subsidiadas, assim como os sistemas de transportes públicos de Lisboa". Na sua opinião, o recuo na ligação aérea transmontana "é um sintoma de como o Governo pensa os territórios de baixa densidade populacional".

Mas há outros sintomas, diagnosticam os autarcas, como a intenção de encerrar tribunais ou repartições de Finanças na região, para além da deslocalização do helicóptero do INEM sediado em Macedo de Cavaleiros para Vila Real, o que deixa algumas populações dos concelhos de Miranda do Douro e de Mogadouro fora do raio de cobertura deste meio de socorro.

Por tudo isso, os autarcas da região pretendem reunir-se em breve para estudar propostas de alternativas a apresentar ao Governo. É que a "perda de serviços públicos contribui para o isolamento da região", sublinha Américo Pereira.

Câmara aumenta contentores para lixo

Lisboa

Autarquia colocou vinte novos depósitos de lixo em vários lugares da cidade para minimizar efeitos da greve dos cantoneiros

A Câmara Municipal de Lisboa aumentou o número de contentores de obras para depósito do lixo, que passaram de 32, na sexta-feira, para 52, ontem, para tentar minimizar o impacto da greve dos cantoneiros, que está agendada para só terminar no próximo domingo.

Segundo informação enviada à agência Lusa pelo município – e que ontem estava a ser actualizada no seu site –, os novos contentores encontram-se em mais de uma dezena de ruas da cidade, desde a das Taipas à Pascoal de Melo, junto ao Jardim Constantino, mas também junto a igrejas (como a de Santa Isabel) e nas avenidas Ilha da Madeira, junto ao Estado-Maior das Forças Armadas, e Mouzinho de Albuquerque, junto ao n.º 2. Foram também colocados contentores em quatro largos (Terreirinho, Rodrigues de Freitas, Portas do Sol e Terreiro do Trigo, junto às escadilhas) e em duas praças (Professor Santos Andrea e da Alegria).

Os cantoneiros de Lisboa estão em greve desde terça-feira, véspera de Natal, e está previsto que continuem paralisados até 5 de Janeiro, em protesto contra a transferência de competências da câmara para as juntas de freguesia, nomeadamente na área da limpeza.

Na sexta-feira, o presidente da Câmara de Lisboa, o socialista António Costa, admitiu que os problemas de higiene urbana decorrentes da greve na recolha do lixo só deverão estar resolvidos a partir do dia 10 de Janeiro. **Lusa**



cios como valores patrimoniais". Finalmente, sobre a alegada falta de harmonia do empreendimento em relação à zona envolvente, Manuel Salgado declarou que essa é a opinião dos reclamantes, salientando que, ao contrário deles, "os serviços [camarários] entendem que ele é harmonioso". "Está a ser preparada pelos serviços uma resposta detalhada, ponto a ponto, rebatendo a reclamação", concluiu o vereador.



Ligação foi suspensa em 2012

CELEBRE O FIM DE ANO EM GRANDE ESTILO

<p>REVEILLON Receção com Cocktail Jantar de Gala no salão Floriana Música ao vivo: Quinteto RUI DRUMOND e DJ Preço por Pessoa: 160€* Bebidas incluídas</p>	<p>ALMOÇO DE ANO NOVO Restaurante Típico Buffet Dia de Ano Novo Música ao vivo: Plano Preço por Pessoa: 45€* Bebidas incluídas</p>
---	---

*Crianças até aos 4 anos: grátis, dos 5 aos 12 anos 50% de desconto

CORINTHIA HOTEL LISBOA, AV. COLUMBANO BORDALO PINHEIRO, 105, LISBOA
T +351 21 723 6163 | RESERVATIONS@CORINTHIA.COM | CORINTHIA.COM/LISBOA

